

FRANCISCA BEZERRA DE SOUZA

**A FACE FEMININA DA MIGRAÇÃO DE RETORNO
DE DEKASSEGUIS: PROCESSO DE ADAPTAÇÃO E
SUAS PROBLEMÁTICAS**

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO (UCDB)

MESTRADO EM PSICOLOGIA

CAMPO GRANDE-MS

2014

FRANCISCA BEZERRA DE SOUZA

**A FACE FEMININA DA MIGRAÇÃO DE RETORNO
DE DEKASSEGUIS: PROCESSO DE ADAPTAÇÃO E
SUAS PROBLEMÁTICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, área de concentração: Psicologia da Saúde, sob a orientação da Profa. Dra. Luciane Pinho de Almeida.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO (UCDB)
MESTRADO EM PSICOLOGIA
CAMPO GRANDE-MS
2014

Ficha Catalográfica

Souza, Francisca Bezerra de
S729f A face feminina da migração de retorno de *dekasseguis*: processo de adaptação e suas problemáticas / Francisca Bezerra de Souza;
orientação Luciane Pinho de Almeida. 2014.
138 f.

Dissertação (mestrado em psicologia) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2014.

1. Mulheres – Psicologia 2. Mulheres migrantes 3. Dekassegui
I. Almeida, Luciane Pinho de II. Título

CDD – 155.633

A dissertação apresentada por FRANCISCA BEZERRA DE SOUZA, intitulada “A FACE FEMININA DA MIGRAÇÃO DE RETORNO DE *DEKASSEGUIS*: PROCESSO DE ADAPTAÇÃO E SUAS PROBLEMÁTICAS”, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em PSICOLOGIA à Banca Examinadora da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), foi

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Luciane Pinho de Almeida (orientadora/UCDB)

Prof. Dr. Carlos Roberto de Castro e Silva (UNIFESP-BS)

Profa. Dra. Anita Guazzelli Bernardes (UCDB)

Prof. Dr. Fr. Márcio Luis Costa (UCDB)

A todas as participantes da pesquisa que aceitaram dividir parte de sua história de vida como *dekassegui*, compartilhando os momentos de sofrimento (saudades dos filhos, medo do desconhecido, não entender a língua – *o que eles estão falando?* –, tristeza e solidão), mas também momentos de novos conhecimentos, novas amizades e possibilidades de melhorar as condições de vida e de, na migração de retorno, retomar a vida no Brasil vencendo os “estranhamentos” iniciais, pois, afinal, para elas:

Eu sei que viver é Brasil. Desde que estava lá, comentava: “não, viver é no Brasil”. (Ueda);

[...] mas aqui tem o calor humano das pessoas, aqui você tem a família. (Narita);

[...] mas a gente está tão cansada, a cabeça está no Brasil. (Yokohama);

Lá você não tem... Que nem aqui, aqui você tem família. (Nagoya);

Mas é cem por cento Brasil. (Ibaraki);

Viver! Viver! Agora é viver, porque antes não era viver. (Maebashi).

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e oportunidades.

Aos meus pais, Vicente Sabino da Silva e Benedita Bezerra da Costa, pelo incentivo constante e entusiasmado.

Ao meu marido, Valdivino Bento de Souza, pelo apoio e estímulo oferecidos durante esta caminhada.

Aos filhos, Fabiana Bezerra de Souza, Renato Bezerra de Souza e Rafael Bezerra de Souza, por serem meus filhos!

Ao meu genro, Denis Vieira Vanoni, pelos “socorros gráficos” e contribuição durante o processo de produção da pesquisa.

À Professora Dra. Luciane Pinho de Almeida, pela orientação oferecida para a realização da pesquisa e por ter dividido comigo seu conhecimento e amizades.

Às amizades estabelecidas durante esta caminhada:

- À Michele Terumi Yassuda e Andréia Rocha, pelas indicações, encaminhamentos e agendamentos realizados desde o início da realização dos estudos no mestrado;
- A Maria Aparecida Salles e Javier Prats Zudaire, que me acolheram sem medidas em Barcelona quando se iniciava esta caminhada;
- À Liliane Ortega e sua família, pela acolhida na Holanda durante a participação em evento internacional na cidade de Limoges (França), para apresentação dos primeiros resultados da pesquisa;
- À Darticléia Machado, que também me acolheu em sua casa na Holanda, onde passamos dois dias preparando apresentação de trabalho;

- Aos professores do mestrado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco, pelos conhecimentos transmitidos durante o curso.

Agradecimento especial aos integrantes do Grupo de Estudos: Problemas Epistemológicos e Tratamento Analítico de Dados Qualitativos na Pesquisa sobre Representações Sociais e Identidade, coordenado pelo Professor Dr. Márcio Luiz Costa, que fez com que, a cada dia de estudo, houvesse uma contribuição para meu crescimento e amadurecimento intelectual e de quem levo muitos ensinamentos.

Ao Comando do Colégio Militar de Campo Grande (Gestão set 2010-jan-2013), pela liberação para realização deste estudo, que me possibilitou crescimento profissional.

Aos familiares e amigos que me acompanharam e incentivaram durante a realização desta pesquisa.

Agradeço imensamente a todas as participantes da pesquisa por me concederem a entrevista, possibilitando, assim, a construção do trabalho, pois sem elas não seria possível. A elas dedico este trabalho com a certeza de que valeu a pena nossos encontros, ficando aqui o compromisso da devolutiva que possa contribuir com mudanças que visem a minimizar as dificuldades de adaptação vivenciadas no retorno – compromisso que já se iniciou, pois está em andamento a discussão para a criação de Política e do Plano Nacional de Migração e Refúgio, em que será também inclusa a questão da migração de retorno.

Muito Obrigada!

Francisca Bezerra de Souza

Primeiro, que o trabalho é externo ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis e arruina o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é, portanto voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexiste coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste.

Karl Marx (1818-1883), em *Manuscritos econômicos filosóficos* (1844).

RESUMO

A migração de retorno é um fenômeno crescente no cenário brasileiro. Nesse contexto, encontra-se a mulher *dekassegui* que migrou para o Japão a trabalho, se vê obrigada a retornar ao país de origem em razão da crise econômica e tragédias naturais e tem dificuldade de adaptação, com implicações na saúde física e emocional. Diante disso, buscou-se investigar como ocorre o processo de adaptação de mulheres *dekasseguis* que retornaram para o município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, na última década, bem como os motivos que as levaram a realizar o projeto de emigração para o Japão e os que contribuíram para que retornassem ao país de origem. A pesquisa teve como participantes 15 mulheres *dekasseguis* que, por meio de história oral, levaram a encontrar o contexto coletivo partindo da visão individual, pois, ao recolherem-se as histórias ou parte delas, se pode identificar a história de vários sujeitos a partir da análise das falas. Os resultados revelaram os momentos em que se decidiu migrar com o objetivo de trabalhar e prover a manutenção de sua família (marido e filhos, pais e irmãos) que ficou no Brasil, fazer uma reserva financeira e depois retornar para viver a vida com tranquilidade, podendo comprar a casa própria ou montar negócio próprio. Revelaram ainda que, tanto na ida quanto no retorno, os estranhamentos por causa de culturas distintas e peculiares como a do Brasil e a do Japão geraram dificuldades de adaptação, sendo que, no retorno, essas dificuldades se apresentam maiores em virtude de se imaginar “nostalgicamente” que, ao voltar, “tudo estará como antes”, o que não acontece, pois tudo está diferente – os amigos seguiram a vida, a cidade está “diferente” e as comparações são inevitáveis. Apesar da atual situação em que se encontra o Japão, com diminuição de vagas de trabalho e precarização das vagas de trabalho existentes, algumas decidem pelo retorno por não se adaptarem mais à vida que tinham no país de destino. Outras apresentam dificuldades de adaptação, mas, aos poucos, buscam retomar a vida que tinham antes e fazem planos para viver no Brasil, porém acalentam o desejo de retornar ao Japão, mas somente como turistas, e não para trabalhar, afirmando que “viver é no Brasil”.

Palavras-chave: Migração de retorno. Mulheres migrantes. *Dekassegui*. Japão.

ABSTRACT

Return migration is a growing phenomenon in the Brazilian scenario. This is the context of dekassegui women who migrated to Japan to work and found themselves forced to return to Brazil due to the economic crisis and natural tragedies. Difficulties in adaptation have had effects on their physical and emotional health. This thesis investigates the process of adaptation of dekassegui women that have returned to the city of Campo Grande, in Mato Grosso do Sul, over the last decade, as well as the reasons that led them to migrate to Japan and contributed to make them come back to their country of origin. Fifteen dekassegui women participated in this research. By means of their oral testimony, and starting from their individual views, it was possible to visualize a collective context. By collecting stories or part of stories, one can identify the story of several subjects by analyzing their speech. The results have evidenced the moment when those women decided to migrate aiming to work, provide support for family members (husband and children, parents and siblings) who stayed in Brazil, save money and then return to live in peace, being able to afford a house or start a business. It was also found that both when they left and returned, estrangements caused by the differences and peculiarities of the Brazilian and Japanese cultures caused difficulties in adaptation. On returning, such difficulties became even greater since they ‘nostalgically’ imagined that ‘everything would be the same as before’, but this was not the case because everything was different – their friends went on with their lives, the city was ‘different’, and comparisons were inevitable. Despite the current situation in Japan, with reduction in job vacancies and precarization of the existing jobs, some women decided to return because they no longer adapted to life in the country of destination. Others had difficulty to adapt but have gradually attempted to resume the kind of life they had before leaving and made plans to live in Brazil, but dream of returning to Japan as tourists, rather than workers, and state: ‘Life is in Brazil’.

Keywords: Return migration. Migrate women. Dekassegui. Japan.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS	25
2.1 MIGRAÇÃO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO.....	26
2.2 O BRASIL NO CENÁRIO DAS MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS: A DIALÉTICA DE RECEPÇÃO E EMISSÃO DE MIGRANTES	34
2.3 MIGRAÇÃO BRASIL-JAPÃO COMO MOVIMENTO SINGULAR	40
2.3.1 Migração japonesa em Campo Grande, MS	43
2.3.2 <i>Dekasseguis</i> : a década da “febre” de ir para o Japão.....	45
3 VIDA E TRABALHO DAS MULHERES <i>DEKASSEGUIS</i> NO JAPÃO.....	49
3.1 MIGRAÇÃO FEMININA PARA O TRABALHO NO JAPÃO	50
3.2 A CHEGADA AO JAPÃO	62
3.3 COTIDIANO DE VIDA E TRABALHO: REVELANDO A FACE FEMININA DA MULHER <i>DEKASSEGUI</i>	66
3.4 PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS NA MIGRAÇÃO.....	72
4 MIGRAÇÃO DE RETORNO DE MULHERES <i>DEKASSEGUIS</i>.....	77
4.1 O CONTEXTO DA MIGRAÇÃO DE RETORNO DE <i>DEKASSEGUIS</i> : UMA REALIDADE BRASILEIRA NA ATUALIDADE	78
4.2 MOTIVOS PARA O RETORNO DE MULHERES <i>DEKASSEGUIS</i> AO BRASIL.....	83
4.3 MULHERES <i>DEKASSEGUIS</i> NO RETORNO AO BRASIL: VIVÊNCIAS E ESTRANHAMENTOS.....	97
4.4 REFAZENDO A VIDA NO BRASIL: PLANOS PARA O FUTURO	106
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	123
APÊNDICES	132

1 INTRODUÇÃO

A migração de retorno apresenta-se como um fenômeno que tem ocorrido de forma intensa no cenário brasileiro nos últimos tempos. Esse movimento intensificou-se após o início da crise econômica nos Estados Unidos da América e no continente europeu e motivou a volta de muitos brasileiros que migraram em busca de trabalho e melhores condições de vida nesses países. Da mesma forma, ocorreu em relação aos brasileiros que estavam no Japão, pois, com a crise, houve o fechamento de fábricas e a consequente diminuição dos postos de trabalho, fazendo com que milhares de brasileiros retornassem ao Brasil.

Nas últimas décadas, a migração de retorno tem-se intensificado e, embora timidamente, vem despertando o interesse de alguns pesquisadores ligados às questões sociais, principalmente nas áreas de geografia (demografia), sociologia e psicologia. No caso da psicologia, pode-se apontar que o retorno, muitas vezes, se apresenta traumático e pode ocasionar problemas emocionais graves que necessitam de atendimento especializado, como também a criação de políticas públicas de atendimento ao migrante que, ao retornar, se apresenta fragilizado em suas relações sociais e psicológicas.

O retorno de brasileiros de forma intensa levou o governo brasileiro, por meio do Ministério das Relações Exteriores, Divisão de Assistência Consular, a emitir o Guia de Retorno ao Brasil, com a finalidade de capacitar os agentes públicos para que orientem migrantes brasileiros retornados que passaram muito tempo fora do país para que possam acessar as políticas públicas de saúde, educação, trabalho e moradia, também indicando os locais de atendimento das políticas disponíveis nos respectivos Estados brasileiros (BRASIL, 2010). Visando à formulação de políticas públicas voltadas às pessoas migrantes, o Ministério da Justiça, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério do Trabalho e Emprego, órgãos do Governo Federal, realizaram, em maio de 2014, em São Paulo, a 1^a Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio, com o objetivo de subsidiar o Governo Federal para a criação da Política e o Plano Nacional de Migração e Refúgio, visto que a Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, já não atende as questões colocadas no contexto migratório contemporâneo (BRASIL, 1980, 2014).

Pesquisas sobre as questões que envolvam a migração de retorno são relevantes para compreender as questões sociais geradas no retorno e suscitar outros estudos sobre a temática, especificamente sobre as mulheres *dekasseguis*, que emigraram para o Japão e que agora retornam ao Brasil. Assim, optou-se pela realização de uma pesquisa com abordagem

qualitativa de cunho sócio-histórico tendo como participantes mulheres brasileiras *dekasseguis*. A pesquisa teve por objetivo geral: Identificar como ocorre o processo de adaptação e as problemáticas oriundas do retorno das mulheres *dekasseguis*; e como objetivos específicos: contextualizar as migrações contemporâneas no mundo globalizado, relacionando com o fenômeno da migração *dekassegui*, tendo em vista os aspectos do trabalho e condições de gênero; analisar as relações cotidianas e conflitos pessoais da pessoa que se encontra fora do país de origem; refletir sobre dificuldades e estranhamentos do retorno e os impactos no processo de adaptação das participantes da pesquisa e os efeitos nas relações sociofamiliares.

Para delimitar o problema de pesquisa ora proposto, realizou-se contato com empresa que agencia trabalhadores, contato via *e-mail* com o Consulado do Japão em São Paulo, observação da Festa *Undokai*¹, busca de pesquisas análogas e levantamento de referências sobre o tema. Segundo Minayo (2006, p. 183): “[...] após a definição do objeto, é preciso proceder a uma ampla pesquisa bibliográfica, capaz de projetar luz e permitir melhor ordenação e compreensão da realidade empírica [...]”.

A pesquisa utilizou a abordagem qualitativa para compreender os significados da vida no Japão e as implicações do retorno ao Brasil para as participantes envolvidas na investigação. Admite-se que a realidade em que estão inseridos os sujeitos é fluente e contraditória e que os passos da pesquisa estão também diretamente relacionados com a visão de mundo do pesquisador, como diz Chizzotti (2006, p. 26): “[...] ao encadeamento de diligências que o pesquisador segue para descobrir ou comprovar a verdade, coerente com sua concepção da realidade e sua teoria do conhecimento.”

Dessa forma, a escolha do tema de pesquisa perpassa pela trajetória e pelo entendimento de mundo da pesquisadora, que após formação acadêmica de graduação em Serviço Social e Especialização a autora permaneceu por um período envolvida com a militância² no âmbito da categoria profissional e ao se inserir no Programa de Mestrado em Psicologia, estabelecia-se, a partir daí, a relação entre o que pesquisar, a história pessoal e a

¹ O *Undokai* é uma tradição japonesa que se inseriu nas atividades da comunidade nipo-brasileira e faz parte do calendário oficial da Prefeitura Municipal de Campo Grande, MS.

² Pesquisadora com formação em Serviço Social e militância junto ao Conselho Regional de Serviço Social 21ª Região, onde exerceu cargo de Direção (1ª Secretária e Presidente – Gestão 1999-2005), com participação no Conselho Municipal de Assistência Social, Organização e Realização de Conferência Municipal de Assistência Social, participação em Conferências Municipais, Estaduais e Nacional da Assistência Social e Conferências Municipais e Estaduais de Direitos da Criança e do Adolescente.

formação da pesquisadora. Essa afirmação se estabelece em virtude de a pesquisadora ser mulher-nordestina-filha de imigrante³; da formação acadêmica, em que se pesquisou o Perfil do Migrante Usuário CETREMI⁴; da inserção em grupo de pesquisa sobre a temática da migração; e do ingresso neste mestrado. Pode-se também aliar o tema da pesquisa aos estudos desenvolvidos pela orientadora, que investiga a migração de mulheres brasileiras na Holanda.

A partir daí, optou-se por pesquisar um tema que trouxesse aspecto inédito e que pudesse contribuir para a discussão de políticas públicas que atendam às questões sociais advindas com a migração de retorno de mulheres *dekasseguis*⁵, que nesta última década cresceu e tem gerado problemas de adaptação, dessa forma se apresentou como problema de pesquisa: Como ocorre o processo de adaptação de mulheres *dekasseguis* que retornaram para o município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, na última década?

A relevância do estudo em questão reside no fato de que a migração de retorno é um fenômeno que vem ocorrendo nas últimas décadas e, com maior incidência, nesta última. Primeiro, devido à crise que vem assolando os países europeus, passaram a restringir ainda mais a entrada de estrangeiros no país; segundo, devido ao agravamento da crise, reduzem-se os direitos sociais da própria população nativa, que se vê refém de políticas de restrições impostas pelos países nesses momentos difíceis e de repercussão na economia mundial, passando-se a falar abertamente sobre o fato, conforme notícia publicada em jornal *online* citando a Espanha: ““Se a crise em Espanha acentuar, por sua vez, a crise na Europa, poderá levar toda a economia mundial a uma depressão persistente”, assegura Robert Samuelson, um dos editores do jornal, num artigo de opinião.” (DINHEIRO VIVO, 2012).

³ A motivação pessoal perpassou todos os momentos da pesquisa, refletindo a história da pesquisadora, que ainda criança veio para o interior do Estado de Mato Grosso em companhia dos pais, que emigraram do interior do Estado do Ceará na década de 1960, quando famílias inteiras fugiam da seca e fome e passavam dias, semanas e meses nos “paus de arara”, ficando conhecidas como “retirantes”, fenômeno retratado em músicas e na literatura brasileira.

⁴ Centro de Triagem e Encaminhamento do Migrante, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social de Campo Grande que presta atendimento ao migrante em situação de rua e aos que estão de passagem pela cidade. Funciona há mais de duas décadas.

⁵ *Dekassegui* significa aquele que trabalha longe de casa e é resultado da junção de *deru*(sair) e *kasegu*(lucrar), embora possa ser empregado para qualquer pessoa que busca trabalho longe de casa, o termo foi utilizado para designar os japoneses que moravam em Okinawa e Hokkaido e saíam em direção aos grandes centros do Japão em busca de emprego.

Em relação à interação entre pesquisador e pesquisado, Minayo (2006, p. 42) confirma que “é crucial”. A autora afirma que as concepções e valores desses atores estão implicados do início ao fim, ou seja, “[...] em todo o processo de conhecimento, desde a concepção do objeto até o resultado do trabalho [...]”, e chama atenção para a necessidade de o pesquisador utilizar “[...] instrumental teórico e metodológico que o municie na aproximação e na construção da realidade [...]” (p. 42).

Quanto aos aspectos éticos, esta pesquisa adotou os seguintes procedimentos: submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica Dom Bosco, por meio da Plataforma Brasil. Por atender às normas da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa em Saúde e a todos os preceitos de normas de pesquisa com seres humanos, conforme Resolução n. 196, de 10 de outubro de 1996, foi aprovada; elaboração do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para cada participante da pesquisa com a finalidade de assegurar confidencialidade, privacidade e sigilo, assim como, a qualquer momento, o direito de desistir de participar da pesquisa (APÊNDICE A).

A abordagem qualitativa com o olhar da perspectiva sócio-histórica leva-nos a refletir sobre a totalidade e singularidade, pois, ao recolherem-se as histórias ou parte das histórias das participantes da pesquisa, pode-se identificar a história de vários sujeitos.

A escolha do método é denominada por Barros e Lehfeld (1990, p. 53) como “quadro de referência”. Tem como abordagem a teoria sócio-histórica, pois

[...] deve-se considerar o objeto no seu desenvolvimento, no seu movimento próprio, na sua transformação. Não há realidades abstratas, pois elas são sempre realidades concretas [...] [uma perspectiva dialética, considerando que o] [...] método de investigação e de exposição segue o próprio movimento da coisa, existe a tomada de consciência da realidade por ela própria.

Para entender esse sujeito que é histórico e que, ao transformar a natureza, se transforma, é preciso entender do que ele fala; para isso, precisamos entender o significado da sua fala. Compreendemos que o significado é parte integrante da palavra, é ao mesmo tempo um ato do pensamento, “é um e outro ao mesmo tempo”, portanto, é preciso ir além da aparência. De acordo com Aguiar (2009, p. 131):

[...] para apreender um processo interno é necessário exteriorizá-lo, relacionando com alguma outra atividade exterior. [...] por meio da palavra, podemos apreender os aspectos cognitivos/afetivos/volativos constitutivos da subjetividade, sem esquecer que tal subjetividade e, portanto, os sentidos produzidos pelos indivíduos são sociais e históricos.

Para a pesquisa qualitativa com enfoque sócio-histórico, não basta ouvir a palavra isoladamente, mas sim ir em busca do que está por trás da linguagem. Para isso, é preciso ir ao encontro do que está subjacente às falas das participantes da pesquisa, com a finalidade de apreender o sentido e o significado da palavra não dita. Entendendo que o ser se constitui por meio das relações que estabelece com outros seres no mundo, conforme diz Guareschi (2009, p. 142), “[...] assumimos também o ser humano como ‘relação’, isto é, como um ser que se constrói e se estabelece com todos os seres existentes [...]”.

A escolha das participantes deu-se primeiramente por pessoas do gênero feminino, estabelecendo-se como período a última década, tendo retornado para o município de Campo Grande, MS. Para a identificação das participantes da pesquisa, recorreu-se à técnica metodológica denominada *Snowball* (bola de neve). Baldin e Munhoz (2011, p. 332) esclarecem:

Essa técnica é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto (o “ponto de saturação”).

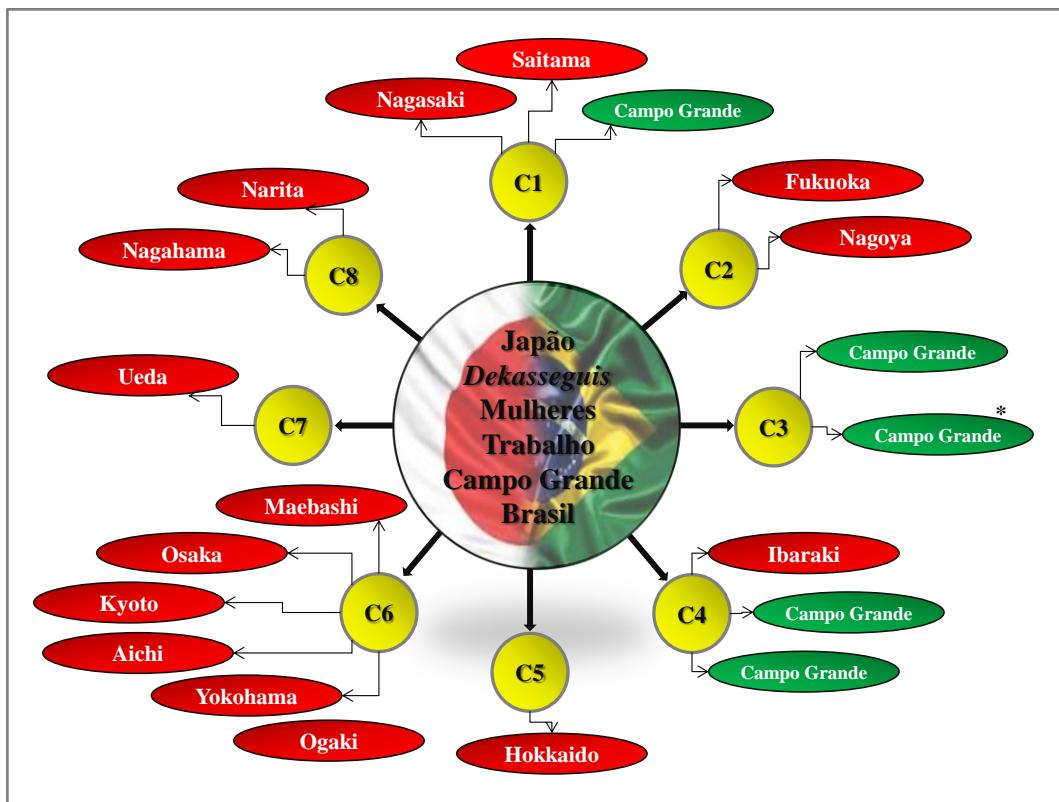
O Quadro 1 e a Figura 1 demonstram como foi construído o universo de mulheres que participaram da pesquisa a partir das indicações de familiares, amigos e das próprias entrevistadas. Um contato foi indicando outro até o limite estabelecido, porém, sem rigidez, mas na medida em que as falas contemplavam o que se pretendeu investigar.

QUADRO 1 - Rede *Snowball* de entrevista de história oral de mulheres *dekasseguis*

Contatos	Participantes						
C1	Nagasaki	Saitama	CG*	-	-	-	-
C2	Fukuoka	Nagoya	-	-	-	-	-
C3	CG	CG	-	-	-	-	-
C4	Ibaraki	CG	CG	-	-	-	-
C5	Hokkaido	-	-	-	-	-	-
C6	Ogaki	Yokohama	Aichi	Kioto	Osaka	Maebashi	
C7	Ueda	-	-	-	-	-	-
C8	Narita	Nagahama	-	-	-	-	-

*CG, Campo Grande, MS, foi o nome utilizado para representar as participantes que foram indicadas, contatadas, porém não chegaram a realizar a entrevista.

Fonte: Francisca Bezerra de Souza, 2013.

FIGURA 1 - Rede Snowball

*Assinou o TECLE, mas não fez entrevista.

C1-C8 = Contatos (familiares, amigos e participantes que indicaram as entrevistadas).

Nomes: cidades no Japão onde as entrevistadas trabalharam (aleatório).

Fonte: Francisca Bezerra de Souza, 2013.

O Quadro 1 demonstra o universo de mulheres que aceitaram participar das entrevistas, em um total de 20 mulheres. Entretanto, somente 15 participaram efetivamente da pesquisa, concedendo entrevistas que foram previamente agendadas e no local por elas escolhidos, sendo que a maioria nos recebeu em casa, uma no local de trabalho e um grupo na Associação Nipo Brasileira e Cultural de Campo Grande, MS, onde elas se reúnem semanalmente para realização de atividades laborativas e recreativas. É importante destacar que foram realizados contatos pessoalmente, por telefone e até por *e-mail* antes da realização de cada entrevista.

Portanto, cinco das 20 mulheres selecionadas não chegaram a realizar a entrevista e aparecem, no quadro, denominadas como Campo Grande, MS. As demais, inicialmente, seriam nominadas com P1, P2, até atingir o número considerado suficiente, para preservar a identidade e o sigilo. Ocorre que, durante as entrevistas, foi citado o fato de que, nas fábricas

no Japão, elas eram identificadas com números e não havia reconhecimento do trabalho que realizavam, o que lhes trazia certo desconforto. Optou-se, a partir daí, por nomeá-las de forma característica, dando a cada uma o nome de uma cidade do Japão. Considerando que a maioria trabalhou em mais de uma cidade, a escolha foi aleatória entre as cidades citadas por elas, evitando-se qualquer possibilidade de identificação da participante.

Durante as entrevistas, buscou-se estabelecer uma dinâmica que possibilitasse a conversa, que fluiu espontaneamente; para isso, inicialmente, apresentava-se o objetivo da pesquisa e lia-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Roteiro de Questões. Após tirar dúvidas, ligava-se o gravador, e as participantes da pesquisa iam falando livremente, com o mínimo de intervenção por parte da pesquisadora, a não ser para retomar o ponto central de cada questão, o que não significou prejuízo para a construção dos dados. Após cada entrevista, retornamos aos textos já transcritos, para que cada entrevistada pudesse sugerir modificações, o que foi realizado com algumas trocas de *e-mails*.

Essa troca de *e-mails* possibilitou o prolongamento de algumas falas, em que puderam falar do significado de participar da pesquisa. As entrevistadas também apontaram que, apesar de todos os momentos de dificuldade vivenciados durante o tempo de trabalho nas fábricas japonesas, houve momentos em que passaram por episódios alegres e divertidos, até como alternativa para esquecer a saudade e a distância do Brasil.

Vale ressaltar que, das que desistiram de fazer a entrevista e são identificadas no Quadro 1 como Campo Grande, uma chegou a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. No entanto, apesar de várias tentativas de marcar e remarcar um encontro para a entrevista, optou-se por não insistir, assim como com as outras três que também não retornaram as tentativas de contato.

Junto às associações que reúnem a comunidade *Nikkei* em Campo Grande, MS, buscou-se identificar os serviços oferecidos aos migrantes que estão retornando.⁶ Procuramos a Associação Nipo Brasileira e Cultural de Campo Grande, MS, agendamos horário com membro da Diretoria e aguardamos contato. Como não houve devolutiva, fizemos novo contato, mas sem sucesso. Somente no decorrer da investigação é que se concluiu que

⁶ O estudo de Gomes, Le Bourlegat e Maciel (2012) indica uma terceira, a Associação Campo-Grandense de Beisebol, porém trabalhamos somente com as outras duas: Associação Esportiva e Cultural Nipo-Brasileira, fundada em 1920, “resolvendo um dilema que se arrastava há décadas” quanto à definição da data precisa de fundação da entidade, e a Associação Okinawam, fundada em 1922, sendo que até 1962 funcionava na mesma sede da Nipo-Brasileira.

dificilmente teríamos da entidade uma indicação de mulheres que emigraram para o Japão para participarem da pesquisa. Infere-se isso da resposta dada no *Questionário de Pesquisa – Associação pelo Diretor*⁷ da entidade: “As pessoas descendentes de Okinawa (os okinawanos) são fechados (tímidos), e dificilmente eles confidenciam seus problemas com outros.” (APÊNDICE B).

Acessou-se o *site* da Associação Brasileira de *Dekassegui*⁸, que funciona na cidade de Curitiba, PR, e oferece serviço de apoio aos retornados do Japão. Foi enviado um questionário, para o qual não houve devolutiva. Assim, foram utilizadas apenas as informações contidas na página da *web*, então consideradas suficientes à necessidade da pesquisa.

O Diário de Campo foi utilizado nas fases da pesquisa, e, sempre que necessário, recorreu-se a ele para resgatar dados que foram anotados durante o período da realização da investigação. As anotações buscavam garantir que nada fosse esquecido, e o Diário podia ser consultado sempre que surgia alguma dúvida no decorrer da pesquisa. Segundo Minayo (2006, p. 295), no Diário de Campo,

[...] devem ser escritas impressões pessoais que vão se modificando com o tempo, resultados de conversas informais, observações de comportamentos contraditórios com as falas, manifestações dos interlocutores quanto aos vários pontos investigados, dentre outros aspectos.

A escolha do método qualitativo ampara-se na perspectiva sócio-histórica com base no materialismo histórico e dialético de Karl Marx (1818-1883), em *Manuscritos econômicos filosóficos* (1844), cujos fundamentos teóricos e metodológicos demonstram como se constitui o homem enquanto ser social e que, ao satisfazer suas necessidades, transforma a natureza e dialeticamente, nessa atividade se transforma (BOTTOMORE, 2001). Discutindo o conceito de alienação, pois devido a necessidade de prover as condições de sobrevivência, isso torna invisível os aspectos da realidade como resultado da exploração pelo sistema capitalista, uma vez que não possibilita a reflexão cabendo ao trabalhador somente a execução de tarefas automáticas e rotineiras.

⁷ O questionário foi deixado pela pesquisadora na Secretaria das respectivas Associações para que os Diretores pudessem preencher e pegos posteriormente, portanto não tivemos contato direto com os mesmos.

⁸ Entidade fundada em 18 de agosto de 1997, em Curitiba, PR, tendo como objetivo apoiar os *dekasseguis* com ação de orientação para empreendedorismo, informações para os que imigram e para os que retornam do Japão. Endereço do *site*: <<http://www.abdnet.org.br/index.php?>>>.

Foi a partir dos objetivos que, para a coleta de dados, se utilizou a história oral, que é um recurso para estudos referentes à vida social de pessoas. Ela é sempre uma “[...] história do tempo presente e também conhecida por história viva.” (MEIHY, 1996, p. 13). História oral compreende um conjunto de procedimentos, tais como: autorização para gravação, arquivamento e publicação dos resultados, gravação das entrevistas, transcrição e conferência dos depoimentos e, ao final e, “[...] em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas.” (MEIHY, 1996, p. 15).

Utilizou-se um Bloco de Questões que serviram de roteiro para o delineamento das falas das mulheres *dekasseguis*, guiando para uma “conversa com finalidade” (APÊNDICE B). Esta técnica proporcionou a direção das falas de forma livre e espontânea, entendendo-se que “[...] roteiro é sempre um guia, nunca um obstáculo, não devendo prever todas as situações e condições de trabalho de campo.” (MINAYO, 2006, p. 189-190).

O roteiro contribuiu para, durante as entrevistas, “trazer de volta” as participantes, pois, ao relatarem suas histórias, e a depender dos elementos emocionais envolvidos, em alguns momentos, elas desviavam da temática falada ou lhes afloravam sentimentos que conduziam ao choro. Nesse momento,

[...] o instrumento fica guardado na memória do investigador, testando sua capacidade de ver, concatenar fatos, mas, sobretudo, de ouvir e conduzir o entrevistado para que explique, da forma mais abrangente e profunda possível, seu ponto de vista. (MINAYO, 2006, p. 190).

As gravações das entrevistas das participantes foram transcritas integralmente à medida que foram realizadas, segundo a ordem de data de realização. Houve casos em que foi necessário esclarecer alguns pontos de dúvidas, e, para isso, enviou-se *e-mail* para as participantes, que, após lerem o conteúdo, devolveram com pequenas sugestões de alteração. Todas as entrevistas foram guardadas dentro de um mesmo arquivo e impressas para leitura. A partir daí, procedeu-se à revisão geral para correção de eventuais erros de digitação e pontuação, pois, com exceção dos momentos de interrupção para atender a questões momentâneas durante a entrevista, foram preservadas “muletas”, como: “ai”, “né” “ce sabe”, portanto, manteve-se o que diz Thompson (1992, p.293): “[...] a gramática e a ordem das palavras devem ser deixadas como foram faladas [...]. Mesmo com todos os cuidados para preservar as falas,

A palavra falada pode facilmente ser deformada ao ser passada para o papel e, depois, para uma página impressa. Existe desde logo uma perda inevitável

do gesto, ou expressão facial, do tom, do ritmo; e são necessárias, no interesse da legibilidade, algumas alterações deliberadas para eliminar pausas e hesitações perturbadoras ou falsos começos. (THOMPSON, 1992, p. 294).

Inicialmente, foi realizada uma leitura minuciosa dos textos impressos, visando à apreensão geral dos conteúdos. Em seguida, procedeu-se ao tratamento dos dados, organizando-se quadro de categorias com base nos objetivos propostos, identificando categorias existentes *a priori*, mas também as emergidas das falas das participantes e válidas para a análise dos dados da pesquisa, procedendo-se à organização e ao agrupamento dos dados conforme o teor de cada questão. Os dados seguiram a ordem das entrevistas, compondo o Quadro de Categorização conforme os assuntos surgiam, de forma a facilitar a busca durante o processo de análise dos dados e também na construção do Relatório de Pesquisa.

Em seguida, procedeu-se à análise das falas, de onde emergiram os seguintes temas e subtemas, conforme Quadro 2.

QUADRO 2 - Temas e subtemas que emergiram na análise das falas

Temas	Subtemas
Decisão de emigrar	Motivação
Chegada ao Japão	Dificuldades/facilidades
Cotidiano	Em casa/na fábrica
Relações familiares	Brasil/Japão
Trabalho	Local/condições de trabalho
Percepções no retorno	Dificuldades
Planos para o futuro	Permanecer/retornar

Fonte: Francisca Bezerra de Souza, 2013.

Para analisar os dados a partir das falas, utilizou-se a análise de discurso, entendendo-se que os discursos não são fixos e que, por isso, são transformados de acordo com as mudanças que ocorrem no campo social e político. Portanto, o discurso é uma ação social em constante movimento: “[...] O discurso é assim uma palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.” (ORLANDI, 1999, p. 15).

Na abordagem da Análise de Discurso adotada para a análise das falas, baseia-se na tradição francesa vinculada ao Marxismo Histórico e Dialético, pois entende a linguagem como algo material pelo fato de alterar e regular as relações humanas. Para Orlandi (1999), nessa perspectiva de análise de discurso não há um discurso único, mas sim uma diversidade de discursos que busca entender como os discursos são construídos e distribuídos na sociedade, o que falam da História e dos sujeitos inseridos nos contextos sociais e em que condições, sem, no entanto intervir nessas condições, sendo, portanto, descritivo, analítico e reflexivo.

Esse lugar do sujeito é o contexto no qual está inserido, tendo-se a clareza de que esse sujeito não é particular, ou seja, ele é o sujeito do discurso. Desse modo, é histórico, social e descentrado. Segundo Orlandi (2005, p. 20), “O sujeito de linguagem é descentrado, pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como ela o afeta [...]”.

O discurso suposto para análise das falas localiza-se na fala de participantes inseridas em um contexto sócio-histórico, do sujeito que constrói e vive sua história em relação com o outro e consigo mesmo. Para Karl Marx, em *Miséria da Filosofia* (1847), “[...] a história social dos homens é sempre a história do seu desenvolvimento individual, tenham ou não consciência desse fato [...]” (NETTO, 2012, p. 171).

Ao produzir esse discurso na construção de sua história, o sujeito o faz da sua posição no mundo. Assim, segundo Chizzotti (2006, p. 120), “[...] o discurso é a expressão de um sujeito no mundo que explicita sua identidade (quem sou, o que quero) e social (com quem estou) e expõe a ação primordial pela qual constitui a realidade [...]”.

Esta Dissertação está dividida em seis capítulos. O primeiro é esta Introdução, onde se buscou situar tanto os aspectos práticos empreendidos pela pesquisadora ao longo dos estudos em relação ao ineditismo do tema, quanto a tentativa de aliar o estudo com a temática pesquisada pela orientadora da pesquisa. Apresentaram-se as dificuldades em localizar participantes e em conseguir que se dispusessem a conceder as entrevistas, bem como os aspectos éticos da pesquisa. Foram trazidos também os aspectos teóricos relativos à definição de método de pesquisa, procedimentos, técnicas, instrumentos e análise dos dados construídos.

O segundo capítulo aborda questões relacionadas à migração sob os impactos da globalização e como a crise em locais que sempre receberam emigrantes brasileiros, como Europa, Estados Unidos e Japão, tem contribuído para o crescimento da migração de retorno de brasileiros. Busca-se demonstrar que a ida de brasileiros para o Japão está diretamente relacionada com a procura de trabalho que garanta a sobrevivência não só dos que emigram, mas também dos familiares que permanecem no Brasil, e que essa migração em busca de melhores condições de sobrevivência não ocorre de forma isolada e vem sendo realizada em um mundo globalizado que impacta diretamente no modo de vida de pessoas no mundo.

Considerando que a migração em um sistema globalizado pode ser perversa para aqueles que buscam um lugar para trabalhar pela sua subsistência, Santos (2011) afirma que o processo de globalização atinge um último nível de expropriação de capital. A robótica, a Internet e a inteligência artificial fazem com que uma grande massa de pessoas desempregadas e excluídas do mercado de trabalho passe a fazer parte de uma estrutura de mão de obra reserva que busca trabalho onde o capital está.

O fluxo migratório passa, então, a ser determinado por essa globalização negativa, formando uma totalidade. Podem-se ressaltar determinantes econômicos e políticos que interligam o contexto conjuntural e o contexto pessoal, ou seja, as condições sócio-históricas que são apresentadas, tanto no movimento de ida quanto no movimento de volta se assemelham, pois ao emigrar os *dekasseguis* o fazem pela falta de condições de sobrevivência e acesso as políticas públicas em um cenário de crise política e econômica e sem saber ainda quais as condições que encontrariam no país de destino.

Da mesma forma, no retorno, as condições também são desconhecidas, pois o país já não está mais como deixou, as relações de trabalho se modificaram, as relações sócio-familiares se transformaram, os amigos se mudaram ou buscaram outros caminhos e perdeu-se o contato, a família (filhos) já estão crescidos, relações matrimoniais foram desfeitas e os demais passaram esse tempo de ausência ou cuidando dos filhos das *dekasseguis* e ou administrando o dinheiro enviado e será preciso fazer novos arranjos dessas relações na tentativa de se (re) adaptar e ter a vida de volta.

No terceiro capítulo, fala-se da migração japonesa. Aborda-se a vinda dos japoneses para o Brasil no início do século XX. Fruto de acordo entre Brasil e Japão, essa migração deu-se como um movimento singular por diferenciar-se da migração de brasileiros para outros lugares, como Europa e Estados Unidos. Na sequência, considera-se a migração japonesa em

Campo Grande, MS, que elevou o município a terceira maior comunidade japonesa de okinawanos no Brasil, pois a maioria era da Ilha de Okinawa (KUBOTA, 2008). Finalizando o capítulo, apresenta-se a que foi considerada como a década da “febre” de ir para o Japão, período que passou a ser chamado de Movimento *Dekassegui*.

No quarto capítulo, aborda-se a migração de retorno, que se mostra como uma realidade brasileira na atualidade, tendo-se intensificado após a crise econômica que atingiu a Europa, os Estados Unidos e, especificamente, o Japão, gerando desemprego e diminuição de renda entre os imigrantes estrangeiros. Apresentam-se também os motivos que levaram ao retorno de mulheres *dekasseguis* ao Brasil, os estranhamentos vivenciados por elas no retorno ao país de origem, gerando dificuldades de adaptação, os planos para o futuro e a retomada da vida no país de origem.

No último capítulo, apresentam-se as considerações finais, que apontam para a necessidade urgente de o Brasil discutir a construção de política migratória que proteja brasileiros que optam por sair ou retornar ao país, independentemente da motivação. Isso se torna necessário a fim de que se minimizem e se superem as dificuldades de adaptação, de modo que os migrantes possam retomar a vida com inserção no mercado de trabalho, na saúde e educação, assim como em todas as outras instâncias de convívio social juntamente com os amigos e familiares.

2 MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

2.1 MIGRAÇÃO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO

Para refletir sobre as migrações hoje, é necessário compreender o processo de globalização no mundo atual, pois é criada uma ideologia de que não há mais distâncias nem tempo ou qualquer outra dificuldade que não faça a pessoa sentir-se como pertencente a uma “aldeia global”. É como se vivessemos em um mundo que está ao alcance das mãos e basta um clique para acessá-lo, mas que na verdade não é possível homogeneizar o planeta, pois as diferenças locais são aprofundadas (SANTOS, 2011). O autor afirma que a globalização pode ser considerada o apogeu do processo de internacionalização do mundo capitalista e que, para entendê-la é necessário aclarar os “estado das técnicas” e o “estado da política” e que para ele, é impossível separar um do outro.

De acordo com Santos (2011, p. 12), a construção e a interpretação da história se dão por meio das técnicas e da política, e uma não pode ser separada da outra, ou seja, as técnicas são consideradas como um sistema e se fazem de forma combinada por meio do trabalho e de acordo com as formas e lugares do seu uso e para exemplificar, afirma que as técnicas nunca aparecem isoladas na história humana, mas constituem uma família, como em tempos passados da história e cita como exemplo a foice, a enxada, o ancinho “[...] que constituíram num momento passado, uma família de técnicas e que, transportando para o tempo presente apresenta como representante do sistema de técnicas a ‘cibernética, a informática, a eletrônica’.”

Em um contexto histórico globalizado, a técnica da informação constitui-se de um conjunto de técnicas (a cibernética, a informática, a eletrônica) que se configuram como técnicas do *nossa tempo* e não estão restritas a um só ponto do município, estado ou país, mas repercutem simultaneamente em vários pontos do planeta. Com isso, proporcionam o domínio sobre o uso do tempo, em que “cada lugar tem acesso ao acontecer dos outros”, mas Santos (2011) ressalva que ao ser utilizada pelo homem, a técnica não deve ser vista como um dado absoluto, mas de forma relativizada.

Vive-se em um mundo interconectado no qual o mercado financeiro e o comércio são liberalizados e as informações estão a um clique dos dedos, de modo que se fica sabendo o que acontece de um lado do oceano simultânea e instantaneamente do outro lado, gerando modificações significativas no cenário mundial, que se torna unificado. Castells (1999), ao falar da sociedade em rede numa sociedade globalizada, comprehende que ela utiliza e aplica o

conjunto de conhecimentos e informações; em sua base, os avanços nas áreas tecnológicas incidem diretamente, alterando-se aí, portanto, tanto seus sistemas econômicos e políticos quanto o modo como as pessoas se relacionam consigo mesmas, com o outro e com o mundo que as cerca. O autor afirma sobre os meios de comunicação: “[...] são fontes cruciais de dominação e transformação da nossa sociedade [...]” (p. 497).

No entanto, esse processo de globalização apresenta-se como um movimento marcado por contradições. Por um lado, essas novas condições possibilitam bases sólidas para uma ação humana mundializada; por outro lado, geram a competitividade em decorrência da produção e do consumo, o que, para Santos (2011, p. 27), “[...] é a fonte de novos totalitarismos, mas facilmente aceitos graças à confusão dos espíritos que se instala [...]”, assim caracterizando-se a globalização como “perversa”.

Santos (2011, p. 27) refere-se à globalização como “perversa”, afirmando que ela é constituída pela “tirania da informação e do capital e o atual sistema ideológico”, pois a forma como essa informação é oferecida para a humanidade é “uma informação manipulada que, em vez de esclarecer, confunde”, sendo o capital o motor da vida econômica e social. O autor aponta esses dois conceitos como “violências centrais” que alicerçam o sistema ideológico, que “[...] justifica as ações hegemônicas e leva ao império das fabulações, às percepções fragmentadas e ao discurso único do mundo, base dos novos totalitarismos – isto é, dos globalitarismos.” (p. 27-28).

É importante denotar que as pessoas sempre migraram de um território para o outro por diversos motivos e em diversos contextos, mas, com o processo de globalização do capital, se dá também o processo de migração para o trabalho como um movimento de maior fluidez e rapidez do que no passado. Tal fato pode ser constatado de forma acirrada no final do século XX e no início do século XXI, conforme diz Ianni (2001, p. 122): “[...] na mesma escala em que se dá a globalização do capitalismo, verifica-se a globalização do mundo do trabalho [...].”

Assim, é importante observar que os primeiros imigrantes que iam para os Estados Unidos eram vistos pelos americanos como uma ameaça à sua identidade cultural, religiosa e racial, pois eram oriundos de países pobres, sendo associados ao crime. Eram considerados “desajustados sociais” e oriundos de famílias “desestruturadas”, passando a ser fonte de estudos por intelectuais que buscavam entender as mudanças que vinham ocorrendo na classe

trabalhadora, especialmente a desse imigrante urbano e pobre, o que ainda hoje é assunto polêmico (PARKER, 2013).

Da mesma forma ocorreu no Japão quando se iniciou a emigração de brasileiros para atender à demanda de mão de obra no sistema fabril japonês. O acordo previa somente a entrada de descendentes diretos de japoneses por acreditar-se que, dessa maneira, se preservariam os aspectos culturais, sem a interferência de outros povos e culturas, o que denota preconceito e discriminação em relação à emigração de não-descendentes japoneses, como será visto no Capítulo 3.

O estudo realizado por William Thomas (1863-1947) e Florian Znaniecki (1882-1958), intitulado *The polish peasant in Europe and America: A classic work in immigration history* (1918), que repercute até os dias atuais, defendia que haveria, por parte dos imigrantes, total assimilação estrutural e cultural, não implicando a preservação de valores e modo de vida, e que se tornariam grupos “cada vez mais amplos e inclusivos” (SASAKI; ASSIS, 2000). Todavia, o *melting pot*⁹ não se concretizou, pois os estudos não consideravam as diferenças trazidas pelos imigrantes como resultados dos processos de colonialismo e imperialismo. Ao invés de adaptação, aculturação e assimilação, os grupos se transformaram em grupos étnicos garantindo suas distintividades (SASAKI; ASSIS, 2000).

As teorias marxistas apontavam que, com o aumento de trabalhadores temporários especificamente nos países da Europa, como Alemanha, França e Suíça, a questão era da inserção desses trabalhadores na linha do capital. Utilizando-se o “exército de reserva” formado pelos trabalhadores das indústrias, era clara a estratégia de encorajar a migração sem, no entanto, incentivar a permanência desses trabalhadores, de modo a não serem inseridos nos programas de benefícios sociais nos países receptores (NETTO, 2012).

Pode-se afirmar que, na segunda metade do século XIX, ao empreender-se o projeto de migração, de modo geral, os trabalhadores iam em busca de oportunidades de trabalho. Migrar era visto como a única alternativa para fugir de situações precárias de sobrevivência; no entanto, o horizonte vislumbrado restringia-se a uma cidade mais próxima ou a outro estado do seu país. Desconhecia-se o cenário que se encontraria no lugar de destino, podendo-se afirmar que migrar era “dar um tiro no escuro”, pois os trabalhadores não tinham

⁹ O termo refere-se à assimilação estrutural e cultural pelos imigrantes nos Estados Unidos da América.

familiares, amigos ou conhecidos que lhes dessem qualquer informação sobre o lugar para onde iam, por exemplo, podemos citar entre outras situações a dos imigrantes europeus que vieram para o Brasil, como os italianos e os próprios japoneses.

No entanto, à medida que se acelerava a globalização e se formava uma nova sociedade globalizada, houve também o avanço dos meios de comunicação e a criação das redes sociais¹⁰ formadas por imigrantes. Isso facilitou o processo de migração e contribuiu para diminuir os riscos e dificuldades impostos àquele que decide migrar, pois, pelas redes sociais formadas por pessoas de seu conhecimento, já sabia o que poderia encontrar no país de destino.

Para Martine (2005, p. 3), a globalização da era atual foi “iniciada nas últimas décadas do século 20”, destacando os aspectos econômicos e financeiros. Segundo o autor, “[...] todos estão caminhando em direção a uma nova organização da economia global”. O modelo conhecido como Consenso de Washington, que foi orquestrado de forma agressiva pelos organismos internacionais e representantes dos países desenvolvidos, “[...] reduziu significativamente a participação estatal na economia e a proteção da economia nacional e, ao mesmo tempo, abriu as fronteiras para o fluxo de bens e serviços, assim como de capital [...]” (MARTINE, 2005, p. 3). Ao dizer isso, o autor situa o ano de 1985 como o período em que houve a aceleração da globalização. Afirma ainda que a migração na contemporaneidade “é resultado das desigualdades entre países” e tem na globalização o motor que acentua essas desigualdades.

O Consenso de Washington (1989) continha uma série de recomendações visando o desenvolvimento e ampliação do neoliberalismo nos países da América Latina com objetivo de “acelerar o desenvolvimento sem priorizar a distribuição de renda” e giravam em torno de três ideias principais: abertura econômica e comercial, aplicação da economia de mercado e controle fiscal macroeconômico, mas que, no entanto, não levava em consideração as peculiaridades de cada país alvo dessas medidas como o Brasil, que a princípio resistiu a “receita de bolo”, mas no entanto foi um dos que mais rapidamente as aplicou e que atingiu o ápice na década de 1990, onde se assistiu no país uma política de privatizações que transferia

¹⁰ Neste trabalho, utilizou-se o conceito de rede social composto por relações familiares que serviram de apoio nos anos iniciais do movimento *dekassegui* (final a década de 1980), e posteriormente (a partir dos anos 1990) houve o crescimento das redes sociais virtuais, o que facilitou tanto a ida de brasileiros para o Japão quanto o contato com parentes e familiares que haviam permanecido no Brasil, minimizando os riscos durante o processo de emigração.

para a iniciativa privada estatais de energia, telecomunicações, mineração dentre outras. As críticas que repousavam sobre o Consenso, principalmente por movimentos de esquerda, consideravam que as ideias seriam para atender aos interesses norte-americanos em toda América Latina, para beneficiar as elites e que tais medidas favoreceriam a concentração de renda nos países da região e apontavam como alternativa a adoção de política inversa a que preconizava o Consenso de Washington, onde o Estado deveria ter maior intervenção na economia, ampliar e fortalecer as leis trabalhistas (BATISTA, 1994).

Dados do Banco Mundial (2005) citam as remessas dos migrantes de países pobres a países ricos como o aspecto fundamental na governabilidade das migrações internacionais, justificando a ideia de que essas remessas contribuem para o combate à pobreza nos países de origem. Ainda no mesmo documento, destacam-se três aspectos positivos das migrações internacionais para os países pobres: as remessas, a redução das pressões no mercado de trabalho interno e contatos com mercados internacionais e acesso à tecnologia.

Isso, para Patarra (2006, p. 3), só é consagrado no discurso por atribuir a questão do desemprego nos países em desenvolvimento e o acesso desses países à tecnologia às migrações temporárias de contingentes populacionais documentados:

[...] é impressionante a consagração, no discurso, da divisão entre os países desenvolvidos e os outros, divisão a se perpetuar, uma vez que, implícito ao documento, a pobreza deve diminuir, mas não se consideram as condições e as viabilidades estruturais de desenvolvimento desses países de origem na ordem mundial.

Assim, pode-se afirmar que falar de migração por si só se apresenta como um fato complexo que tem sido, nos últimos tempos, alvo de pesquisas. Esse fenômeno, como dissemos, não é novo, mas vem sendo ignorado pelo Estado brasileiro ao longo dos anos. Ao falarmos do fenômeno em um contexto de globalização, percebe-se que não há, entre os estudiosos sobre o tema, uma definição clara sobre o processo. Há os que consideram o processo de globalização positivo por facilitar a troca entre os povos, mas há também os que afirmam ser uma forma de acentuar as desigualdades entre as pessoas.

Deve-se considerar que o homem é um ser em movimento, como afirma Cavarzere (1995, p. 13): “[...] a história humana é a história do movimento migratório. Por volta de 20.000 a.C. o homem moderno, originário da África, já estava presente na maior parte dos continentes, com exceção da Antártica.” Assim, podemos afirmar que migrar é inerente ao ser humano e pode ocorrer por razões diversas, como afirma Cavarzere (1995, p. 13):

Os cataclismos, desastres naturais [...] As guerras, as perseguições religiosas e políticas [...] ou ainda, e talvez a mais nobre das razões, a pura e simples perspectiva de encontrar uma vida mais abastada, em terras diferentes e não tão populosas quanto a sua, foi o suficiente para fazê-lo locomover-se.

Dessa forma, as migrações, e aqui tratamos especialmente das migrações na contemporaneidade, caracterizam-se pelo intenso fluxo de migrantes que vão em busca de trabalho em outros países. Entretanto, estes oferecem condições precárias de trabalho, pois se trata de postos de trabalho com funções que os nativos se recusam a realizar e que compõem o segmento do mercado não-qualificado, proporcionando o que Antunes (2007, p. 50) chama de “processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora”.

Vale ressaltar que, no contexto das migrações contemporâneas para o trabalho, é cada vez mais efetiva a participação da mulher no movimento imigratório. Isso tem levado ao crescimento de estudos e debates, na tentativa de tirar da invisibilidade a imigração de mulheres. Estudiosos já apontam para o fenômeno da “feminização da migração”, o que faz com que se desmistifique a migração como própria do sexo masculino, incorporando-se as mulheres com suas experiências migratórias, assim contribuindo para o avanço dos estudos sobre a temática.

Essa migração feminina ocorre para países europeus, como Portugal e Espanha, entre outros, sendo que a característica dessa imigração vem se alterando, pois tende para uma migração feminina de forma autônoma, em que migram mulheres solteiras e/ou divorciadas e com projetos pessoais. A migração ao longo dos tempos era para atender ao mercado de trabalho, que oferecia oportunidades de trabalho que os nativos não queriam fazer, como faxina, cuidados com crianças e idosos e a prostituição.

Embora seja crescente a participação feminina nos movimentos migratórios, ainda não se pode quantificá-la na sua totalidade por razões históricas, que ligam o ato de migrar com a figura masculina, tendo a figura feminina apenas como coadjuvante, seja para acompanhar o marido ou para reunir a família no local de destino. Por outro lado, pesquisas realizadas em países da Europa com o recorte de gênero indicam que cada vez mais as mulheres migram empreendendo projetos pessoais, os quais são responsáveis pela mudança de *status* e também pelo sustento de sua família, incluindo pais, filhos e muitas vezes o marido.

Há, ainda, outro fator que gera a invisibilidade da participação feminina no processo migratório internacional: o fato de muitas mulheres estarem no país de forma irregular; por

isso, não há como quantificar com exatidão esse número de mulheres migrantes. Como não estão documentadas, vivem em situação de aceitar trabalhos que preservem essa condição sob o risco de, se descobertas, sofrerem sanções no país de destino. Da mesma forma ocorria com a migração masculina para o trabalho não qualificado e quando se trata da questão de gênero, essa invisibilidade se acentua, pois ao migrar a mulher sempre foi para acompanhar uma figura masculina (pai, marido ou irmãos).

Pesquisa realizada por Almeida (2008), que investigou mulheres brasileiras imigrantes na Holanda, argumenta que “o principal motivo da imigração de mulheres tem sido a questão do matrimônio”. Aponta, ainda, que há muitas mulheres brasileiras que optam por realizar suas atividades junto ao mercado sexual, umas aliciadas e outras por vontade própria:

[...] muitas mulheres, nessa situação, estão vivendo na Holanda de uma forma dissimulada, dizem para a família que fazem um outro tipo de trabalho, em restaurante ou no trabalho doméstico, a maioria para esconder essa atividade, o que torna mais difícil sair dessa situação. (ALMEIDA, 2008, p. 69).

O estudo aponta também que as atividades oferecidas para as mulheres brasileiras são as que se relacionam com os trabalhos domésticos, como as funções de faxineira, babá, ajudante de cozinhas, garçonete, outros. Pelos dados encontrados na pesquisa, nesse segmento, o número de mulheres ultrapassa o número de homens, do que se pode inferir que, apesar do crescimento da denominada “feminização da migração”, não é possível afirmar que a mulher tenha autonomia nas escolhas de trabalho e vida no país de destino.

A migração feminina é apontada como fator de diminuição da pobreza nos países de origem devido às remessas que as mulheres enviam para a manutenção de suas famílias, mas isso não é suficiente para dar-lhes os mesmos direitos que os homens em relação à divisão sexual do trabalho. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (2008, p. 3),

Embora a percentagem de mulheres nos números globais da migração tenha registrado apenas um aumento marginal por volta da década de 1960, os números a nível mundial não refletem as mudanças significativas ocorridas nas características da migração feminina. Os mecanismos de recolha de dados ainda são insensíveis à dimensão de gênero. Ao longo dos anos, a proporção de mulheres que migraram em busca de trabalho cresceu rapidamente, e essa tendência mantém-se. Tradicionalmente, as mulheres migravam para se juntarem às suas famílias. Atualmente, há um número crescente de mulheres e raparigas, com diferentes níveis de habilidades, que migram à procura de trabalho, em muitos casos sozinhas e como únicas responsáveis pelo sustento da família.

O relatório final da X Conferência Regional sobre la Mujer de América Latina y El Caribe, realizada em Quito, em agosto de 2007, confirma o crescimento da migração de mulheres latino-americanas e caribenhas, mas afirma que:

Las mujeres de América Latina y el Caribe están siendo protagonistas de uno de los cambios culturales más grandes de la historia. Hoy en día es posible afirmar, en términos de las libertades conquistadas, que casi ninguna mujer quisiera repetir la vida de sus abuelas. La igualdad ha avanzado a paso más lento y a pesar de los drásticos y, probablemente, irreversibles cambios producidos en las familias, el mundo del trabajo y la vida política, el malestar de las mujeres de la región pone al descubierto la brecha entre su aporte a la sociedad y el reconocimiento de que son objeto. Aunque han pasado a ocupar espacios cada vez más importantes en la toma de decisiones y son un factor clave en el mercado de trabajo, las mujeres siguen sobrerepresentadas entre los pobres y subrepresentadas en la política. La clave de esta postergación y el tratamiento de las mujeres como minoría vulnerable por parte de las políticas públicas se explica, en gran medida, por la imposibilidad de las mujeres de romper el mandato cultural que las obliga a realizar las labores domésticas, así como por la ausencia de los hombres en las actividades de cuidado. Casi la mitad de las mujeres mayores de 15 años no tiene ingresos propios, el número de hogares monoparentales encabezados por mujeres se ha incrementado y los hombres ocupados en el trabajo no remunerado son una minoría [...] (COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 2007, p. 3).

No final da década de 1980 e início da década de 1990, as mulheres descendentes de japoneses emigraram para o Japão na qualidade de *dekasseguis*. Elas foram para trabalhar nas fábricas japonesas com o objetivo de manter a sua família, filhos, maridos e pais, que ficaram no Brasil, pagar dívidas familiares e ainda conseguir juntar certa quantia em dinheiro para poder retornar ao seu país de origem e continuar a vida de forma tranquila.

Essa maior busca de trabalho além das fronteiras é resultado das crescentes mudanças ocorridas no mundo do trabalho e sua consequente desregulamentação, o que, por sua vez, gera a precarização das condições de trabalho. Segundo Antunes (2007, p. 49), “[...] vivencia-se também uma subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, ‘tercerizado’ [...]”.

É nesse sentido que abordaremos a inserção do Brasil no cenário das migrações contemporâneas, entendendo que o movimento migratório se apresenta ao longo dos tempos de forma incessante, mas também de forma contraditória, pois altera períodos em que recebe a mão de obra “flutuante” e outros em que atua como “exportador” de mão de obra excedente, mas sempre para atender às necessidades do capital.

2.2 O BRASIL NO CENÁRIO DAS MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS: A DIALÉTICA DE RECEPÇÃO E EMISSÃO DE MIGRANTES

Para discutirmos migração, é necessário antes compreender alguns conceitos etimológicos de termos utilizados para designar os elementos que compõem o ato e os sujeitos desse movimento: “migração”, “migrar”, “imigrar” e “emigrar”, que, não raras vezes, geram dúvidas.

A palavra “migrar” deriva do latim *migrare*. Segundo o *Novo dicionário básico da língua portuguesa* (2002), à palavra “imigrar”, dela derivada, atribui-se o ato de estabelecer-se em país estrangeiro, temporária ou definitivamente; já “emigrar” é o ato de sair de seu país de origem para estabelecer-se em outro.

Cabe explicar que o movimento de recepção e emissão de migrantes no cenário brasileiro se caracteriza como um processo dialético, portanto, não é estático e vem se alterando ao longo da história do país entre períodos de envio e períodos de recebimento de migrantes. Atualmente, devido à relativa estabilidade econômica e social pela qual passa o Brasil, o país vem recebendo de volta muitos brasileiros, o que é caracterizado como migração de retorno, tema deste estudo que será abordado no Capítulo 4.

Por outro lado, é importante destacar que o Brasil tem se constituído como importante cenário para o fenômeno das migrações. Prova disso é a diversidade encontrada na formação da população brasileira e a riqueza da nossa cultura, se considerarmos somente o lado positivo do fenômeno. Brito (1995, p. 52) afirma: “[...] entretanto, não houve economia e sociedade que se desenvolvesse sem que houvesse uma intensa mobilidade espacial da população.”

Assim, não podemos considerar a migração como um fenômeno isolado, como uma invenção do século XX ou da modernidade, pois tem na historicidade um elemento integrante dos acontecimentos na atualidade, embora tenha se intensificado no pós-guerra (1945) e, de forma acentuada a partir do século XIX, como afirma Brzozowski (2012, p. 137): “Os homens migravam sempre, porém desde o século XIX pode-se observar a intensificação dos movimentos populacionais no quadro mundial [...]”.

O Brasil, ao sair do sistema escravocrata para o sistema capitalista, buscou substituir a mão de obra escrava pela mão de obra estrangeira europeia, como a dos italianos, que

migraram para trabalhar nas lavouras de café. Portanto, a vinda desses trabalhadores estrangeiros foi financiada pelos estados que detinham grandes plantações de café, como São Paulo e Rio de Janeiro.

O mercado brasileiro, que substituiu o mercado asiático, pois este teve sua lavoura dizimada por uma praga, era tido até então como grande produtor de café, porém, como a produção de café supera a demanda mundial, o país entra em crise e o café se acumula. Além disso, teve como agravante o fim da vinda de imigrantes italianos, pois o governo italiano proibiu a vinda de trabalhadores devido às péssimas condições de trabalho oferecidas aos imigrantes pelos produtores brasileiros, conforme constata Pilagallo (2002, p. 46): “[...] houve um grande êxodo de imigrantes italianos, cuja vinda ao Brasil o governo estimulara para substituir a mão-de-obra escrava [...]”.

Pode-se caracterizar a imigração estrangeira no Brasil de forma alternada. De acordo com Levy (1974), a primeira onda da imigração estrangeira pode ser assinalada pelo período de 1880 a 1903, etapa que registrou a entrada de 1.850.985 imigrantes europeus. No período de 1904 a 1930, ocorre a segunda onda de imigração, quando se registra a entrada de 2.142.781 estrangeiros. Após a Primeira Guerra Mundial, essa entrada ocorreu de forma muito reduzida, sendo que pós-1918 houve um incremento da imigração estrangeira de poloneses, russos e romenos, mas em 1927 essas entradas são reduzidas significativamente, pois acaba o subsídio do governo do Estado de São Paulo para a imigração estrangeira (PATARRA; BAENINGER, 1995).

Registra-se, ainda segundo as mesmas autoras, que, embora houvesse a diminuição de entrada de estrangeiros, no período de 1932 a 1935, se verifica a chegada de imigrantes japoneses, particularmente em São Paulo, e após a Segunda Guerra Mundial, é que ocorreu a terceira onda de imigração, em menor proporção do que em décadas passadas.

Nos períodos até aqui citados, percebe-se que a imigração serve para suprir a carência de mão de obra quando há superprodução ou diminuição de massa trabalhadora. Marx (1847 apud NETTO, 2012, p. 390) assim analisa essa mobilidade de trabalhadores que seguem o capital: “[...] os trabalhadores são ora repelidos, ora atraídos em quantidade maior [...] Aí a superpopulação assume a forma flutuante.” Sobre o uso de máquinas e da moderna divisão do trabalho que emprega grande contingente de “meninos e rapazes até atingirem a idade adulta”, Marx (1847 apud NETTO, 2012, p. 390) diz: “[...] esses que são despedidos tornam-se

elementos da superpopulação flutuante que aumenta ao crescer da indústria. Parte deles emigra e, na realidade, apenas segue o capital em sua emigração.”

Entretanto, não se pode negar a contribuição da imigração do ponto de vista demográfico e econômico, pois isso propiciou o crescimento, a composição, a distribuição da população e o desenvolvimento agrícola e regional, com aspectos positivos na construção da vida social, política e cultural. Porém, admite-se que essa mobilidade internacional serviu em décadas passadas e ainda serve para atender aos interesses do capital, mesmo ocorrendo mudanças quanto às modalidades.

Conforme Patarra e Baeninger (1995, p. 80), “Os anos 50 encerraram o período de ‘vocação’ receptora da história brasileira, verificando-se que o período pós-1964 marcou definitivamente a redução no número de imigrantes entrados no Brasil [...]. Daí em diante, observa-se a redução gradativa de imigrantes estrangeiros, o que leva o Brasil, por sua vez, em uma forte crise política e econômica, a recorrer à população nacional, que se mobilizava da área rural para a área urbana e em grande quantidade do Nordeste em direção ao Sudeste e Centro-Oeste, como, por exemplo, os que vieram para o Planalto Central no final da década de 1950 para a construção da capital federal, Brasília.

Em outro estudo, Patarra e Baeninger (2006), ao analisarem o Brasil no contexto sul-americano, apontam disparidades na trajetória histórica de movimentos populacionais internacionais em relação aos países que compõem o continente sul-americano: tem-se “[...] a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX como o período característico do movimento migratório internacional com origem além-mar [...]. Esse grande fluxo de imigrantes constituiu-se majoritariamente de pessoas vindas da Europa, sendo que espanhóis, portugueses e italianos migraram para Argentina, Brasil e Uruguai e chineses se dirigiram para o Peru. Conforme os autores, do começo do século XX até o ano de 1970, podem ter entrado cerca de 21 milhões de imigrantes de ultramar na região.

Mesmo ocorrendo nesse período o retorno considerável de parte desses imigrantes à sua terra de origem, a imigração internacional líquida para a América Latina e Caribe chegou a 13,8 milhões de pessoas, sendo que, entre estas, mais de 11 milhões eram de origem europeia: italianos, portugueses, espanhóis, alemães, suíços, irlandeses, austríacos e franceses. O Brasil e a Argentina, juntos, absorveram 73% desse saldo migratório internacional da região (PATARRA; BAENINGER, 2006).

Na década de 1990, segundo Patarra e Baeninger (2006), o Brasil apresentava uma população estrangeira de 1,1 milhão de imigrantes, representando 6,2% de sua população, ou seja, o país acumulava uma população de estrangeiros. O pico mais elevado ocorreu em 1920, com 1,5 milhões de estrangeiros, mesmo com o país apresentando cenário de oscilações, com acirramento de crises e instabilidade política.

No Brasil, com o fim do período de “vocação” para receber imigrantes, como dito acima, inicia-se o “movimento como país exportador de migrantes”. O país assiste à saída de grande quantidade de brasileiros em direção aos Estados Unidos para “fazer a América”; para o Japão, seguindo “o milagre japonês”; e para a Europa, como uma forma de “fugir” da crise econômica e política pela qual o país passava (SAKURAI, 2007). Com o final da ditadura militar e o processo de redemocratização, o Brasil entra na esteira da imigração de brasileiros em enfrentamento à crise financeira que se instalava no país, período este que Sales (1999) denomina de “década perdida”.

O país presenciava momentos diferentes, passando daquele em que recebia imigrantes para aquele em que “exportava”, porém, de forma perversa, pois “começa a exportar o que há de melhor em seu território, que é sua própria população”. Ressalta-se que eram homens e mulheres que tinham recebido investimento em saúde e educação e que, “[...] no momento mais precioso de suas vidas, vão realizar alhures um trabalho geralmente aquém de sua qualificação profissional.” (SALES, 1999, p. 14).

Segundo Sales (1999), a questão da migração de brasileiros para o exterior em busca de oportunidades oferecidas por países como Estados Unidos, Japão e nações da Europa passou a ser encarada como uma questão social e tem sido objeto de estudos de várias pesquisas. Os veículos de comunicação passaram também a noticiar com mais frequência essa saída de brasileiros para o exterior. Todo esse “movimento”, tanto da academia quanto dos meios de comunicação, levou o governo brasileiro a colocá-lo na pauta de discussão e inserir propostas nos programas de trabalhos, buscando construir políticas sociais que atendessem a questões relacionadas à migração de brasileiros, como, por exemplo, a I Conferência sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior “Brasileiros no Mundo”¹¹.

¹¹ A I Conferência sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior “Brasileiros no Mundo”, realizada em Brasília, DF, em 2008 “[...] com 400 participantes. Representantes de vários Ministérios, do Parlamento, do Judiciário, da academia e de brasileiros no exterior [...] para debater questões importantes para cerca de 3 milhões de concidadãos que vivem no exterior [...]” (FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO, 2009, p. 17).

De acordo com Patarra e Baeninger (2006, p. 87), os diagnósticos apresentados sobre movimentos internacionais de brasileiros apresentam-se em distintas modalidades, ou seja, as de deslocamento temporário, como no caso dos *dekasseguis*, com a finalidade de realizar uma “penosa poupança”, e os gerados “[...] por expansão de problemas agrícolas no território fronteiriço com o Paraguai, com denominação de grande contingente de ‘brasiguaios’ e, segundo as autoras, com “nítida conotação de novos relacionamentos internacionais.”

Embora os dados sobre a mobilidade sejam fragmentados, a autora afirma que a saída de brasileiros entre as décadas de 1980-1990 até meados do ano de 2000 foi estimada em torno de dois milhões de pessoas, fazendo com que o Governo Federal assumisse o fato como uma nova problemática e após estudos apresentasse o diagnóstico:

De acordo com os registros consulares, para o ano 2002 foram contabilizados 1.887.895 brasileiros residentes no exterior, dos quais 42% se encontravam nos Estados Unidos (quase 700 mil brasileiros); 24%, no Paraguai (em torno de 450 mil); 11%, no Japão (225 mil). Para os países do Primeiro Mundo, em geral, estima-se em 1.5 milhões a emigração de brasileiros. Em 2003, o total contabilizado está em torno de 1.8 milhões de pessoas, o que denota cifras muito próximas nesses dois anos. (PATARRA; BAENINGER, 2006, p. 87).

Assim, pode-se constatar que o Brasil tem se caracterizado, desde o final do século XX e início do século XXI, como país receptor-emissor-receptor, pois até 1950 recebia estrangeiros para trabalhar na lavoura de café, como foi o caso dos japoneses; a partir de 1950, a direção inverte-se, e, dessa vez, são os brasileiros que em grande quantidade vão para os Estados Unidos, que chegou a ser considerado, segundo Martine (2005), “Meca dos migrantes”; para a Europa nos anos 1990, em menor número, e final da década de 1980 e começo da década de 1990.

É importante observar que o reconhecimento por parte do Estado brasileiro dessa “nova problemática” como uma questão social demandou a formulação de políticas públicas com a finalidade de “monitorar, acompanhar e proteger os cidadãos brasileiros que vivem no exterior” e uma ação importante (I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior, em 2002), o que resultou em propostas, tais como:

Formulação de políticas públicas para a emigração, representação política para os emigrantes brasileiros, elaboração do estatuto do brasileiro no exterior, atuação de consulados e embaixadas brasileiras, incluindo apoio ao repatriamento, recadastramento eleitoral, reforço dos consulados itinerantes e assessoria jurídica a emigrantes. (PATARRA; BAENINGER, 2006, p. 88).

Essa ação foi registrada para impulsionar a criação dessas políticas públicas em conjunto com outras instâncias governamentais, religiosas e da sociedade civil. Todavia, segundo os realizadores do Encontro, isso não substitui a elaboração e execução de políticas públicas que preservem os direitos de todos os cidadãos brasileiros residentes no exterior.

A permanência de trabalhadores brasileiros no exterior refletiu-se diretamente na economia brasileira, pois os que estavam no exterior enviavam o dinheiro economizado para que fosse aplicado por parentes que haviam permanecido no Brasil em imóveis ou negócios comerciais. Isso, muitas vezes, impulsionou as economias locais, como é o caso da cidade mineira de Governador Valadares, que foi marcadamente modificada devido ao envio do dinheiro pouparado pelos emigrantes para ser aplicado no município:

A região de Governador Valadares contribui com o maior número de migrantes brasileiros que tomam a direção dos Estados Unidos. Esses emigrantes estão em contato direto com a cidade de origem e mantêm uma remessa regular de dólares que influencia a economia local (principalmente comércio e construção civil) e dá nova configuração ao estilo de vida social. (SIQUEIRA, 2006, p. 59).

Siqueira (2006, p. 63), ao estudar o fenômeno da emigração de cidadãos Valadarenses para os Estados Unidos, afirma que, entre os entrevistados, estes não apresentavam como motivação para emigrar o fator financeiro, visto que “pertenciam a famílias da classe média”. A maioria justificava o ato como “o desejo de conhecer o novo e de acreditar nas possibilidades oferecidas na terra do ‘Tio Sam’”, portanto, trata-se de uma mobilidade diferenciada.

Há, ainda, os que guardavam dinheiro em casa, como aponta a pesquisa realizada por Siqueira (2006). No entanto, “29% enviavam suas poupanças para o Brasil”. A destinação que era dada ao dinheiro remetido tinha como alvo principal a manutenção dos membros das famílias que ficaram na cidade: 52%, 32% iam para “investimento”, e ainda 28,9% eram depositados em caderneta de poupança com a finalidade de investir em “negócio próprio” quando retornassem.

Vale ressaltar que a pesquisa realizada por Siqueira (2006) na cidade de Governador Valadares demonstrou que, devido à remessa enviada por brasileiros, houve crescimento principalmente no setor imobiliário, onde foi investida a maior parte do dinheiro pouparado no estrangeiro. A autora afirma que essa remessa “representa 60% da arrecadação do município,

R\$ 274 milhões em 2006”¹². Dessa forma, é preciso ter clareza de que, para além do desenvolvimento na economia do país, é preciso antes que haja reflexo que promova melhores condições de vida de famílias de emigrantes brasileiros e que, portanto, essas remessas não devem substituir políticas públicas que deveriam atingir a todos. As remessas de dinheiro dos trabalhadores migrantes são salutares para a redução da pobreza e para crescimento na América Latina e no Caribe, mas elas não substituem políticas acertadas de desenvolvimento nos países (VIVEIROS; JACKSON, 2006).

2.3 MIGRAÇÃO BRASIL-JAPÃO COMO MOVIMENTO SINGULAR

A história da migração entre os dois países acontece desde o final do século XIX, mas, oficialmente, iniciou-se somente após a assinatura do *Tratado de Amizade, de Commercio e de Navegação* (1895). Esse documento estabelecia, em seu artigo 3º, que:

[...] Os cidadãos e súditos respectivos terão o direito de transitar livremente e com inteira segurança com seus navios e mercadorias em todos os portos, rios e lugares [sic] onde igual favor for permitido aos cidadãos ou súditos da Nação [...] (TRATADO DE AMIZADE..., 1895).

O processo para assinatura do acordo foi inspecionado pelas autoridades japonesas, que enviaram uma comitiva para conhecer e avaliar as fazendas brasileiras antes da assinatura do Tratado, pois o Brasil para os japoneses era um lugar desconhecido, pois não sabiam nem onde estava localizado geograficamente. Assim, o governo japonês, além de subsidiar as passagens, desenvolve ampla propaganda para incentivar a vinda de famílias japonesas para o país, divulgando que no Brasil a possibilidade de enriquecimento era muito fácil, criando a ilusão de que só precisavam “estender os braços para achar o que comer” (SAKURAI, 2007, p. 245).

Embora o acordo tenha sido assinado no final de um século (1895), somente em 1908 (início de outro século), chegaram ao Porto de Santos 781 pessoas a bordo do navio Kasato Maru¹³, que navegou durante dois meses antes de chegar às terras brasileiras. Trazia japoneses para trabalharem como colonos nas lavouras de café, sendo que, desse total de

¹² A autora utilizou como fonte a *Folha de São Paulo* de 25 de dezembro de 2005, Caderno B, p. 7.

¹³ Navio que aportou em 18 de junho de 1908 no Porto de Santos trazendo a primeira leva de imigrantes japoneses, em um total de 781 pessoas, sendo a maioria composta de famílias (ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL NIPO-BRASILEIRA, 2005).

imigrantes, 158 eram de famílias (pai, mãe e filhos); a maioria dessas pessoas era da província de Okinawa¹⁴.

Entre a assinatura do Tratado e a vinda dos japoneses para o Brasil, passaram-se 13 anos. Esse hiato foi atribuído ao fato de que, primeiramente, os trabalhadores japoneses emigraram para o Havaí, nos Estados Unidos, e para o Canadá, porém, em 1907, a migração para esses países foi suspensa, e o Japão buscou outros países para enviar seus trabalhadores, conforme aponta Costa (2007, p. 30): “[...] em razão do crescente ressentimento, nos EUA, contra a colonização nipônica [...]. Isso fez com que o governo japonês, no final do século XIX, estabelecesse relações diplomáticas com outros países visando a assegurar outros destinos para seus trabalhadores.

A busca por países que oferecessem trabalho para os japoneses levou o governo japonês a fazer contato com o governo brasileiro, primeiramente em 1892, com a promulgação da Lei n. 97, no governo¹⁵ de Floriano Peixoto (1939-1895), que permitia a imigração de asiáticos para o Brasil. Em 1895, em Paris, assina-se o *Tratado de Amizade, de Commercio e de Navegação*, acima citado, mas a vinda de japoneses para o Brasil só ocorreu efetivamente em 1908. Nesse período, o Brasil não contava mais com a mão de obra escrava, pois utilizava a mão de obra de imigrantes italianos, como vimos no item anterior.

Dessa forma, pode-se afirmar que há convergência de interesses entre os dois países (Brasil e Japão) para atender à demanda do capital. O Brasil precisava de trabalhadores para as lavouras de café, e o Japão necessitava encontrar mercado de trabalho para os japoneses. Com isso houve por parte dos dois países a efetivação de ações para que os japoneses fossem enviados para trabalharem nas fazendas brasileiras (COSTA, 2007).

A maioria desses colonos foi encaminhada aos Estados de São Paulo e Paraná para trabalhar nas lavouras de café, por serem trabalhadores rurais no Japão, vindos com a promessa de receber bons salários, aliando-se a isso o sonho de juntar dinheiro e voltar à terra natal. No entanto, a realidade encontrada foi outra, pois esses trabalhadores tiveram

¹⁴ “Okinawa é uma ilha comprida no Japão que tem oito quilômetros de largura e 120 quilômetros de comprimento, com escassa área cultivável e pobre em recursos naturais; desde a antiguidade, dependia economicamente do comércio com o exterior.” (ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL NIPO-BRASILEIRA, 2005, p. 33).

¹⁵ Presidiu o Brasil de 23 de novembro de 1891 a 15 de novembro de 1894, no período da República das Espadas.

dificuldade de adaptar-se aos serviços, e um número significativo de lavradores fugia das fazendas, tornando a mão de obra imigrante impopular entre os produtores agrícolas. Além disso, os baixos salários foi outro fator que desestimulou os imigrantes japoneses, uma vez que isso se refletia diretamente nos planos dos japoneses, que era enriquecer e voltar para seu país. Todavia, muitos acabaram permanecendo definitivamente no Brasil por terem ficado sem recursos para custear o retorno ao país de origem (ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL NIPO-BRASILEIRA, 2005).

Com pouco tempo trabalhando nas lavouras de café, os japoneses perceberam que o sonho de retornar enriquecidos para o Japão estava longe de acontecer, gerando entre esses trabalhadores o descontentamento e, com isso, a dispersão para outros estados brasileiros, como foi o caso da vinda para Mato Grosso (antes da divisão do Estado, em 1979). Eles vieram para trabalhar na construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, e Campo Grande, passou a ser local de fixação desses trabalhadores japoneses, que se estabeleceram nos arredores da cidade e aqui foram construindo suas vidas, contribuindo para a construção da cidade e, principalmente, gerando produção de frutas e hortaliças que abasteciam o mercado local (ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL NIPO-BRASILEIRA, 2005).

A partir daí, essa imersão pelo interior do país alargou-se. Conforme Kodama e Sakurai (2008), o recenseamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 1920 apurou, em todo o território brasileiro, uma população de 27.976 japoneses, dos quais 16.397 homens e 11.579 mulheres, assim distribuídos: 24.435 em São Paulo; 1.923 em Minas Gerais; 701 no Paraná; e 514 em Mato Grosso. Desse modo, Campo Grande passou a ser também local de moradia dos trabalhadores japoneses, que formaram a comunidade de *nikkeis*¹⁶, ressaltando-se que, atualmente, Campo Grande é considerada a terceira maior comunidade *nikkei*, composta por okinawanos no Brasil (KUBOTA, 2008).

Portanto, a migração entre o Brasil e Japão apresenta-se singular, visto que tanto a vinda de japoneses para o Brasil quanto a ida de brasileiros para o Japão são frutos de acordos internacionais entre as partes e sempre conforme a conveniência para os países. Há uma alternância de recepção/emissão para fornecimento de mão de obra imigrante regular, ou seja, migração com permissão de trabalho.

¹⁶ Desde a Convenção Pan-americana Nikkei, ocorrida em 1985 em São Paulo, adotou-se essa terminologia para todos os descendentes de japoneses nas Américas (TOMA, 2000).

Nesse movimento, no século XX, vieram os japoneses para as lavouras de café com o objetivo de trabalhar, ganhar dinheiro e retornar para o Japão. Alguns conseguiram voltar, outros reconstruíram suas vidas aqui e nunca mais retornaram. No final do século XX e início século XXI, milhares de brasileiros descendentes dos japoneses emigram para o Japão na condição de *dekassegui* em busca de trabalho, conforme será tratado ao final deste capítulo, abordando-se o movimento que ficou conhecido como o “fenômeno *dekassegui*”, caracterizado pela “febre” de ir para o Japão.

2.3.1 Migração japonesa em Campo Grande, MS

Com relação à migração de japoneses para Mato Grosso do Sul, há pouco ou quase nenhum registro sobre sua chegada em Campo Grande, isso se deve ao fato de que os primeiros japoneses que aqui chegaram dedicaram todo o tempo na construção das colônias nipônicas e deixaram poucos registros. Outro fato foi que durante a Segunda Guerra Mundial, os japoneses que estavam no Brasil foram perseguidos e até proibidos de falar a própria língua, e nesse contexto de guerra e perseguição, os poucos documentos que havia nas Associações foram apreendidos, pois pertenciam, na avaliação do governo ditatorial, a entidades administradas por cidadãos de país inimigo (ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL NIPO-BRASILEIRA, 2005).

Em artigo produzido por ocasião dos 100 anos de Campo Grande, MS, registra-se uma peculiaridade desse grupo de japoneses que vieram para a cidade, qual seja, o fato de serem da província de Okinawa, com fenótipo característico, como o tom da pele mais escuro, formando quase homogeneousmente a colônia japonesa de okinawanos. Esse indivíduo estabeleceu-se nos arredores da cidade “[...] porque escolheu a lavoura como meio de vida, agrupou-se em colônia ao redor da cidade, ocupando área em diversos quadrantes, onde ocorriam manchas de terras férteis com boa aguada [...]” (CABRAL, 1999, p. 34).

As associações nipo culturais e brasileiras foram de fundamental importância para o processo de adaptação dos japoneses à cultura brasileira, pois eram os locais onde se reuniam para confraternizar e preservar a cultura do país de origem, para onde desejavam um dia retornar. Alguns conseguiram realizar o sonho de voltar para o Japão, outros, porém, não conseguiram, embora esse desejo tenha ficado latente nas gerações futuras, que, tempos

depois (1980), emigraram para o Japão com a finalidade de realizar o que seus avôs não conseguiram quando vieram para o Brasil em busca de trabalho e fortuna (CABRAL, 1999).

Nota-se que a existência e sobrevivência dessas associações se firmam na preservação dos aspectos da cultura japonesa por meio da manutenção de algumas atividades que vêm desde a sua fundação, mas que atualmente apresentam características que visam a atrair novos associados. As associações abrem-se para a participação de não-nisseis, e, segundo Kioto, uma das participantes da pesquisa que atua na entidade, a preservação da cultura japonesa levou a Direção a efetuar mudança no Estatuto, conforme afirma:

O Estatuto mesmo, tivemos que mudar, porque o próprio descendente já não tem muito interesse de levar [...] os costumes, a cultura. [...] A gente já mudou Estatuto para os brasileiros, porque era só para descendente, colônia japonesa mesmo.

Certamente, essa percepção relatada pela participante deve ser considerada devido à mescla que ocorre entre as culturas dos dois países, pois tanto o migrante japonês que veio para o Brasil influenciou hábitos e costumes japoneses na cultura brasileira, quanto os brasileiros que foram para o Japão levaram a cultura brasileira. Assim, essa convivência com os japoneses e outros descendentes que lá se encontravam quebrou a rigidez cultural imposta, mas mantiveram-se presentes através das gerações as tradições da cultura japonesa. Um exemplo tratava-se da proibição dos descendentes de japoneses de casar com brasileiros.

Além da criação de Associações instituídas para manter a cultura japonesa, outra estratégia adotada pelos imigrantes foi o alto investimento na escolarização dos filhos, chegando, inclusive, a reservar a maior parte da renda mensal para custear seus estudos, inicialmente, em Campo Grande, MS, na escola que ensinava a língua japonesa (*nihongo*¹⁷) para os filhos nascidos no Brasil e, posteriormente, nas melhores escolas particulares do município. Isso levou à inserção desses descendentes em áreas de destaque como professores, médicos, engenheiros, dentistas, advogados, entre outros, construindo um imaginário coletivo de que “filho de japonês é inteligente”, mas na realidade isso foi fruto do investimento e da disciplina dedicados aos estudos.

Ressalta-se que a construção de Campo Grande, MS, recebeu influência de estrangeiros, como paraguaios, libaneses e japoneses, entre outros. Os japoneses, ao longo dos

¹⁷ *Nihon-Japão; [nihon-go] japonês [a língua]* (HINATA, 1992, p. 315).

anos (mais de 100), não só incorporaram hábitos e costumes brasileiros, como também trouxeram outros de seus ancestrais, como é o caso do Sobá, que é um prato adaptado pelos descendentes de japoneses e já tradicional entre as famílias campo-grandenses e os turistas que visitam a cidade.

2.3.2 *Dekasseguis*: a década da “febre” de ir para o Japão

O termo *dekassegui*, que se optou por manter aqui na forma original e em itálico, segundo Kawamura (2003, p. 18), “[...] originalmente denominava trabalhadores temporários sazonais que se dirigiam para as grandes cidades, vindos das regiões ‘atrasadas’ do sul e do norte do Japão [...]. Com a ida dos descendentes de japoneses para o Japão em busca de trabalho e enriquecimento rápido, inicia-se o movimento *dekassegui* e o termo passou a ser utilizado para denominar esses indivíduos – de certa forma, pejorativamente.

O movimento teve início no final da década de 1980 e início da década de 1990, quando atingiu o ponto máximo de saída de brasileiros em direção à terra do sol nascente. Nesse período, o Brasil, recém-saído de um regime ditatorial e buscando consolidar a democracia, passava por crise política e econômica, fator que motivou a ida de brasileiros, atendendo a uma demanda do Japão, que necessitava de mão de obra “desqualificada”¹⁸ para realizar o trabalho que o nativo se recusava a executar.

Dessa forma, o final da década de 1980 foi marcado por um intenso fluxo migratório de *dekasseguis* em direção ao Japão. É nessa esteira que se insere a história das participantes desta pesquisa, que também foram em busca do “milagre japonês”, ou seja, ir trabalhar nas fábricas japonesas por um tempo, ganhar dinheiro rápido e voltar para o Brasil. Quando elas citam os motivos que as levaram a ser *dekasseguis* no Japão, um fator coincidente é já terem um parente ou amigo trabalhando lá.

Relata Nakasaki que no período de 1989 a 1990 (a “década da febre”) houve uma intensa ida de brasileiros descendentes de japoneses para o Japão, pois muitos foram em busca da realização do sonho capitalista de enriquecimento, pois viam a emigração para o Japão

¹⁸ Segundo Kawamura (2003, p. 18), “Na ótica dos empresários brasileiros, médicos, engenheiros, enfermeiros, professores, universitários e outros trabalhadores, todos eram ‘desqualificados’, mas atendiam ao quesito de serem fortes, jovens e que davam conta das árduas tarefas estigmatizadas com 3ks: ‘3K’, *Kitanai* (sujo), *Kiken* (perigoso) e *Kitsui* (penoso), ou o que para os japoneses se designava como trabalho ‘sujo’.”

como uma oportunidade de resolver problemas financeiros originados pela crise econômica pela qual o Brasil passava. No entanto, não dimensionavam em que condições se daria essa vida de trabalho no país de destino, criando uma ilusão de que as condições de trabalho lá seriam diferentes.

Vale destacar que, devido ao acelerado desenvolvimento industrial, a oferta de trabalho para os brasileiros ocorria, majoritariamente, em pequenas e médias empresas do setor automobilístico e de eletroeletrônicos. Essas empresas apresentavam crescimento elevado e, devido ao avanço tecnológico e organizacional, “alteraram profundamente o processo produtivo” (KAWAMURA, 2003, p. 106).

Essa alteração no processo produtivo leva à modificação do perfil do trabalhador brasileiro. No início do movimento migratório para o Japão, o contingente de trabalhadores era composto por homens relativamente jovens, descendentes de japoneses de primeira (*nissei*) e de segunda (*sansei*) gerações, certo nível de escolaridade (médio a superior) e solteiros.

Outro ponto importante de ser destacado é que as empresas de recrutamento de trabalhadores surgiram à época do início do movimento *dekassegui* e faziam a mediação entre as fábricas e os trabalhadores brasileiros. Essas empresas eram conhecidas pelos brasileiros como “empreiteiras” e eram “subcontratadas por indústrias de pequeno e médio porte”, sendo que essas mesmas empresas eram “terceirizadas por empresas maiores” e não raras vezes recebiam reclamações dos trabalhadores que se sentiam explorados por elas (KAWAMURA, 2003, p. 99).

As empresas recebiam um valor pelo serviço de recrutamento, que já incluía o pagamento do trabalhador. Dessa forma, os trabalhadores sentiam-se explorados, e as reclamações ocorriam em questões que iam desde a cobrança indevida de equipamentos na moradia, como utensílios domésticos; descontos descabidos no ato do pagamento do salário; irregularidades quando ocorria acidente de trabalho e até a “demissão repentina” (KAWAMURA, 2003).

Nesse caso, observa-se que todo grande fluxo de migração provoca demandas por informação e orientação da população, gerando oportunidades a terceiros, provindos da classe social mais bem situada economicamente e detentora de maior conhecimento e informação, para a exploração da classe social mais baixa, não detentora de conhecimento e,

consequentemente, mais vulnerável nessas circunstâncias. Observa-se que essas empresas passam a ser quase exclusivamente o único caminho seguro de ir para o Japão, sendo, portanto, responsáveis por mediar questões entre os patrões e trabalhadores brasileiros a serem encaminhados para as fábricas japonesas.

Durante muito tempo, essas empresas usufruíram da grande demanda de ofertas de emprego no Japão. Contudo, com o crescimento da comunidade de trabalhadores brasileiros no país, houve a saturação desse mercado, que passou a ser organizado por brasileiros que foram construindo sua vida no Japão e passaram eles próprios a arrumar colocação de trabalho para parentes e amigos e até mesmo a empregar os *dekasseguis*.

Outro ponto importante a ser destacado é que, após o período apresentado como a “febre” de ir para o Japão, as empresas passam a substituir a mão de obra masculina pela mão de obra feminina, por ser mais barata, mas com a mesma capacidade produtiva. Assim, “[...] hoje, dentro de uma variedade de brasileiros, é elevado o número de mulheres que migram em busca de trabalho no Japão [...]” (KAWAMURA, 2003, p. 108).

Em todos os períodos da migração de brasileiros para o Japão, pode-se observar que a forma de contratação para o trabalho é sempre temporária, portanto, isenta de garantias de direitos básicos para os trabalhadores *dekasseguis*, que cumprem uma extensa carga de trabalho e suprimem questões da vida cotidiana, como a convivência familiar e lazer, considerando que estão longe de suas famílias e que o salário que recebem deve ser economizado ao máximo para que esse ganho aumente. Esses trabalhadores furtam-se a atividades que envolvam gastos extras, atendo-se ao essencialmente necessário; assim, a vida resume-se ao trabalho, afetando sua saúde física e emocional.

Essas relações precárias de trabalho traduzem o antagonismo existente entre o capital e o trabalho, em que as relações de produção sustentam a sociedade de consumo produtora de desperdício, que manipula o consumo do ser que trabalha. Portanto, para o trabalhador, “[...] o seu tempo de não-trabalho, seu tempo liberado, não lhe permite viver uma vida cheia de sentido [...]” (ANTUNES, 2007, p. 119).

Desse modo, os *dekasseguis* que emigraram para o Japão no final do século XX passaram por maiores dificuldades do que os que emigraram durante o século XXI. Isso ocorreu devido a fatores como falta de informação, desconhecimento da língua e a dificuldade de comunicação, que inicialmente era precária e de alto custo, levando muitos trabalhadores

ao isolamento e ao adoecimento. Já os que emigraram no período seguinte puderam contar com informações da vida de trabalho no Japão, a presença maior de brasileiros, facilitando a convivência entre as pessoas, e o uso das ferramentas tecnológicas, propiciando contatos simultâneos com parentes e familiares a baixo custo e colaborando para amenizar problemas gerados pela ausência dos que ficaram no Brasil.

3 VIDA E TRABALHO DAS MULHERES DEKASSEGIIS NO JAPÃO

3.1 MIGRAÇÃO FEMININA PARA O TRABALHO NO JAPÃO

Contemporaneamente, vem tendo visibilidade o crescimento do movimento migratório de mulheres no mundo. Embora em algumas situações isso esteja ligado às questões do tráfico de pessoas e à prostituição, estudiosos já apontam para o fenômeno da “feminização da migração”, o qual indica uma nova realidade no contexto das migrações contemporâneas. Nesse sentido, optamos pela migração de brasileiras *dekasseguis* em seu retorno ao Brasil como temática de nosso estudo, como já dito anteriormente.

Para refletirmos sobre a migração de retorno de mulheres *dekasseguis* numa visão histórico-social, é necessário compreendermos historicamente como e em que circunstâncias e contextos ocorreu a migração, podendo-se observar que teve por motivo principal o trabalho. Justifica-se aí a escolha do método do estudo, pois compreendemos que evidenciar as transformações históricas das migrações contemporâneas nos leva a sublinhar uma argumentação que trata o tempo presente proveniente também de seu contexto sócio-histórico. As construções históricas de homens e mulheres reivindicam o seu presente nas metamorfoses do mundo de hoje, mundo este marcado pelo fundamento da sociedade do trabalho. Segundo Antunes (2007, p. 125), “[...] o trabalho mostra-se como momento fundante de realização do ser social, condição para sua existência; é o ponto de partida para a humanização do ser social e o ‘motor’ decisivo do processo de humanização do homem [...]”.

Nessa perspectiva, surge o trabalho como forma de o sujeito intervir e modificar seu contexto social, que é determinado historicamente. Assim, estudar a mulher *dekassegui* nos faz estudar uma migração fundamentada na sociedade do trabalho, ou seja, uma migração fundamentada na necessidade da pessoa de buscar meios de sobrevivência num momento de plena crise socioeconômica e nas dificuldades socioeconômicas apresentadas por ela própria e por sua família. Sendo assim, foi essa necessidade em um contexto migratório que determinou que a mulher *dekassegui* saísse do seu país de origem para ir trabalhar no Japão. Portanto, o movimento *dekassegui*, ou seja, a ida de brasileiros e brasileiras para o Japão, teve como principal ponto a busca pelo trabalho produtivo que garantisse meios de sobrevivência de si e dos familiares, o que somente foi possível como migração regular, por meio de acordo entre os dois países.

Destaca-se que havia, inicialmente, uma predominância masculina e descendência “em primeiro grau” de japoneses entre os brasileiros que emigravam para o Japão. Isso era

motivado pela questão cultural, que não permitia o casamento de japoneses com brasileiros. Porém, com a reforma da Lei de Controle de Imigração (a partir de 1990), cresceu o número de casamentos entre japoneses e brasileiros, razão pela qual passou a ser permitida a entrada de brasileiros(as) sem ascendentes japoneses para trabalhar naquele país, com a condição de que o(a) cônjuge fosse descendente de japonês. Dessa forma, mulheres e homens brasileiros sem ascendência japonesa conseguiram o visto para o trabalho no Japão. Também podemos destacar que muitas mulheres brasileiras com ascendência japonesa e casadas com brasileiros sem ascendência migraram para o Japão.

A participante desta pesquisa, Nagasaki, foi um desses casos, pois ao decidir ir para o Japão, ainda estava namorando e para que o ele pudesse acompanhá-la teve que se casar para só então o marido pudesse preparar a documentação e, devido a problemas burocráticos houve atraso nos trâmites da documentação e ele não pode embarcar junto com ela, o que somente aconteceu posteriormente.

De acordo com os resultados desta pesquisa, a principal motivação de migração para o Japão de todas as *dekasseguis* foi a busca pelo trabalho fabril que garantisse a sobrevivência daqueles que estavam migrando. Portanto, a migração pelo trabalho é o fio condutor do processo migratório de mulheres *dekasseguis* para o Japão.

Todavia, a migração para o Japão apresenta-se de forma diferenciada da migração para a Europa e Estados Unidos. Enquanto que, para esses dois lugares, a migração é para o trabalho em atividades na área de serviços (garçons, construção civil, serviço doméstico, entre outros), a migração para o Japão apresenta-se como fruto de acordo entre Brasil e Japão e o trabalho é voltado para o setor fabril. Da mesma forma, ocorre com o *dekassegui* que, visto como um “exército de reserva”, é levado aos trabalhos em fábricas no Japão em pleno processo industrial, considerando-se a crise política e econômica que o país (Brasil) atravessou no fim do século XX e início do século XXI. Portanto, a categoria trabalho é a que se destaca nessa migração.

Portanto, podemos dizer que a migração de mulheres brasileiras (descendentes de japonesas) se configura pelo trabalho fabril como forma de fugir à crise financeira que se instalava no Brasil da época. Essa ida de *dekasseguis* para o Japão atendeu à necessidade não só do trabalho em si; trabalhar no Japão naquele momento significava ascender a uma condição financeira que proporcionasse ganhos de capital que aqui, no Brasil, demorariam anos para conseguir, o que talvez nem acontecesse. Dessa maneira, havia o sonho da busca

por melhores condições de vida para si e sua família, sem, no entanto, saber as reais condições que encontraria no país de destino.

Não... Para ir para lá? Foi querer conseguir as coisas mais rápido! Porque dava a possibilidade de você adquirir mais rápido, não por eu não ter estudado. Eu “tava” estudando, [...] ia fazer o terceiro! E daí eu não fiz o terceiro [...]. (Nagasaki)

É importante destacar que o migrante *dekassegui*, ao chegar ao Japão, se depara com um mercado de trabalho diferenciado da realidade do mercado de trabalho brasileiro, uma vez que a maioria dos trabalhadores estrangeiros é contratada temporariamente, permitindo “maior flexibilidade na utilização da mão-de-obra não qualificada” (KAWAMURA, 2003, p. 108-109). Assim, atende-se à demanda de lucro do capital, uma vez que as empresas se eximem de pagar encargos sociais e ainda se proporcionam lucros às empresas intermediárias que se responsabilizam por todo o processo de contratação, por meio de contratos de trabalho precários, onde são elencados mais deveres do que direitos para os trabalhadores migrantes.

Ao migrar, essas mulheres *dekasseguis* partem com o ideário de que o trabalho lá é “diferente” do que elas têm aqui no país, mas deparam-se com condições de trabalho piores que aquelas com as quais estavam acostumadas. Como diz Antunes (2007, p. 126):

A força de trabalho torna-se, como tudo, uma mercadoria, cuja finalidade vem a ser a produção de mercadorias. O que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído.

As mulheres participantes desta pesquisa são descendentes de japoneses, ou seja, todas são consideradas *dekasseguis*, sendo que, entre elas, havia *nisseis* e *sanseis*. A maioria delas possui apenas o ensino fundamental e somente uma tem curso superior completo. Dentre as entrevistadas, a maioria das mulheres é casada, sendo que algumas já estavam casadas antes de migrar e outras se casaram no Japão, tendo em média três filhos cada uma; somente duas são solteiras e residem com suas famílias.

O perfil etário de nossas entrevistadas quando migraram para o Japão era o seguinte: sete mulheres com idade de 15 a 30 anos e uma com 37 anos. Destaca-se que uma delas tinha 15 anos na época da migração, ainda em formação escolar; ela abandonou seus estudos para ingressar no sistema fabril japonês. Outras sete mulheres tinham de 46 a 55 anos. O que observamos é que se tratava de um grupo relativamente jovem na época da migração e que estava, portanto, em idade produtiva para o trabalho, conforme destacamos no Quadro 3.

QUADRO 3 - Grupo de mulheres *dekasseguis* quanto à faixa etária

Participantes	Ano do nascimento	Idade na entrevista	Idade 1ª emigração	Intervalo emigração/retorno (ano)
Nagoya	1987	26	15	3
Nagasaki	1971	41	18	23
Nagahama	1985	28	18	2
Saitama	1971	42	20	17
Fukuoka	1984	28	21	6
Narita	1975	38	25	6
Aichi	1971	42	28	6
Hokkaido	1963	50	37	5
Kioto	1946	67	46	8
Ueda	1955	58	46	8
Ibaraki	1953	60	51	1
Yokohama	1941	72	51	15
Osaka	1946	67	52	8
Ogaki	1948	65	53	1
Maebashi	1943	70	56	7

Fonte: Francisca Bezerra de Souza, 2014.

O que podemos concluir desses dados é que essas mulheres deixaram de estudar e construir uma carreira profissional para migrarem em busca de sua sobrevivência e a da família, com a esperança de busca de melhoria em sua qualidade de vida. Como demonstrado por Nagasaki quando afirmou que foi em busca de resultados financeiros rápidos, mas estes nem sempre alcançados. Em virtude do processo migratório para o trabalho fabril, as *dekasseguis* interromperam os estudos e com isso não se qualificaram, o que, no retorno foi fator que dificultou a adaptação, pois inviabilizou a inserção no mercado de trabalho brasileiro.

O sistema capitalista em um contexto globalizado cria a ilusão de que pelo trabalho se pode garantir o avanço qualitativo nas condições sociais e econômicas de vida, mas que nem sempre são alcançadas. O trabalhador sonha com oportunidades e com possibilidades de maior conforto e consumo para sua família, mas o trabalho operário não realiza esse sonho, tornando-se um processo ilusório de que sua força de trabalho elevará suas condições de vida, mas permanece no trabalho repetitivo e sem a possibilidade de reflexão, portanto alienado,

como afirma a participante Narita, quando relata que não havia espaço para pensar, pois o dono do capital exige que o trabalhador seja produtivo e que não foi contratado para “pensar” e sim para “executar”.

Quanto à ocupação que as *dekasseguis* que participaram da pesquisa desenvolviam antes da emigração para o Japão, eram profissões consideradas sem muita qualificação e, diferentemente dos *dekasseguis* que emigraram no início do movimento que possuíam qualificação acadêmica, como já dissemos anteriormente, as participantes dessa pesquisa são pequenas comerciantes (loja de roupa, feira livre), aposentadas, cabeleireira/manicure, autônomas e funcionárias públicas aposentadas.

O Japão é um país insular da Ásia Oriental localizado no Oceano Pacífico e possui 47 províncias. No país, estão localizadas as principais fábricas automotoras e de produtos eletrônicos, as quais, nas décadas de 1980 e 1990, estavam com dificuldade de encontrar mão de obra entre os nativos. Portanto, a migração brasileira para o Japão, como já explicitado anteriormente, teve como singularidade a oferta de trabalho no sistema fabril japonês.

Desse modo, como era uma migração fruto de acordo entre os dois países, não havia uma região específica para onde encaminhar as *dekasseguis*, pois a oferta para o trabalho fabril se dava a partir de demanda por mão de obra, distribuída nas diversas regiões daquele país. Esse foi o dado apresentado pela pesquisa, ou seja, as participantes dessa pesquisa foram para diversas cidades japonesas e regiões, como pode ser observado na Figura 2, que mostra o mapa do Japão e indica quais as cidades que receberam as *dekasseguis*.

FIGURA 2 - Distribuição espacial no mapa do Japão demonstrando quais as cidades em que as participantes trabalharam



Fonte: Embassyworld.Com (2013), acrescidos os nomes fictícios das participantes desta pesquisa.

Ao decidirem emigrar, as participantes da pesquisa afirmaram que não havia qualquer informação que preparasse as mulheres *dekasseguis* para o trabalho no Japão, contando apenas com informações de quem já estava no Japão e o apoio da família, como diz Nagasaki:

A decisão é sua, tipo assim, de uma associação, alguém assim pra te ajudar, pra te dar uma orientação de como é a vida lá, você não tem de ninguém. Você não tem nenhuma orientação. [...] você não tem nada, nenhuma

orientação. Não! Não cheguei a buscar porque não se ouvia falar disso. [...] Fiz meu passaporte, arrumei minhas malas e fui!

É importante destacarmos que o sistema capitalista provoca demandas provenientes de outras necessidades, abrindo espaços para que diversos setores possam ter oportunidades. Antes do acordo Japão-Brasil, as empresas de turismo preocupavam-se apenas com a possibilidade de vender viagens para clientes que podiam pagar; após o acordo entre os dois países, essas agências de turismo tornaram-se agências de recrutamento de mão de obra. Portanto, as relações capitalistas apropriaram-se do mundo do trabalho e de suas demandas para espaços nos quais os oportunistas se apropriam das possibilidades que o mercado apresenta, revertendo-as em benefícios próprios. Percebemos isso nessas agências que, em nome do recrutamento de *dekasseguis*, se beneficiaram por meio de propaganda de incentivo à migração com a finalidade de aumentar o lucro obtido a cada envio de uma família *dekassegui*. Havia omissão dos órgãos governamentais, pois cabe a eles propiciar a esse migrante a informação necessária. Por sua vez, os *dekasseguis*, ao encontrarem-se em contexto de fragilidade de seu conhecimento (muitos nunca tinham estado no exterior), procuram a informação por meio dessas agências; portanto, estas aparecem apropriando-se das lacunas das políticas governamentais, o que possibilita aos capitalistas “o ganho” sobre a demanda.

Depois da primeira geração de brasileiros migrantes para o Japão, que necessitaram recorrer às agências de recrutamento, num segundo momento, os *dekasseguis* já possuíam parentes e amigos residentes nas fábricas do Japão, não necessitando pagar pelo trabalho executado por essas agências. Estas, no início dos anos 2000, acabaram abrindo falência por falta de demanda. Assim, ao mesmo tempo em que o capitalismo possibilita a abertura de novas demandas no mercado, tira oportunidades à medida que as demandas se extinguem.

Esse segundo momento das migrações de *dekasseguis* deu-se a partir das chamadas “redes sociais”, em que parentes e amigos colaboravam com informações e na recepção de seus conterrâneos. Neste trabalho, considerando-se o primeiro período de emigração¹⁹, optou-se pelo conceito de rede social trazido por Soares (2002, p. 10): as redes sociais são compostas por “relações de parentesco, de amizade, de trabalho”. As redes trouxeram às

¹⁹ O primeiro período da emigração de *dekasseguis* ocorreu no final da década de 1980 e ficou conhecido como Movimento *Dekassegui*; o segundo período deu-se no início da década de 1990, quando ocorreu a “febre” de emigração de *dekassegui* para o Japão.

participantes que emigraram no final da década de 1980 o suporte para os momentos e situações de dificuldades iniciais no país de destino, contribuindo para minimizar os riscos no processo de migração.

Os dados apresentados pelas participantes da pesquisa confirmaram a importância que as redes sociais tiveram para minimizar os riscos e aumentar a confiança para realizarem a migração para o trabalho. É preciso destacar a importância que as redes sociais desempenham no processo migratório como instrumento que contribui para diminuir os riscos e dificuldades colocadas no processo migratório.

Outro ponto importante é que, muitas vezes, o que fora prometido antes de embarcar para o Japão não era o encontrado ao chegarem ao país de destino, como aconteceu com a participante Hokkaido, que precisou aguardar outra colocação para trabalhar e pôde contar com acolhimento de pessoas conhecidas que já estavam no país. Percebe-se, nesta fala, a importância que as redes sociais apresentam para o migrante:

Chegamos lá, não tinha serviço, e nós fomos andar... Andamos em vários lugares... desempregados, sem dinheiro, sem nada [...] é muito difícil lá. [...] a gente ia pra casa de amigos. Amigos têm muito assim... Os brasileiros... Aqui é solidário, num país de fora, é muito mais [refere-se aos brasileiros que encontrou no Japão] Iche! Um ajuda o outro.

Observa-se que o apoio das redes sociais, no caso aqui de brasileiros, é fundamental para que o migrante possa conseguir adaptar-se ao novo lugar.

Outro ponto a ser destacado foi a dificuldade de comunicação inicial entre as *dekasseguis* com o Brasil, que melhorou substancialmente nos anos 1990, quando a Internet e os meios de comunicação se aperfeiçoaram e ficaram mais baratos. Para Castells (1999), ao falar-se da sociedade em rede numa sociedade globalizada, fala-se de uma sociedade que utiliza e aplica o conjunto de conhecimentos e informações e cujos avanços nas áreas tecnológicas incidem diretamente no mundo. A facilidade de comunicação possibilitou aos *dekasseguis* maior contato com a família que ficou no Brasil.

As redes sociais, tanto a que é composta pela rede de relações familiares e de amizade, assim conceituadas por Soares (2002), quanto a rede de informação tecnológica, como diz Castells (1999), atuaram, de início, separadamente. Porém, com a transformação societária que temos visto no mundo atual, passam a agir conjuntamente, possibilitando ao migrante maior acesso à informação e contato com a família residente no Brasil.

Essas redes sociais contam, ainda, com outras instâncias (governamental e não-governamental) que proporcionam suporte nos países de destino de emigrantes brasileiros, tais como as diplomáticas (consulados), que oferecem ajuda de ordem político-jurídica; empresariais, que oferecem estrutura de recrutamento e colocação para o trabalho; familiares e de amigos, que propiciam acolhimento aos que chegam; e as Organizações da Sociedade Civil, as quais, segundo pesquisa realizada por Rosa (2013, p. 42), têm por objetivo:

Em geral, as organizações no exterior visam oferecer alguma resposta para desafios encontrados pela comunidade. Dessa forma, as instituições e organizações de atendimento ao imigrante surgem inicialmente de grupos, que, diante da nova realidade vivenciada em um país totalmente desconhecido, resolvem se juntar e criar um espaço de diálogo entre si. [...] com objetivos diversos: reforço da cultura brasileira, atividades de confraternização entre brasileiros, orientação com relação à assistência e aos direitos do imigrante entre outros. Essas organizações podem ser reconhecidas legalmente ou trabalhar na informalidade.

Assim, pode-se constatar que as redes sociais foram fundamentais para as mulheres *dekasseguis* que emigraram quando essas redes estavam consolidadas, em relação às que migraram no início do movimento *dekassegui*, no final da década de 1980.

Nesse período, ser *dekassegui* carregava certo preconceito. Conforme estudo de Kawamura (2001, p. 395), havia o “mito da homogeneidade racial e cultural”, ou seja, buscavam-se, no Brasil, descendentes de japoneses, havendo um forte conteúdo de ordem étnico-cultural discriminatório:

Pressões empresariais levaram o governo japonês a alterar a legislação de imigração com a emenda constitucional de julho de 1990, onde estava claro o caráter discriminatório, uma vez que valorizava apenas os descendentes de japoneses, até a terceira geração, a entrarem legalmente no país para “participar do mercado de trabalho”, com o pressuposto de que os emigrados e descendentes formavam “comunidades japonesas”, onde a língua e a cultura nipônicas estavam fortemente preservadas.

Embora, ao longo das décadas de permanência dos *dekasseguis* no Japão, as fusões das culturas japonesa e brasileira tivessem contribuído para que o preconceito e a discriminação contra trabalhadores brasileiros diminuíssem, ainda hoje eles são tratados como estrangeiros, os *gaijin*²⁰, como diz a participante Fukuoka:

²⁰ *Gaijin* – estrangeiro (a). (HINATA, 1992, p. 87).

Aqui no Brasil, o pessoal fala que a gente é japonês, mas lá, não. Lá, a gente é ‘gaijin’ [pessoa de fora]. Então, é totalmente diferente! Brasileiro lá não tem vez, “fia”! A gente sabe. Por quê? Porque brasileiro aqui fala que a gente é japonês, mas lá a gente não é japonês.

Na fala de Fukuoka, percebe-se claramente o preconceito e a discriminação vigentes na sociedade japonesa, o que revela que o imigrante é diferenciado do japonês, sendo chamado de *gaijin*. A exemplo do que ocorreu no Brasil no início do século XX quando os japoneses aqui chegaram, a sociedade japonesa coloca o imigrante em um lugar específico, no qual este não pode acessar os mesmos direitos de um cidadão japonês; ele é apenas mão de obra fabril, ou seja, sua condição determina seu papel naquela sociedade como trabalhador fabril. Certamente que esta pesquisa não teve por objetivo levantar questões relacionadas a preconceitos e discriminação sofridos pelas mulheres *dekasseguis*, porém, nas falas, há recorrência de relatos sobre vivências que revelam essas práticas contra brasileiros por parte dos nativos. Nesse sentido, conclui-se que trabalho de imigrante é trabalho sem qualificação e, por isso, destinado a ocupar um lugar específico nessa sociedade, um lugar de trabalhador desqualificado e portador de direitos parciais nessa sociedade.

As mulheres participantes desta pesquisa trabalharam em diversas funções, mas a maior parte delas desenvolvia trabalho no sistema fabril, como já apontado anteriormente. Destacam-se também as fábricas de eletrônicos, nas quais o trabalho das mulheres *dekasseguis* se restringia a atividades voltadas às linhas de produção. Essas atividades exigiam atenção, rapidez e carga de trabalho extensa e repetitiva, como diz Narita:

Então, tem seis pessoas na linha, cada uma faz uma coisa ou duas. Então, a gente sofria muito, porque às vezes você estava na linha e a sua estava mais de cinquenta, e a da japonesa estava menos cinquenta, e eles mandavam a gente trocar de linha. Quem está na D vai pra E, e quem está na E vai pra D! Aí a gente ia lá, corria pra arrumar a linha dela e, quando voltava, a nossa estava negativa.

As participantes da pesquisa também mencionaram que há no Japão “pequenos negócios *de* brasileiros *para* brasileiros”, entre eles, o setor de alimentos, onde restaurantes empregam brasileiros que oferecem comida brasileira (SASAKI, 2006, p. 108, grifo do autor). Esses locais concentram grande número de migrantes e uma das participantes da pesquisa, Ibaraki, revela o quanto o trabalho que executava como cozinheira no período em que esteve no Japão era exaustivo, pois era responsável por fazer toda a comida e contava com apenas um ajudante, além da carga excessiva de trabalho e afirma que lá não há tempo nem para conversar, é só trabalhar:

Eu cozinhava pra 160 pessoas, e só tinha um ajudante, um ajudante só. [...] Na terça feira, nós não trabalhávamos de dia. Aí, eu fazia lá uns vinte bolos confeitados de uns três quilos. Agora você imagina quantos bolos eu não fazia! E aí, quando chegava o fim da noite, que a gente terminava o serviço mais ou menos umas três horas da manhã, ela [dona do restaurante] levava a gente pra casa.

O trabalho no setor de serviços exige tanto quanto o trabalho executado nas fábricas japonesas e revela aspectos característicos atribuídos à mulher enquanto provedora do sustento de sua família, pois, para atender a essa necessidade, resiste à extensa carga horária em um ritmo acelerado na produção de alimentos, com o intuito de juntar dinheiro.

Algumas *dekasseguis* realizaram trabalhos voltados para a área dos serviços. Esses trabalhos tinham grande conotação de profissões ditas “femininas”, ou seja, profissões associadas à questão do feminino, como cozinheiras, camareiras e cuidadoras de idosos. Esta última, pode-se dizer que está associada à afetividade e ao trabalho feminino, exigindo cuidado, o que normalmente reporta ao feminino. No imaginário do “saber popular”, são atividades vinculadas à casa e à família como responsabilidade da mulher, e não do homem, principalmente na sociedade japonesa, onde culturalmente o papel da mulher é ocupar-se com os cuidados com os filhos e marido.

[...] entrei numa residência, pessoal... A família gostava demais de mim, Sabe? Sei lá, a gente pega amor, né?! Pega amor e fica parecendo família, né? Eu que fazia compra, eu que tomava conta do dinheiro, deixava dinheiro na carteira pra eu fazer mercado, ir à quitanda buscar verdura, isso e aquilo! Então, sentia minha casa, sabe? (Yokohama)

Ibaraki afirmou, na sua entrevista, que o irmão não suportou o trabalho longe de sua família e retornou, pois começou a adoecer:

Meu irmão teve, assim, tipo uma depressão. Ele não demorou nada. Chegamos em novembro. Quando chegou janeiro ou fevereiro, meu irmão voltou pra trás. Ele ficou numa depressão, uma tristeza. Depressão, tristeza, saudade da família.

Ibaraki atribui a desistência de seu irmão ao fato de que a mulher, em sua opinião, é mais resistente a situações de dificuldade e justifica que a mulher é mais resistente emocionalmente e não desiste e vai em frente até atingir o objetivo, que no caso dela era trabalhar por um tempo, juntar o dinheiro e no retorno aplicar na melhoria de suas condições de vida. Pode-se inferir que a mulher é colocada em um papel que é determinado historicamente pela sociedade, no qual ela deve doar-se em prol da família, seja na

manutenção da casa, seja quando há necessidade de seu trabalho. Hoje podemos constatar que são muitas as mulheres chefes de família que se responsabilizam pela manutenção e sobrevivência dos seus, principalmente dos filhos.

Podemos confirmar essa afirmação ao ouvir as participantes da pesquisa relatarem que, no trabalho que executavam no ramo de serviços, por exemplo, em hospitais, predominavam as mulheres. A maioria era de mulheres que se dedicavam aos cuidados com pacientes idosos, sem que se exigisse nenhuma formação técnica. Isso remete à condição historicamente determinada às mulheres, ou seja, à condição feminina, que é de sempre se dedicar primeiro a cuidar dos outros. Nessas funções de cuidadoras, somente eram contratadas mulheres estrangeiras, e a presença masculina na função de enfermeiro era exercida somente por nativos, como afirma Fukuoka que relata que para a função de enfermeiro só eram contratados homens japoneses, nunca estrangeiros.

Entendendo essa condição da mulher como uma questão de gênero, a participação feminina no processo migratório durante muito tempo ocorreu de forma invisível, e atribui-se isso ao fato de que as atividades das mulheres eram sempre dirigidas, rigidamente controladas e vistas como funções subalternas e dirigidas para aspectos assistenciais ou como responsáveis pela Educação (LOURO, 1997).

Dessa forma, reafirmamos que os postos de trabalhos que são oferecidos no Japão aos *dekasseguis* consistem em atividades com baixa remuneração, que exigem pouca qualificação e são rejeitados pelos nativos. É de se notar também que, para que o migrante possa conseguir juntar o dinheiro pretendido, normalmente é necessário um longo período de permanência no local realizando horas extras, portanto, com carga de trabalho excessiva.

O trabalho como está objetivado na sociedade capitalista, implicando a superexploração do trabalho e produzindo a mais-valia²¹, é tido como “[...] degradante e aviltado. Torna-se estranhado. O que deveria se constituir na finalidade básica do ser social – a sua realização no e pelo trabalho – é pervertido e depauperado.” (ANTUNES, 2007, p. 125). Para que o capitalista possa lucrar, é necessário superexplorar a mão de obra de outrem que produz além do que irá receber como pagamento para o trabalho. A superexploração aparece

²¹ Segundo Marx (1983), o trabalho gera riqueza e o trabalhador, ao produzir bens, só recebe parte do que produz, portanto, mais-valia seria o valor excedente da mercadoria produzida, ou seja, a diferença entre o que o trabalhador produz e o valor que efetivamente recebe, pois o capitalista, ao vender um produto por um preço maior do que o custo de produção, gera o lucro, a mais-valia.

em diversos relatos apresentados nesta pesquisa e traduz-se no trabalho de carga horária excessiva, como relata Kioto, que, ao cuidar de pacientes idosos em estado terminal, permanecia cumprindo horas extras de forma extrema, privando-se de momentos de descanso para poder economizar como podia:

[...] consegui guardar, [...] porque eu ficava no hospital 24 horas e às vezes você podia comer... tem uns pacientes lá que... num, num... estava com aquele estado assim... naquele estado grave... manda refeição, mas não quer comer, nem sentir o cheiro. Aí, era permitido a gente comer. Então, eu praticamente não gastava!

Dessa forma, ao chegar ao mercado de trabalho no Japão, o emigrante brasileiro depara-se com as diferenças culturais, seja pelo pouco ou nenhum domínio da língua japonesa, seja pelo desconhecimento da cultura japonesa, o que faz com que o processo de adaptação ao país de destino ocorra de forma lenta ou se torne um fator que inviabiliza a permanência. Assim, como constatado nesta pesquisa, muitas mulheres realizam o movimento de ir e vir na tentativa de suprir as questões afetivas que são inerentes ao processo migratório, pois sentem saudades dos filhos, dos maridos e de outras relações sociofamiliares.

3.2 A CHEGADA AO JAPÃO

Como já afirmamos anteriormente, a decisão das mulheres *dekasseguis* de migrar para o Japão deu-se pela necessidade de obter ganhos financeiros para depois retornar ao Brasil. Os relatos apresentados denotavam que, a partir do momento em que se constatava que a situação financeira estava sem controle, se tomava decisão, como afirma Hokkaido, que decidiu emigrar com o marido pelo fato de terem realizado um negócio e as dívidas foram se acumulando. Algumas mulheres migraram com toda a família para tentar sanar a questão financeira, mas também como uma forma de não haver a separação familiar: *Fizemos um... um negócio e não deu certo. O banco, dois bancos, só aumentando. Aí teve que ir, eu, marido e o filho. Três pessoas, ir lá pra liquidar.* (Osaka).

O período de emigração das mulheres *dekasseguis* para o Japão (1980/1990) explicita bem o momento pelo qual o país passava, pois, com o fim da ditadura militar, o processo de redemocratização e o agravamento da política implantada pelo Governo Collor (1990-1992) no início dos anos 1990, que confiscou as reservas financeiras que brasileiros tinham em estabelecimentos bancários, levaram muitos à falência, inviabilizando toda e qualquer

possibilidade de reverter a situação de dificuldade em que se encontravam (PILAGALLO, 2002).²²

Nunca vou esquecer, né, em março de 90 [1990] [...] e veio aquele confisco, e todo o meu dinheiro estava no banco. [...] Então, tava tudo no banco! [...] Aí tem que pegar só aquele pingado de poupança, e aí me deu aquele desespero, e eu não sabia o que fazer. Aí no ano, mais ou menos em oitenta e nove, começo de 90, minhas duas irmãs resolveram ir. (Kioto)

Para algumas participantes, ser *dekassegui* no Japão, naquele momento de crise no Brasil, apresentava-se como a única alternativa, pois, com o dinheiro confiscado e os altos juros, inviabilizava-se a permanência no país; assim, essas mulheres viram a migração como única alternativa para a sobrevivência de sua família, como fez Kioto que ficou sem condições de manter o padrão de vida que estava acostumada e não viu outra alternativa a não ser ir para o Japão. Da mesma forma fez Fukuoka que decidiu emigrar para onde estava a mãe e a irmã que trabalhavam em um hospital, mas com o objetivo claro de trabalhar e ganhar dinheiro.

A busca do trabalho como fonte de subsistência própria e da família apresenta-se como uma alternativa, mas também é sofrimento, uma vez que, para isso, fora preciso sair do país, deixar os filhos pequenos e passar por situações de privação para que pudesse acumular o máximo possível e, com isso, abreviar a permanência de imigrante no país de destino.

Compreende-se, portanto, que, quanto mais se desenvolve a produção capitalista, mais as relações sociais de produção se alienam das próprias pessoas, confrontando-os como potências externas que os dominam. Essa inversão de sujeito e objeto, inerente ao capital como relação social, é expressão de uma história de autoalienação humana. O pensamento fetichista transforma as relações sociais (mercadorias) e converte a própria relação de produção em uma coisa (dinheiro).

No período em que as mulheres *dekasseguis* emigraram para o Japão, nota-se que a maioria fez o movimento de ida e vinda. As vindas geralmente eram para resolver questões familiares (rever os filhos, cuidar dos pais doentes, buscar os filhos, descansar um pouco para depois retornar). Entre as mulheres que emigraram quando ainda eram jovens, as motivações principais foram a necessidade de buscar trabalho, a compra da casa própria e a manutenção

²² Por meio de Medida Provisória, o governo eleito pelo povo, por meio do “Plano Collor”, confisca a poupança da população e nem assim consegue debelar a inflação, que segue como inimigo número um do país no campo econômico (PILAGALLO, 2002).

da família. No entanto, as que emigraram na faixa etária acima dos 40 anos²³ apresentaram a mesma motivação, mas também foi apontado o fato de querer conhecer a terra onde os pais nasceram.

Bom, eu fui ao Japão, principalmente, um pouco de curiosidade, né? De querer conhecer a cidade natal de meus pais, então, tinha sempre [dá ênfase na palavra] curiosidade de querer conhecer o Japão, aí pintou oportunidade, eu fui. E também dinheiro sempre é bom, né? [riso]. (Yokohama)

Assim, seja para trabalhar com a finalidade de pagar dívidas contraídas pela família, seja para conhecer a cultura de seus avós e pais, o trabalho é o fator marcante na vida dessas mulheres *dekasseguis*.

Após a decisão de ir para o Japão, era necessária a preparação da documentação, e isso podia demorar certo tempo, pois, para entrar no Japão, o descendente tem que fazer o *KossekiTohon*²⁴, que envolve uma série de documentos. Também significava o novo, pois, no Brasil dos anos 1980-1990, onde os brasileiros de classe média baixa e baixa não possuíam condições financeiras para deslocamentos para outros países, havia o “status da viagem” e do “estar em outro país”, como se nota também em concepções do “senso popular” que denotavam que todo *dekassegui* iria enriquecer.

[...] eu nunca tinha entrado num avião, então, aquele nervosismo de pegar avião pela primeira vez, de sair... Eu nunca tinha feito viagem internacional nem pro Paraguai! De sair do Brasil, foi a primeira vez! Então, viajar era coisa, assim, que a gente não tinha condições financeiras de fazer. (Nagoya)

Para esta participantes, na época com 15 anos, embora rejeitasse a ideia, aceitou-a por ter sido uma decisão familiar e teve que esperar mais de um ano para poder embarcar para o Japão. Um aspecto interessante na migração dos *dekasseguis* para o Japão é a “migração familiar”²⁵, o que não acontece com outras correntes migratórias voltadas para o trabalho, sendo esta uma característica também singular dessa migração. Nota-se um comprometimento

²³ Mulheres que em sua maioria falam o japonês e que, por serem mais velhas, estão na condição de nisseis, ou seja, são filhas de japoneses.

²⁴ “Documento que, como uma espécie de árvore genealógica da família, comprova que a pessoa é descendente de uma família japonesa. Se não houver mais nenhum ancestral japonês vivo ou se aquele ramo da família (cada homem inicia um novo ramo quando se casa e tem filhos), o documento se chama *kossekitonhon*.” (SHIRAI SHI, 2007).

²⁵ Termo utilizado aqui para designar a migração na companhia de seus familiares.

dos brasileiros descendentes de japoneses com a família e com o bem-estar dos seus, uma característica singular dessa população e dessa corrente migratória.

Eu acredito que assim, foi... Então, sentamos e falamos assim: trato, trato familiar é assim: vamos todos juntos e retornamos todos juntos, pra não haver essa divisão familiar que sempre há, filhos aqui e pais lá ou vice e versa. Então... Foi uma decisão meio familiar. Aí vendemos o ponto da feira, tivemos que ir fazer algumas coisas familiares em São Paulo, enfim, demos entrada na documentação. (Nagoya)

Primeiro, foi a decisão de ir com toda a família; depois, a preparação da documentação, que durou seis meses. Quando tudo isso estava pronto, aconteceu o atentado de 11 de setembro. Foi muito difícil, pois já tinham vendido o ponto comercial que dava o sustento da família na Feira Central²⁶ de Campo Grande, MS Assim, nesse ano de espera, tiveram que improvisar alguns “bicos”, além de recuperar a questão escolar às pressas para não perder o ano.

Diferentemente de outras correntes migratórias, pode-se dizer que a migração para o Japão se deu por decisão familiar, seguida da “migração familiar” ou por um comprometimento mútuo de quem iria migrar para o trabalho, a fim de manter o sustento dos parentes que ficaram no Brasil. Desse modo, as famílias migraram inteiras ou ajudaram-se mutuamente cuidando de parentes enquanto determinados membros da família estavam no trabalho. Esse determinante é essencial para a compreensão de como se deu o processo de trabalho e o seu significado para a família. Assim, para muitas mulheres *dekasseguis*, ir para o Japão significou deixar seu país, seus familiares (pais, maridos e filhos) e enfrentar o desconhecido, situações estranhas, sofrimentos, trabalho exaustivo, excesso de carga horária, adoecimentos e algumas perdas. Por outro lado, naquele momento, era a única alternativa para resolver a situação financeira familiar, como o pagamento de dívidas, a manutenção dos filhos na escola e a própria sobrevivência. A vida do trabalhador no sistema capitalista implica esforço contínuo na venda constante de sua força de trabalho, reduzindo a vida para o trabalho. Portanto, ao separar-se de sua família, o migrante *dekassegui* “sacrifica-se” para dar

²⁶ A Feira Central foi criada em 1925, sendo oficializada por Decreto Municipal em 1927 e, ao longo dos anos, mudou de local várias vezes; foi fundamental para que os japoneses (okinawanos) comercializassem suas hortaliças, que eram produzidas ao redor da cidade no “chamado cinturão verde”. Nessa época, devido à distância, as barracas serviam também para que eles dormissem, pois a feira acontecia em vários dias da semana. Desde 2004, a Feira Central, a “feirona”, como é denominada, funciona de quarta a domingo e mantém a venda de hortaliças e outros alimentos; no mês de agosto, realiza-se o Festival do Sobá, que, “atualmente, integra a imagem identitária da cidade de Campo Grande” (GOMES; LE BOURLEGAT; MACIEL, 2012, p. 64).

sustento aos seus parentes, de forma que, para ele, a vida do trabalho passa a ser a vida escolhida, sem direito ao lazer, à convivência familiar e ao afeto cotidiano dos seus, reduzindo-se ao labor diário da vida entregue ao trabalho.

3.3 COTIDIANO DE VIDA E TRABALHO: REVELANDO A FACE FEMININA DA MULHER *DEKASSEGUI*

É na vida cotidiana que a pessoa se realiza em todos os aspectos individuais de personalidade e coloca em funcionamento suas capacidades, sentidos, ideias e sentimentos, assim como também é na vida cotidiana que se expressam suas relações sociais produtivas. “Nela, colocam-se ‘em funcionamento’ todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias.” (HELLER, 1992, p. 18). Todavia, é também a vida cotidiana que imprime as relações de produção, no qual o trabalho “abstrato”, trabalho humano, faz-se motor da sociedade capitalista, na qual as pessoas são instrumentos que a movem por meio de processos cada vez mais perversos de “mais-valia”.

A vida cotidiana de trabalho enfrentada diariamente pelas mulheres *dekasseguis* nas fábricas japonesas foi marcada, durante o período em que estavam no Japão, pela superexploração de sua mão de obra no trabalho. O cotidiano das mulheres *dekasseguis* foi marcado por um cotidiano vivido para o trabalho mecanizado e extenuante, que absorvia a maior parte do seu tempo, restando apenas momentos para os trabalhos rotineiros de limpeza da casa e poucas horas de sono, assinalando profundo afastamento da convivência com a família. Mesmo para aquelas que migraram acompanhadas do cônjuge e dos filhos, o tempo de convivência e dedicação à afetividade entre os seus era bastante reduzido devido à dedicação ao trabalho. Para as mulheres *dekasseguis* participantes da pesquisa, nesse tempo de trabalho no Japão, “A vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social [...]” (HELLER, 1992, p. 20). As histórias relatadas pelas participantes desta pesquisa denotam a extenuante carga de trabalho enfrentada cotidianamente e a necessidade de atingir o objetivo proposto.

As *dekasseguis* eram movidas pela necessidade de atingir o objetivo de ganhar dinheiro para sua sobrevivência e de sua família, submetendo-se a extensas horas de trabalho e obedecendo à lógica de ganho de capital – quanto mais horas extras, maior o ganho. Nesse

sentido, pudemos observar, em várias das participantes da pesquisa, problemas de saúde advindos do trabalho repetitivo, monótono e exigente no que tange aos movimentos padronizados e rápidos.

A noção de trabalho para as mulheres *dekasseguis* inseridas na sociedade capitalista remete-nos à reflexão sobre o conceito de trabalho produtivo e de trabalhador produtivo, ou seja, é produtivo o trabalho e o trabalhador que produzem mais-valia. O trabalho produtivo, nesse sentido, é para Marx (1983, p. 153) “[...] apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia [...]. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital.” O trabalho, assim como nos diz Lessa (2007, p. 153), “é condição ‘eterna’ da vida social”.

Segundo Heller (1992, p. 18, grifo do autor), “O amadurecimento do homem significa, em qualquer sociedade, que o indivíduo *adquire todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana da sociedade* (camada social) *em questão*.” Já para as mulheres *dekasseguis*, “o chão da fábrica” era onde as ações praticadas não exigiam capacitação ou habilidades específicas, pois o trabalho era repetitivo e, devido a isso, um trabalho alienante. Queremos dizer aqui que a alienação produtiva é fruto de um trabalho que não provoca no trabalhador um ato de reflexão, mas o coloca na atividade repetitiva, alienando-o também do sentido do gênero humano, portanto, implicando a perda completa da humanidade. O trabalho é visto somente como meio de vida, e não como satisfação para a construção de algo criativo mediante uma construção própria. O “chão da fábrica” não conduz nenhum trabalhador a um desempenho criativo e gratificante, mas à mecanização de tarefas que o levam à alienação completa da vida humana cotidiana necessária para qualquer pessoa. Para Karl Marx, especialmente em *Manuscritos econômicos filosóficos* (1844), o conceito de alienação é ação pela qual uma pessoa ou um grupo de pessoas se tornam alheios, estranhos e alienados aos resultados ou produtos de sua própria atividade (BOTMORE, 2001). Dessa forma, “[...] a alienação é sempre alienação de si próprio ou auto-alienação, isto é, alienação do homem (ou de seu ser próprio) em relação a si mesmo (às suas possibilidades humanas), através dele próprio (pela sua própria atividade) [...]” (BOTMORE, 2001, p. 5).

O cotidiano de trabalho das mulheres *dekasseguis* imprime exatamente o que Marx e Engels (1998) argumentam ser “o trabalho alienante”. Nagasaki relata que nas fábricas japonesas dificilmente você fica “sem fazer nada” e além do mais os estrangeiros pegam o trabalho mais pesado, que exige movimentos constantes e rapidez. Dessa maneira, com uma

carga de trabalho em torno de 10, 12 e 14 horas, sobrava pouco tempo para viver o cotidiano e para a convivência afetiva nas relações sociofamiliares. O trabalho aqui é visto pelas participantes da pesquisa como “fonte de sacrifícios afetivos”, pois significava estar distante da convivência com seus familiares. Como diz Marx (1844 apud NETTO, 2012, p. 98): “[...] o trabalho no qual o homem se desapossa, é um trabalho de autossacrifício, de mortificação.”

No sistema capitalista não há espaço para as questões da ordem da subjetividade dos sujeitos, pois como aconteceu com Nagoya que emigrou aos quinze anos para acompanhar a família e no segundo ano em que estava no Japão, não estudava e foi contratada para trabalhar em fábrica japonesa com função e responsabilidades iguais as de um trabalhador adulto, no entanto não era reconhecida por isso, pois ganhava menos apesar de fazer as mesmas funções de um adulto. Pode-se inferir, pela história relatada por ela, que não se submeteu as exigências do sistema capitalista e não se alienou, pois a decisão que tomou ao emigrar sustentou a possibilidade de reversão de sua situação de vida, ou seja, antes de viajar para acompanhar os pais planejou que ficaria apenas até completar dezoito anos e no retorno, para recuperar esse período cursaria a modalidade de educação básica à distância – Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nagoya, como havia planejado, ficou três anos; no retorno concluiu o ensino médio via EJA e em seguida entrou para a universidade onde cursou pedagogia e no ano da entrevista já estava contratada como professora de ensino fundamental em escola particular.

Pode-se constatar que o processo de mais-valia, marca expressa do capitalismo, não poupa o trabalhador nem mesmo de vivenciar sua juventude, como foi o caso de Nagoya que relatou que por ter facilidade de aprendizado, trocou rapidamente suas funções dentro da fábrica, mas a sociedade japonesa nunca lhe daria o direito de deixar de ser mão de obra fabril e ascender a outro tipo de trabalho. Assim sendo, o trabalho desvalorizado e não reconhecido produz a mais-valia, que é o lucro produzido pelo excedente de capital, enquanto o trabalhador é expropriado de sua força de trabalho. O capitalista consegue, mediante jornadas extensas de trabalho do operário, a produção necessária para atender às expectativas e desejos de lucro dos donos do capital, no qual os salários são rebaixados e refletem uma exploração desmedida do trabalho de homens e mulheres, muitos deles, como a Nagoya, jovens ainda.

Para Arendt (2007), uma das formas de atividade é o labor que corresponde ao processo biológico do corpo humano e garante tanto a sobrevivência das pessoas, como também de toda a espécie humana, já o trabalho é a atividade de transformação da natureza e ocorre por meio da capacidade raciocinada de produzir e os objetos produzidos por ele serve

de permanência à futilidade humana, ou seja, é a atividade vinculada à sobrevivência imediata que se perpetua na repetição dos gestos e do que ela produz, uma atividade na qual o trabalhador não domina o processo e não detém o produto. A autora questiona se os homens vivem e consomem para ter forças para trabalhar ou se trabalham para ter os meios de consumo. O que observamos nos depoimentos colhidos das participantes da pesquisa denota que a atividade identificada como labor intensifica processos de adoecimento físico e mental dessas mulheres e se traduz no sofrimento causado pelo distanciamento dos seus familiares e pelo trabalho exaustivo, como diz Yokohama que para não se lembrar de seus filhos e sofrer de saudades, se entrega ao trabalho de forma excessiva.

Podemos, então, dizer que o trabalhador usa de estratégias para manter a sanidade psíquica ativa, a fim de perseguir sua necessidade de continuar trabalhando. Nesse sentido, é necessário destacar que a pessoa muitas vezes não identifica seu sofrimento como sendo de ordem psíquica, não lhe conferindo dimensão para a busca de ajuda. Desse modo, quando o trabalhador se torna um problema para o capitalista, ou seja, quando se apresenta doente para o trabalho, tende a afastar-se de sua atividade, sendo imediatamente substituído por outro trabalhador.

Como estratégia para manter a sanidade psíquica, as mulheres *dekasseguis* procuravam sempre manter a comunicação com o Brasil e seus familiares que aqui ficaram. Yokohama relata que ligava toda semana para falar com os filhos e matar as saudades, mas não se permitia ficar triste. Todo esse cenário, inclusive, prolongou a sua permanência e adiou por um tempo seu retorno, pois a família continuava necessitando do recurso financeiro fruto de seu trabalho. A conclusão da participante mostra o seu grau de sofrimento no trabalho em prol da família, abrindo mão de seu próprio bem estar e resistindo às dificuldades. Esse sofrimento apresentado por ela nas relações sociais em torno do trabalho é fundamental para a compreensão do trabalho produtivo, pois o trabalho produtivo é o que se troca por dinheiro; dessa forma, por dinheiro, se está disposto a enfrentar o distanciamento da família e o sofrimento do trabalho desgastante, a fim de empregar sua força de trabalho em troca da subsistência dos seus em busca da dignidade de uma vida melhor.

É importante destacar que muitos *dekasseguis* que migraram com toda a família não conseguiam empregar-se num mesmo local, tendo, portanto, dificuldade de convivência com os seus, seja por razão de horários de trabalho diferenciados, como no caso de Yokohama, em que o marido conseguiu trabalho em outra cidade japonesa. Assim, os encontros eram realizados a cada dois meses e ela saía da província de Yokohama, onde trabalhava e se

encontrava com o marido na província de Saitama, onde passavam o dia como “namorados” como ela diz e no final da tarde faziam o caminho de volta quando pegavam o trem e cada um voltava para sua casa.

O depoimento de Yokohama demonstra que o capital não se preocupa com as necessidades e dificuldades de sua força de trabalho (o operário), pois para o capital o trabalhador é invisível, ele será apenas mais um instrumento para obter o lucro necessário e desejado. O capital, portanto, não se preocupa com o bem-estar de sua força de trabalho, mas irá explorá-la para obter o máximo de mais-valia possível para o próprio bem-estar da sociedade capitalista.

Com todo o sofrimento expresso no cotidiano do trabalho, Nagoya, por um lado, não se adaptou ao sistema de trabalho nas fábricas japonesas, mas, por outro, reflete e elege aspectos positivos da sua passagem como mulher *dekassegui*, o que a fez enxergar sua “brasilidade” com um olhar até então desconhecido para ela:

Eu não gostava de lá! Eu não tinha vontade de estar lá, então, era totalmente diferente o olhar [dá ênfase quando fala desse olhar] que você tem. Quando eu morava no Brasil, as próprias colegas falavam assim: ‘você é avessa à própria etnicidade’, eles falam a raça [riso]. Você é avessa à própria raça, mas o que, que é isso? Nossa, você não quer falar japonês? Eu não gosto! Eu sou brasileira! Sabe aquela brasiliade, assim, falava muito mais forte, eu não dava valor pra minha origem.

Esse “olhar” diferenciado foi a partir do momento em que Nagoya vivenciou a experiência e percebeu que, mesmo sendo descendente de japonês, lá no Japão era tratada como estrangeira, portanto, entendia-se como brasileira, e não como japonesa:

Então, quando eu fui pra lá, deu aquele choque e eu senti, eu fiquei... Falei, não, eu tenho que me valorizar mais, eu tenho que valorizar mais a minha origem, porque se aqui [Japão] eu não sou valorizada, lá [Brasil] eu sou.

Ainda no que tange aos tipos de trabalho executados pelas participantes desta pesquisa, Ibaraki relata seu trabalho no ramo da alimentação, fazendo comida brasileira para brasileiros, e afirma que o cotidiano de trabalho era difícil, pois trabalhava das 7 horas da manhã de um dia até às 3 horas da manhã do dia seguinte, inclusive aos domingos, e que a recompensa financeira ao receber o primeiro salário foi determinante para permanecer até cumprir seu objetivo, que era ficar um ano trabalhando e depois retornar:

Porque eu achava que ia receber certa quantidade e, de repente, recebia aquele monte de dinheiro, fiquei felicíssima. [risos] Quer dizer, aí incentiva você a trabalhar. [...] Você vê aquele dinheiro exorbitante na sua mão, de repente, você nunca ganhou aquilo, assim, de repente, dentro de quinze dias, você ganha, ah... Quatro mil reais! Ah, nossa, é dinheiro, não é dinheiro? Eu achei muita coisa assim.

A recompensa financeira, conforme diz Moraes (2008, p. 235), “[...] é referida como concretização do reconhecimento do trabalho [...]”, reconhecimento este que fez com que Ibaraki se sentisse valorizada e fosse até o fim para atingir seu objetivo, mesmo enfrentando extensa e exaustiva jornada de trabalho, mas mantinha-se determinada em cumprir seu objetivo de ganhar dinheiro e depois retornar. Todavia, há de se compreender que o custo de vida no Japão é alto em comparação com o padrão brasileiro. Assim, a ilusão de alguns *dekasseguis* era de que o dinheiro era bastante, mas, ao final, o trabalhador teria que economizar muito para ter as reservas pretendidas para o envio da remessa financeira para o Brasil, eliminando todo e qualquer tipo de lazer ou vontade de consumo para que seu trabalho pudesse atingir o objetivo.

Para Marx (1983, p. 274-275):

[...] dentro do sistema capitalista, todos os métodos para a elevação da força produtiva social do trabalho se aplicam à custa do trabalhador individual; todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, transformando-o num ser parcial, degradam-no, tornando-o um apêndice da máquina, aniquilam, com o tormento de seu trabalho, seu conteúdo, alienam-lhe as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a ciência é incorporada a este último como potência autônoma [...] desfiguram as condições dentro das quais ele trabalha, submetem-no durante o processo de trabalho, ao mais mesquinho e odioso despotismo, transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho, jogam sua mulher e seu filho sob a roda Juggernaut do capital.

A vida da *dekassegui* resume-se ao trabalho exaustivo impresso no cotidiano de vida, dando poucas possibilidades de alegria, a não ser pela possibilidade única do envio da remessa financeira para a família, pois para Ibaraki é preciso ter “restrição”, caso contrário ao retornar não consegue trazer nenhuma economia, então todo e qualquer consumo passava a ser restrito em prol da construção do “fundo de reserva”.

Pode-se concluir, então, que o cotidiano das *dekasseguis* no Japão era de trabalho e sofrimento, com o intuito de atingir seu objetivo financeiro, motivo principal de sua migração. Muitas não tinham a consciência da superexploração à qual eram expostas pelo mundo do trabalho capitalista.

3.4 PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS NA MIGRAÇÃO

Além das dificuldades relatadas anteriormente no que tange ao trabalho desgastante, podemos apontar outras enfrentadas no cotidiano das *dekasseguis*. Parece-nos, nesse sentido, que a separação dos filhos se apresentou como a mais difícil, pois alguns destes estavam na faixa etária (final da infância e adolescência) em que se precisa da presença dos pais, seja para acompanhar as atividades escolares normais desse período, seja para as trocas de afeto que são importantes para o crescimento saudável de todo ser humano.

Devemos lembrar que, historicamente, a mulher sempre foi a responsável pelo cuidado e bem-estar da família, enquanto que ao homem era delegada a função de trabalhar para o sustento desta. Para Perrot (2012, p. 135), a mulher, no campo da história social, ficou confinada ao ambiente doméstico, e essa tarefa traduz-se como responsabilidade feminina, como “uma virtude feminina, um dever das mulheres ligadas à terra, à família, ao lar”. Logicamente, isso se dá entre as mulheres que tinham uma posição socioeconômica privilegiada, pois a mulher considerada “pobre” sempre trabalhou fora de casa, mas ao mesmo tempo a família pobre era estigmatizada pela sociedade, pois, nesse caso, o homem seria tido como incapaz de manter sua família e a mulher absorvia estigmas de má conduta feminina.

Por outro lado, com a intensificação do processo de industrialização, colocou-se em evidência a questão do trabalho das mulheres fora do ambiente doméstico, provocando mudanças perturbadoras não só para os homens, que passaram a perder o controle sobre suas mulheres, mas principalmente para elas, que passaram a viver a contradição de ter que sair de casa e deixar suas obrigações maternas. Ao mesmo tempo, continuavam a sentir-se responsáveis por contribuir na manutenção do sustento da família, com a expectativa de que não faltasse nada aos filhos.

Durante o processo migratório das mulheres *dekasseguis*, elas vivenciaram situações semelhantes, pois migrar significava deixar os filhos com os maridos ou com outros parentes, levando consigo a culpa por estar distante do convívio com a família, mas a necessidade em atingir o objetivo de ganho financeiro para manutenção do lar as manteve distantes por longos períodos, fazendo-as perder momentos de convivência no processo de crescimento dos filhos:

A mais nova tinha 10 anos, ficou na casa do meu cunhado, e o meu filho, que tinha 13 na época, ficou na casa de outro cunhado... Ficou separado. É. Ela tinha 10 anos na época, ficou na casa do meu cunhado, que tinha três

meninas. Aí meu guri, como é único menino, como vai ficar no meio das meninas?! Aí ele ficou na casa do meu concunhado, tinha um casal de filhos e tinha um menino que se dava muito bem com ele. Aí ele ficou lá. (Hokkaido)

A migração massificada no século XIX teve a participação predominantemente masculina. Somente no século XX começa a emigração de famílias e de mulheres sozinhas. Essa mobilidade feminina “é um sinal de emigração definitiva” afirma Perrot (2012, p. 135), e isso faz com que haja o reagrupamento familiar ou a separação definitiva, pois, quando a família migra unida, pode ocorrer que as mudanças nas relações do poder familiar gerem conflitos que não são superados pelos companheiros por não aceitarem as transformações vivenciadas, pois as mulheres passam a contribuir com a manutenção da família e a dividir responsabilidades e poder.

Esse novo papel desempenhado por essa mulher que migra, por um lado, faz com que ela, mesmo ainda mantendo a responsabilidade por manter as tradições por repassar aos filhos as questões culturais (língua, os hábitos e costumes), se confronte com os sentimentos de culpa que culturalmente são atribuídos às mulheres migrantes que têm que deixar seus filhos sob os cuidados de parentes, como as avós, como foi constatado durante o processo de investigação. Essa guarda, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990) é provisória e válida pelo tempo necessário, ou seja, enquanto durar o processo migratório como *dekassegui* (BRASIL, 1990).

Em pesquisa realizada na Vara de Família da Comarca de Campo Grande, MS, Lupion e Santos (2002) analisaram nove processos de pedido de guarda de filhos de *dekasseguis* que ficaram sob a tutela de tias e avós, sendo esta última a que mais aparece como guardiã de crianças e adolescentes que ficaram no Brasil enquanto os pais iam trabalhar em outros países. Nessa pesquisa, as autoras expressam o sofrimento dos filhos pela ausência dos pais e perda de um tempo que não volta mais, embora denotem certa consciência da necessidade de os pais trabalharem. Na pesquisa descrita, de acordo com os casos estudados, observa-se que mais de cinquenta por cento dos pedidos de guarda foram para pais que emigraram para o Japão tendo como principal motivação da migração a busca por trabalho.

As mulheres *dekasseguis* justificam o trabalho no Japão pela necessidade de tentar garantir que seus filhos tenham oportunidades e bens de consumo, como frequentar uma escola particular e obter bens a que não teriam acesso em outra circunstância.

Por outro lado, a realidade apresenta-se contraditória para as famílias em relação à educação formal dos filhos, tanto para as que deixaram os filhos no Brasil, quanto para as que levaram ou tiveram seus filhos no Japão. Os filhos que nasceram no Brasil e acompanharam a família no período migratório não se adaptaram aos estudos nas escolas do Japão e afastaram-se dos estudos, como aconteceu com a filha de Hokkaido quando esta migrou pela segunda vez e optou por levar a filha de 10 anos na época, mas pelo fato de sofrer preconceitos na escola por ser filha de “estrangeiro” e assim permaneceu sem estudar enquanto os pais estavam no Japão trabalhando.

Já para os filhos de *dekasseguis* nascidos no Japão, a situação inverte-se, e é preciso ensinar os filhos a falar o português, primeiro, porque a criança precisa comunicar-se com os pais que não dominam a língua japonesa e, segundo, porque, na certeza do retorno, a criança precisará ter o domínio da língua portuguesa para sua inserção no meio sociofamiliar no Brasil, como ocorreu com a filha de Nagasaki, que nasceu no Japão e não falava português e era excluída e se excluía das brincadeiras com outras crianças por não entender o que elas estavam dizendo.

Seja com os filhos ficando no Brasil sob a guarda de genitor, de parentes próximos e avós, ou acompanhando os pais para o local de destino, todos desenvolvem estratégias para suportar o período de ausência e fazem acordos de forma que se assimile que todo esforço é necessário e futuramente se apresentará como válido. Para todas as entrevistadas e participantes da pesquisa, “foi a única saída encontrada” para vencer a dificuldade financeira.

Outro ponto a ser identificado pelas *dekasseguis* como dificuldade enfrentada no Japão foi o “choque cultural” vivenciado no país que, mesmo sendo a terra dos seus ancestrais, denotou a sensação de estranhamento, em que tudo parecia muito grande, as pessoas eram desconhecidas, o clima era diferente e até o desconhecimento da língua para as coisas mais banais, como a leitura do rótulo dos alimentos, por exemplo, dificultava a adaptação e trazia momentos de insegurança.

É importante assinalar que a singularidade de nossas entrevistadas denota a totalidade e o momento histórico vivenciado por essas mulheres. A migração para o trabalho de *dekasseguis* apresenta também elementos ligados à questão da afetividade, como saudade, tristeza e frustração vivenciadas durante o período migratório. No entanto, a determinação dessas mulheres em atingir os objetivos propostos inicialmente contou com aspectos que facilitaram, de certa forma, a sua permanência no Japão, permanência marcada por momentos

de sofrimento, solidão e perdas, mas que contribuíram para vencer os medos e, assim, dia a dia, suplantar as dificuldades. Para essa superação, recorreu-se a arranjos e estratégias como o já conhecido “jeitinho brasileiro”, principalmente entre as participantes que não dominavam a língua nativa do país de destino.

Para as participantes que não dominavam a língua japonesa (*nihongo*), recorreu-se à estratégia de serem preparadas pelos pais para aprender o básico do idioma japonês, conforme diz Nagoya:

[...] a minha mãe fez a gente aprender um pouco... Pelo menos o alfabeto, então, pelo menos, ler e escrever os dois alfabetos²⁷, tanto o hiragana quanto o katakana, a gente foi sabendo. Então, era muito mais fácil você pegar... Mesmo tendo os ideogramas mais complicados, uma coisa ou outra você pegava, principalmente porque a maioria dos produtos já é americanizada, então, se escrever em katakana você vai buscar a origem, traduz para o inglês, você consegue saber o que é. Mas, de começo, foi bem complicado.

Ainda entre as que não dominavam a língua japonesa, a permanência foi facilitada pela concentração de brasileiros trabalhando no Japão, de forma que se ajudavam mutuamente. Não foram poucos os casos de brasileiros que não tinham sequer contato com japoneses, o que, de certa maneira, facilitava a convivência diária, como diz Aichi:

O mais difícil quando cheguei lá foi a linguagem. [...] Sempre tinha um líder que falava em japonês, traduzia pra gente... Nem tinha que falar com japonês lá, tinha uma linha de 20 brasileiros, só naquela linha. A fábrica era pequena, fábrica de carro...

Já Saitama utilizou-se das amizades que estabeleceu com os japoneses com quem convivia diariamente no trabalho para aprender um pouco da língua japonesa. Durante a entrevista, confundia-se ao responder, pois falava em japonês e precisava lembrar-se do significado em português, afirmando que a dificuldade por não saber a língua foi por pouco tempo, como diz Saitama:

É a língua, mas depois... Foi pouco tempo, porque depois, logo eu peguei muita amizade com japonês, e eles mesmos ensinavam... A gente ficou numa

²⁷ O japonês utiliza simultaneamente três diferentes sistemas de escrita: o *hiragana*, o *katakana* e o *kanji*. O *hiragana* é composto de 46 letras básicas, e, por meio delas, podem-se grafar todos os sons da língua japonesa. O *katakana*, também composto de 46 letras básicas correspondentes ao *hiragana*, é utilizado principalmente para a transcrição de nomes de pessoas, termos estrangeiros e onomatopeias. Já o *kanji* é um sistema que utiliza caracteres chineses, cada qual com significado próprio, porém apresentando mais de uma leitura (EDITORAS MELHORAMENTOS; ALIANÇA CULTURAL BRASIL-JAPÃO, 2000).

fábrica que... Com sete mulheres. As sete de Campo Grande, só que ninguém conhecia a outra [riso]...

Entre as mulheres *dekassegis* na faixa etária acima dos 40 anos, conforme consta no Quadro 3, todas dominavam a língua japonesa, fato que, aliado à maturidade, facilitou o processo de adaptação. Elas puderam contribuir com outros brasileiros que não dominavam a língua, servindo de canal de comunicação, como relata Yokohama que por falar bem em *nihongo* era confundida como sendo nativa e não descendente de japoneses.

O domínio da língua nativa do país de origem a ajudou, ainda, a “quebrar” um pouco a rigidez no ambiente de trabalho; isso, aliado ao seu jeito espontâneo, como ela diz, “cativava” todo mundo no hospital, fato que ficou demonstrado durante a entrevista, pois falou espontaneamente e com vivacidade sobre o período em que esteve no Japão:

Então, fui muito querida em tudo que é lugar que eu fui trabalhar, porque eu sei falar muito bem. [...] E conversava daquele jeitinho brasileiro, contava piadinha, sabe?! Mas adorava! Cativava! É médico velho, médico novo, cativava, eu principalmente cativava! (Yokohama)

Já para as que não dominavam a língua nativa do país de destino, essa situação foi determinante para potencializar as dificuldades vivenciadas por elas durante o processo migratório, pois a linguagem é uma ferramenta simbólica que dá sentido à vida do sujeito, que coordena seu comportamento e age como mediador social. É pela linguagem que ele se comunica, pensa, se autorregula e passa a entender o mundo em que vive, e é também por meio da linguagem que se dá o processo de integração do migrante na sociedade de acolhimento, pois “[...] reproduz uma visão de mundo, produto das relações que se desenvolveram a partir do trabalho produtivo para a sobrevivência do grupo social [...]” (LANE, 1994, p. 32-33).

Pode-se constatar que as participantes da pesquisa que não dominavam a língua ficaram vulneráveis e suscetíveis a maiores dificuldades para realizar atividades simples do cotidiano, como ir ao banco e até dar um telefonema para a família que ficou no país de origem. Nada podia ser realizado por elas de forma imediata, pois era necessário aguardar o dia seguinte para a solução de problemas cotidianos com o representante da empresa que fez o contrato de trabalho e Nagasaki enfrentou situações que por não dominar a língua, não entendia nada do que era dito e até mesmo as ações de saúde e serviço de banco, quando precisava, tinha que esperar a empresa que havia contratado para poder resolver as pendências ou fazer uma consulta médica, mas nada para o “mesmo dia”.

4 MIGRAÇÃO DE RETORNO DE MULHERES *DEKASSEGUIS*

4.1 O CONTEXTO DA MIGRAÇÃO DE RETORNO DE *DEKASSEGUIS*: UMA REALIDADE BRASILEIRA NA ATUALIDADE

A migração de retorno de brasileiros ao país de origem, assim como a entrada de estrangeiros no Brasil, intensificou-se a partir de 2008. O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2012) revela em sua pesquisa, que em contraposição à última década do século XX, em que o Brasil apresentou desestruturação do mercado de trabalho e teve o período caracterizado pela elevação das taxas de desemprego em patamares nunca vistos no país, com geração de formas precárias de inserção no mercado de trabalho, autônomos que trabalham para o público, assalariamento sem carteira, emprego doméstico entre outros, a década seguinte, de 2000 a 2009, foi denominada de “década da formalização do trabalho”.²⁸

Embora a pesquisa aponte que os três primeiros anos do século XXI foram semelhantes à década anterior, pois o mercado de trabalho não gerou empregos em número suficiente para responder às necessidades da força de trabalho, segundo a pesquisa, a partir de 2004, a economia voltou a crescer em ritmo mais intenso. Esse crescimento manteve-se até o ano de 2008, apresentando o patamar de crescimento mais elevado, e, mesmo quando em 2009 ocorreu a crise econômica internacional, a colocação do Brasil no *ranking* internacional foi bastante razoável, relacionando o crescimento do produto interno bruto e expansão dos empregos:

É possível dividir a maior parte da primeira década do século XXI, do ponto de vista da relação entre crescimento e emprego, em dois momentos: o primeiro, entre 2001 e 2003, em que o aumento médio do PIB foi de 1,7%, e o crescimento total do emprego formal foi de 12,6%¹, o que significa uma expansão média anual de 4,2%; o segundo, entre 2004 e 2008, período em que o PIB cresceu em média 4,7%, o emprego formal aumentou 33,5%, e o crescimento médio anual do emprego formal foi de 5,9% (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2012, p. 11).

²⁸ O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), fundado em 1955, é uma criação do movimento sindical brasileiro para desenvolver pesquisas que fundamentassem as reivindicações dos trabalhadores. Na pesquisa intitulada *A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000*, foram feitas as seguintes perguntas: qual é a situação dos trabalhadores brasileiros? O que lhes aconteceu após uma década de mudanças na economia brasileira com impactos positivos sobre o mercado de trabalho?

Obviamente que o retorno de brasileiros, especificamente das participantes da pesquisa, como veremos mais adiante, não foi motivado apenas pela situação econômica relatada acima, mas esta foi um fator que contribuiu para que tantos brasileiros retornassem e também para a vinda de muitos estrangeiros, como dissemos inicialmente. Porém, certamente, essa “onda de otimismo” refletiu-se no retorno voluntário de muitos brasileiros que se encontravam no exterior; no caso das *dekasseguis*, o retorno também foi devido aos abalos sísmicos pelos quais passou o Japão em 2011.

O retorno teve seu principal motivo na crise financeira que vem abalando os países europeus e outros, aliada à frente repressora que dificulta a entrada de imigrantes irregulares; as vagas de trabalhos existentes, mesmo as ditas como atividades menos qualificadas e mal remuneradas, são disputadas por trabalhadores que antes selecionavam os postos de serviços, o que dificulta a entrada de imigrantes nesses países. No caso dos países europeus, que são um dos maiores destinos para brasileiros que emigram, a entrada passa a ter um rigor maior devido à política européia de combate ao tráfico humano e à exploração sexual. Esse rigor deve-se à crise econômica e da previdência social dos países europeus, pois em tempos de crise se diminui a solidariedade.

O Brasil discutiu a questão das migrações, enquanto agenda governamental, somente em momentos específicos. Ao que nos parece, o atual momento provavelmente forçará o país a repensar suas políticas migratórias. Isso se deve ao já comprovado aumento no fluxo de entrada de imigrantes na última década. Há de se observar que a mídia brasileira nos tem apresentado com frequência o recebimento de haitianos, senegaleses, bengalis e outros, aumentando consideravelmente as solicitações de visto para residência no país, assim como também vistos para refúgio.

A migração de retorno e a entrada de estrangeiros no país, portanto, são uma realidade que traz à tona as fragilidades de um país em relação à ausência de política migratória. Cotidianamente, o assunto é divulgado pela mídia, como, por exemplo, na matéria jornalística publicada com manchete em primeira página no jornal *Hoje em Dia*, na grande região metropolitana de Belo Horizonte, de 13 abril de 2013, intitulada *Crise traz 500 mil brasileiros de volta*. Na reportagem, são vários autores que se manifestam, entre eles, o Itamarati, que afirma que caiu de cerca de 3 milhões para 2,5 milhões o número de residentes lá fora, e eles retornam pelos mesmos motivos que os levaram a ir: emprego e dinheiro. Corroborando a temática desta pesquisa, o Ministério das Relações Exteriores aponta o crescimento desse

movimento, especialmente dos que emigraram na última década. Os economistas indicam que, quando os custos são reduzidos, os primeiros a serem sacrificados são os emigrantes (OLIVEIRA, 2013).

Na mesma reportagem, a pesquisadora Sueli Siqueira, que estuda há tempos a migração de brasileiros de Governador Valadares para os Estados Unidos e tem se dedicado às investigações sobre o retorno desses brasileiros, aponta que além do sentimento de derrota os emigrantes valadarenses enfrentam problemas de saúde e financeiros. Além disso, no retorno, como o que revelou esta pesquisa, um dos problemas que o migrante enfrenta é o “estranhamento” com questões ligadas às relações sociofamiliares e afetivas, ainda tendo agravadas as questões relacionadas ao mercado de trabalho; a reportagem finaliza: “eles não se sentem mais pertencentes a esse lugar” (GONÇALVES, 2013, p. 8).

A migração de retorno adquiriu proporções nunca vistas antes no cenário brasileiro e foi inserida também na temática dissertativa do Exame Nacional do Ensino Médio de 2012, que trouxe como tema: *O movimento imigratório para o Brasil no século XXI*. Nada mais atual, pois a crise que atingiu a Europa, Estados Unidos e Oriente fez com que muitos estrangeiros saíssem dos seus países atraídos com as notícias de que o Brasil se apresenta como uma alternativa de encontrar trabalho devido às condições favoráveis pelas quais passa (O GLOBO, 2012).

Da mesma forma, fizeram os brasileiros que haviam emigrado nas últimas décadas para os países que hoje vivenciam dificuldades financeiras e não conseguem oferecer oportunidades de trabalho nem para os próprios nativos. Os trabalhadores estrangeiros são os primeiros a serem atingidos com a redução salarial e ausência de emprego. Assim, retornam ao Brasil, fugindo da crise e na esperança de encontrar trabalho no seu país de origem, além de retornar para junto de sua família, iniciando a migração de retorno.

Na última década (2000-2010), os *dekasseguis*, que tinham encontrado refúgio nas indústrias japonesas nas décadas de 1980-1990, começam a sentir a crise financeira e a perder seus empregos no Japão (SATO, 2009). Surgem casos de brasileiros imigrantes no Japão que, por perderem seus empregos, vivem nas ruas, problemática que mereceria ser estudada para uma melhor compreensão. Na iminência da crise financeira que apresenta seus primeiros sinais, muitos brasileiros começam a interromper sua permanência no Japão, pois perdem os empregos; para os que ainda estavam empregados, já não há mais tanto trabalho e horas extras disponíveis (com as quais os *dekasseguis* ganhavam um pouco mais de dinheiro para o envio

ao Brasil) (SATO, 2009). Segundo o Presidente da Associação Brasileira de *Dekasseguis*, Kiyoharu Miike, nunca se viu situação tão difícil: “Sem dúvida, essa é a pior crise desde o início do movimento. Em 1998, houve o estouro da bolha econômica e muitos brasileiros tiveram de voltar, mas nada tão ruim quanto se vê hoje [...]” (SATO, 2009).

Para os brasileiros que estavam no Japão, essa migração de retorno foi acelerada e imediata devido ao terremoto seguido de tsunami, que ocorreu em 11 de março de 2011, atingindo a costa leste do Japão, com 8,8 graus de magnitude, sendo considerado o mais forte terremoto registrado no Japão e o sétimo na história do mundo. O tremor provocou um tsunami que se arrastou pelo litoral do nordeste do Japão, devastando várias cidades e provocou um grande acidente nuclear na usina de Fukushima Daiichi, a qual, depois de sofrer um derretimento de três dos seis reatores nucleares, começou a liberar quantidades significativas de material radioativo.

Da mesma forma na Usina de Onagawa, onde foi necessário ser decretado estado de emergência, pois o índice de radioatividade estava acima do permitido (G1, 2011a). Instituições públicas localizadas na região como o Parlamento japonês não funcionou na segunda-feira que seguiu ao desastre, pois houve corte de luz e água, assim como as principais montadoras do país que fecharam suas portas enquanto avaliavam os estragos, como a Honda, Nissan, Mitsubishi, Suzuki e Toyota, onde trabalham estrangeiros, inclusive os *dekasseguis* (G1, 2011b).

Mesmo um ano após o desastre natural, muitas empresas fecharam definitivamente suas portas gerando desemprego e insegurança entre os que ainda permaneciam no Japão, em províncias como Miyagi, uma das mais atingidas, mais de 1.100 empresas cessaram suas atividades, e outras tantas ainda não sabiam qual seria o futuro de seus negócios (FELIÚ, 2012). Muitos perderam seus empregos, e aqueles que residiam e/ou trabalhavam nas áreas atingidas ficaram também sujeitos à radioatividade, principalmente da usina de Fukushima, onde a proporção do estrago foi maior. Maurício Watanabe, técnico agrícola de 43 anos que deixou o Japão após dez anos morando no país, declara:

Achei que o mundo fosse acabar e eu fosse morrer nos quase dez minutos em que a terra tremeu forte na tarde daquela sexta. Parecia que eu estava num filme de terror em 3D, com tudo chacoalhando à minha volta [...] Minha viagem para o Brasil já estava programada, mas depois desse terremoto não quero mais voltar a morar lá, não (TOMAZ, 2012).

A migração de brasileiros para o Japão diminuiu com a crise e os desastres naturais, que motivaram o retorno de brasileiros, tendo como consequência a diminuição da quantidade das remessas de mão de obra e do dinheiro enviado para o Brasil. Segundo Peixoto (2010), “O Banco Central registrou no ano passado a maior queda em 11 anos no total de remessas enviadas ao Brasil por brasileiros que moram no Exterior – US\$ 2,22 bilhões, uma queda de 23,6% em relação a 2008.” O percentual de queda do Japão é hoje mais significativo do que o dos Estados Unidos, que foi de 30%, ficando na casa dos 40%.

A queda na remessa de dinheiro dos *dekasseguis* para o Brasil comprova que a migração de retorno foi realmente intensificada após o ano de 2008, considerando-se que, devido a períodos de crise e alta da moeda americana, isso ainda pode representar que, em vez enviar o dinheiro, encontram-se alternativas, como deixar o dinheiro em bancos no país no qual estão residindo ou até mesmo guardar o dinheiro em casa, esperando data oportuna para fazer a remessa. Portanto, para muitos *dekasseguis*, diante desse cenário, a alternativa era retornar para o Brasil, pois a crise econômica que atualmente assola os países europeus e o Japão juntos representou, em 2008, aproximadamente quatro milhões de desempregados. Dantas (2012, p. 116) destaca que a palavra “crise” em chinês é formada por dois ideogramas, em que um significa “perigo” e o outro, “oportunidade”, sendo que “[...] há a possibilidade de essa crise ser insuperável, devido a uma série de fatores situacionais e internos, assim como a possibilidade de a mudança poder significar ampliação do *self*, transformação [...].”

Essa possibilidade de mudança é vislumbrada no Brasil, que gerou, no período de 2007, três milhões de postos de trabalho. Embora não haja dados exatos de quantos *dekasseguis* deixaram o país, dados divulgados pelo Ministério das Relações Exteriores do Japão indicam que, entre outubro de 2008 e março de 2009, 61 mil brasileiros *dekasseguis* retornaram ao Brasil (SATO, 2009).

Esse retorno involuntário tem gerado dificuldades, pois muitos não têm dinheiro para retornar e têm que contar com a ajuda da família. Ao chegar ao Brasil, buscam emprego, mas a remuneração é bem menor do que a que possuíam no Japão, onde recebiam em torno de dois mil dólares por mês. Como resultado, observamos uma diminuição no padrão de vida dessa população, gerando desconforto tanto físico quanto emocional devido à dificuldade de adaptar-se à realidade brasileira.

As questões sociais advindas da migração de retorno pela contingência de crise econômica e desastres naturais, como ocorreu no Japão, fez com que os governos elaborassem

programas de retorno para aqueles que não tinham condições financeiras, mas compulsoriamente teriam que cumprir um período sem retornar ao Japão.

O Brasil disponibilizou, no *site* do Ministério das Relações Exteriores, uma cartilha com orientação para os retornados, com informações úteis sobre serviços e programas de acolhimento, entre elas, informações sobre saúde, educação, ajuda financeira e locais de acolhimento (BRASIL, 2010). Embora a cartilha traga orientações importantes para os retornados, estas nem sempre chegam às mãos das pessoas que delas necessitam. Consideramos que a questão da “migração de retorno” ainda é um fenômeno bastante recente no Brasil, portanto, deve ser estudado de maneira a auxiliar políticas públicas que possam apoiar e reintegrar os brasileiros que retornam ao país.

4.2 MOTIVOS PARA O RETORNO DE MULHERES *DEKASSEGUIS* AO BRASIL

O retorno é um pensamento constante para o imigrante, que sonha um dia voltar ao seu país de origem. No entanto, esse retorno é sempre protelado, na medida em que o migrante consegue estabelecer-se no país de acolhimento – quanto mais passa o tempo, mais difícil fica para o migrante retornar. No subitem anterior, já tratamos dos principais motivos da migração de retorno dos brasileiros, inclusive especificando o retorno dos *dekasseguis*. Neste subitem, trataremos do retorno de mulheres *dekasseguis* para o Brasil.

Antes de iniciarmos a discussão sobre os motivos do retorno ao Brasil por mulheres brasileiras, apontamos o tempo que as participantes da pesquisa permaneceram no Japão. Esse fato, embora possa parecer sem importância, é uma informação necessária para que compreendamos que a migração de brasileiros para o Japão se deu de forma singular. Nesta pesquisa, concluímos que sua singularidade consiste em quatro pontos diferentes de outros tipos de migração de brasileiros para outros países:

- a) Uma forma de migração regular, ou seja, documentada e com visto de permanência acordado entre os dois países;
- b) Somente permitida a descendentes diretos de japoneses (*nisseis* e *sanseis* – que levam o nome de *dekasseguis*);
- c) Quase majoritariamente os *dekasseguis* foram para o trabalho fabril;

d) O visto de permanência dos *dekasseguis* determina um lugar na sociedade japonesa, lugar de operário, ou seja, um lugar como mão de obra para o trabalho fabril. Ao operário *dekassegui*, somente são dadas a possibilidade de trabalho e as condições necessárias à sua sobrevivência, não havendo lugar para ascensão no trabalho; portanto, o *dekassegui* é visto somente como força de trabalho.

Na compreensão marxista, “força de trabalho” é a capacidade de realização de trabalho útil que aumenta o valor das mercadorias; é, portanto, sua força de trabalho que os operários vendem aos capitalistas em troca de salário em dinheiro. Se refletirmos nesse sentido, poderemos concluir que a força de trabalho na teoria do valor é compreendida na explicação da mais-valia, ou seja, o capitalista investe na compra de mercadorias e depois as vende por um valor muito maior do que o investido. Isso só pode ser realizado se houver alguma mercadoria que aumente o valor das outras mercadorias; dessa forma, a força de trabalho é precisamente essa mercadoria. O operário *dekassegui* possui apenas a sua força de trabalho, por isso, para ele, é determinado um lugar na sociedade japonesa como apenas “motor” que impulsiona as forças produtivas e faz com que o capitalismo possa render lucros àqueles mais abastados, deixando para os trabalhadores apenas a parcela que lhe é devida, ou seja, o equivalente ao seu trabalho.

Notamos, no Quadro 4, abaixo, que o período de migração de brasileiros de Campo Grande, MS, se deu, para as participantes de nossa pesquisa, quase majoritariamente, na década de 1990 e princípio dos anos 2000. Isso assinala o momento histórico que perpassa esta pesquisa e que denota a realidade estudada.

Outro ponto a ser destacado na leitura do Quadro 4, é o fluxo de ida e retorno frequente entre um considerável número de mulheres *dekasseguis* provenientes de Campo Grande, MS. Observa-se que muitas iam e ficavam por determinado período, retornando logo em seguida. Essa facilidade de entrada e saída do país se explica, principalmente, pela singularidade da migração de brasileiros ao Japão, ou seja, como toda migração de *dekasseguis*, é considerada uma migração regular, documentada²⁹. As brasileiras que fizeram parte desta pesquisa não tiveram problemas com os constantes deslocamentos de ida e

²⁹ O referido acordo entre Brasil e Japão, já citado no Capítulo 2, além de regular a vinda dos japoneses no século XX, também regula a ida de brasileiros descendentes de japoneses para o Japão (1980/1990), prevendo a ida de descendentes de japoneses e também de cônjuges brasileiros sem ascendência japonesa para buscar emprego no sistema fabril japonês.

retorno. O fluxo de idas e vindas, de acordo com as entrevistadas, deveu-se a fatores diversos. As participantes da pesquisa apontam, dentre eles, rever os filhos, atender a problemas de saúde de familiares, falecimento de parentes e gravidez. Havia também a expectativa de permanecer no Brasil, no entanto, as *dekasseguis* retornavam novamente ao Japão na intenção de trabalhar um pouco mais até completar o que consideravam suficiente para realização do projeto de vida no país de origem.

Desse modo, consideramos que esse fluxo é inerente à migração via acordo entre os dois países, dando a essa modalidade de migração Brasil-Japão-Brasil toda uma especificidade diferenciada que constitui uma faceta bastante atípica da migração internacional, a qual normalmente não acontece com tamanha frequência em outras formas de migração para o trabalho.

QUADRO 4 - Período de emigração de mulheres *dekasseguis* participantes desta pesquisa

Participante	Ano		Tempo (ano)	
	Emigração	Retorno	Permanência real*	Efetivo de trabalho
Nagasaki	1989, 1992, 1994, 1998, 2000	1991, 1993, 1997, 2000 e 2012	23	20
Kioto	1992, 2006	1995, 2011	19	8
Saitama	1991, 1995, 2001	1995, 2000, 2008	17	16
Yokohama	1992, 1995, 1998, 2002	1994, 1997, 2000, 2007	15	13
Osaka	1998, 2001, 2004	1999, 2003, 2006	8	5
Ueda	2001, 2005, 2006	2004, 2006, 2009	8	7
Maebashi	1999, 2004	2001, 2006	7	4
Aichi	1999, 2003	2002, 2005	6	5
Narita	2000, 2003	2002, 2006	6	5
Fukuoka	2005, 2006	2006, 2011	6**	6
Hokkaido	2000, 2004	2003, 2005	5	4
Nagoya	2002	2005	3	3
Nagahama	2003, 2004	2004, 2005	2	2
Ogaki	Janeiro 2001	Dezembro 2002	2***	2
Ibaraki	2004	2005	1	1

*Tempo entre a primeira emigração para o Japão e o último retorno para o Brasil.

**Embora tenha retornado ao Brasil uma vez, a ida e a vinda ocorreram no mesmo ano.

***Participante permaneceu por um ano e onze meses (janeiro de 2011 a dezembro de 2012).

Fonte: Francisca Bezerra de Souza, 2013.

Analisando o Quadro 4, podemos verificar que, no meio de idas e vindas das *dekasseguis* entre Brasil e Japão, a maioria delas (nove) permaneceu cinco anos ou menos efetivamente trabalhando nas fábricas do Japão, três permaneceram por mais de cinco anos, e somente três permaneceram por mais de 10 anos no trabalho fabril. Verifica-se que, embora o objetivo fosse trabalhar para manter a família, fazer uma reserva financeira e, no retorno, investir na compra da casa própria ou reformar a que já tinha e investir em negócio do qual pudesse obter ganho financeiro sem precisar emigrar novamente, é possível inferir que as questões ligadas à afetividade, como saudade dos filhos, marido, amigos e familiares e do seu país de origem e a necessidade de convivência com os filhos que estavam em fase de formação, fizeram com que realizassem o movimento de ir e vir várias vezes e depois retornassem definitivamente, quando não havia mais condições de lá permanecer, conforme os motivos já citados.

Essa mobilidade entre os dois países certamente consumiu parte do capital que os *dekasseguis* conseguiram guardar enquanto operários nas fábricas japonesas, pois, nas vindas para o Brasil, conseguiam permanecer por períodos sem trabalhar e sobreviviam dos recursos trazidos no retorno temporário. O que se pretende dizer é que nenhuma das *dekasseguis* que retornaram do Japão conseguiu enriquecer a custa do trabalho nas fábricas. Por exemplo, Narita afirma que não foi possível realizar o sonho da casa própria, pois no movimento de ida e vinda consumiu os recursos em outras prioridades³⁰ e quando voltou definitivamente ficou sem trabalho, e ficou por um tempo avaliando o que iria fazer e sobrevivia das economias que havia tradido do Japão e em 2006 engravidou.³¹

Entretanto, mesmo relatando tanto sofrimento, estranhamentos e dificuldade de adaptação, existiam fatores sociais que, de certa forma, determinavam a permanência das *dekasseguis* naquele contexto, ou seja, falta de trabalho e baixa remuneração no Brasil. Entendia-se que o capital adquirido possibilitaria “o ganho rápido” para que pudessem ter acesso aos bens de consumo e serviços que garantissem uma vida melhor e mais confortável à sua família. Nesse contexto, ocorre a “subjetividade sitiada”, pois há a ruptura entre o trabalho

³⁰ Narita, na primeira vez que retornou ao Brasil, fez uma viagem com o marido, a mãe e uma irmã para o Nordeste brasileiro, onde pensava em se estabelecer em um projeto de sociedade empresarial, o que não se concretizou e assim parte das economias foram investidas durante essa viagem.

³¹ No ano da entrevista a filha de Narita já estava com 6 anos e ela estava cursando Ciências Contábeis e se preparando para fazer concursos. O marido também estava estudando Direito e havia passado em um concurso na Caixa Econômica Federal, para o qual no decorrer do ano de 2013, haviam se mudado para outro município para assumir a vaga.

e o afeto, tornando o trabalho restrito ao lar e à família e expulsando o afeto da produção; isso desafetiva o trabalho e ele passa a ser insuportável (CODO; SAMPAIO; HITOMI, 1994).

A isso, o trabalhador reage com tática de guerrilha, reafetivando o seu ambiente de trabalho, inventando laços, resistindo à impessoalidade do trabalho. O desígnio de ruptura entre razão e paixão não pode se realizar sob pena de eliminar o sentido humano do trabalho, e os afetos se recriam clandestinamente. Nesse sentido, estamos diante de uma contradição: sob o capital, o trabalho reaparece duplo, ainda conformador da interrelação entre objetividade e subjetividade, constituinte da identidade; ao mesmo tempo e antagonicamente, revela uma face alienada, transformado em força de trabalho.

Assim, pode-se inferir que, mesmo as *dekasseguis* não tendo a consciência de processo de ruptura, o fato de terem realizado por várias vezes o movimento de ida e vinda foi uma forma de manter os laços afetivos e minimizar os elementos que foram fontes de sofrimento, como assinalado acima. Além disso, significou uma reaproximação com as coisas de “sua terra” do outro lado do mundo, coisas que pertencem ao seu contexto histórico e cultural, como a comida, os programas de TV, a participação nas redes sociais na tentativa de conservar as relações sociorrelacionais que deixaram no Brasil.

Pôde-se constatar que as mulheres *dekasseguis* que participaram da pesquisa apresentaram como principal motivo para a ida ao Japão a busca pelo trabalho com o objetivo de obter ganho financeiro para atender às necessidades de sua sobrevivência e de sua família, como já dissemos. Quando decidiram pelo retorno, foi devido à diminuição das ofertas de trabalho e, principalmente, à queda do ganho financeiro com a crise, que reduziu também a oferta de horas extras, que era o que aumentava o ganho no final do mês. O que se percebe no mundo do trabalho capitalista é que se cria a ilusão de que, quanto mais se trabalha, mais se ganha. Mesmo o trabalhador se expondo a extensas e extenuantes cargas de trabalho, na realidade, está produzindo “mais-valia”, portanto, está a serviço do capital. À medida que cai a demanda de postos de trabalho, o trabalhador é imediatamente descartado ou se sujeita a trabalhar para receber um valor abaixo do necessário para garantir a sobrevivência. Nesse momento, ser *dekassegui* já não difere muito da situação que o trabalhador deixou no seu país de origem, e a decisão é pelo retorno, como diz Hokkaido que decidiu retornar após avaliar que não estava mais compensando ficar no Japão, pois não havia mais tanto trabalho e não se pagava mais tantas horas extras com no início do Movimento *Dekassegui*.

As falas revelaram ainda outras motivações para empreender o retorno ao Brasil de forma diversificada entre as participantes. As que tinham filhos em idade escolar, como Nagasaki, Saitama e Hokkaido, disseram também que haviam retornado para que os filhos (das duas primeiras, os filhos nasceram no Japão) pudessem estudar, pois a entrada e permanência dos filhos de estrangeiros nas escolas japonesas são difíceis devido à barreira da língua, conforme descrito mais a frente.

Fukuoka e Nagoya, ambas solteiras, afirmaram que haviam retornado para que pudessem estudar. A primeira achou difícil ingressar na universidade no Japão pela dificuldade em aprender a língua formal utilizada no ensino superior; a segunda também voltou para ingressar na universidade, mas principalmente por não ter se adaptado à vida como *dekassegui* no Japão, pois, segundo ela, lá seu trabalho não era valorizado, conforme analisado no capítulo anterior.

Aichi e Nagahama conheceram os maridos no Japão. A primeira retornou para que, com as economias que ela e o marido conseguiram, pudesse montar uma cantina para os dois trabalharem; a segunda, que emigrou aos 18 anos e permaneceu por dois anos no Japão, diz que se apaixonou pelo marido e, aos 19 anos, engravidou, resolvendo retornar sozinha para ter a filha³² no Brasil.

Ogaki, Yokohama, Maebashi, Osaka, Ueda, Ibaraki e Kioto, todas elas com mais de 40 anos, com vimos no capítulo anterior no Quadro 3, que apresenta o grupo de mulheres *dekasseguis* quanto à faixa etária, relatam como motivação secundária para o retorno ao Brasil, respectivamente: os filhos voltaram, e uma das filhas ia ganhar bebê; a filha estava grávida e precisava de seus cuidados; ia nascer sua primeira neta; o marido e o filho queriam vir embora; queria empreender no Brasil e conviver com a família; conseguiu o suficiente para melhorar a estrutura de sua propriedade (pequena chácara nos arredores da cidade de Campo Grande, MS) e comprar equipamento para trabalhar na terra e melhorar pequeno negócio da família; já a última afirma que retornou por ter ficado doente e nos últimos meses em que esteve no Japão, como não consegui mais trabalhar contou com a solidariedade afetiva e financeira das irmãs mais novas das quais sempre cuidou e passaram a lhe ajudar custear o

³² Nagahama revela que por passar muito mal durante a gravidez, resolve retornar sozinha para ter sua filha no Brasil sob os cuidados da família, enquanto o marido permanecia no Japão trabalhando e que isso fez com que se separassem por um período, mas que quando ele retornou para o Brasil voltaram a viver juntos para criar a filha que já estava com sete anos, no ano da entrevista (2013).

tratamento, no entanto, não se sentia confortável ficar na dependência das irmãs e como suas economias já tinham sido investidas no tratamento de saúde³³ que teve que fazer no Japão em clínica particular.

Narita, quando emigrou, já estava casada com brasileiro e permaneceu por seis anos em trabalho efetivo no Japão. Ela explica que retornou por se sentir sozinha e deslocada, pois os irmãos já haviam retornado e a convivência familiar de certa forma “sustentava” a permanência no Japão. Além de ter emigrado com o marido, Narita ficou próxima de mais três irmãos que foram para o Japão como *dekassegui*; assim, tinha uma relativa convivência familiar no país de destino com esses três irmãos. No entanto, um de seus irmãos, que é casado com uma japonesa e tem dois filhos, estava próximo da região de Fukushima, onde o risco de contaminação era iminente. Isso fez com que retornassem às pressas e deixassem o trabalho na fábrica. Além disso, sua outra irmã, que também participou desta pesquisa (Nagahama), já havia retornado ao Brasil. Não havendo mais condições de permanecer no Japão, Narita decide retornar ao Brasil.

Embora os motivos para o retorno sejam diversificados, o grande pano de fundo da migração de retorno foi a crise econômica³⁴, como já afirmado no subitem anterior deste capítulo, com a consequente diminuição dos postos de trabalho e, principalmente, diminuição dos ganhos financeiros com a redução ou ausência do pagamento de horas extras. Nesse sentido, compreendemos que o trabalho define a vida das pessoas, ou seja, afirma um lugar na sociedade capitalista. É a capacidade da força produtiva³⁵ da mulher *dekassegui* que determina qual o seu limite de trabalho e possibilidade de acumulação de horas extras para que tenha um melhor resultado financeiro. O trabalhador assalariado depende de sua força de trabalho para sua subsistência, como o que Hokkaido afirma ao descrever seu trabalho:

³³ Kioto emigrou pela primeira vez com 46 anos (1992) e retornou aos 67 anos (2011). Excluindo-se o período de idas e vindas ao Brasil, tem-se um intervalo de 19 anos e oito anos efetivos de trabalho no Japão, como descrito no Quadro 3, no capítulo anterior. Pelas condições precárias de trabalho e a idade, teve tendinite e, devido a isso, sentia muitas dores, os dedos atrofiaram. Como o seguro não cobria o tratamento de saúde caso não fosse acidente de trabalho, gastou todas as suas economias no tratamento e já não tinha mais como permanecer no Japão, pois não aguentava mais trabalhar.

³⁴ A crise dos países desenvolvidos está levando muitos brasileiros a fazerem as malas de volta para casa. Segundo o Itamaraty, 20% dos que moravam nos EUA e um quarto dos que moravam no Japão já retornaram desde o começo da recessão, em 2008 (LOURENÇO; CUNHA, 2012).

³⁵ O conceito de forças produtivas de Marx abrange os meios de produção e a força de trabalho (BOTTOMORE, 2001, p. 157).

Esse é o outro lado ruim de lá, porque você trabalha, lá você tem seguro saúde tudo, mas daí, se você cai doente, já era. Porque ali você só ganha dinheiro se você trabalhar. Hora do almoço é descontado, hora de descanso, tudo é descontado. Se você trabalhar, você ganha; se você não trabalhar, você não ganha. Então, se tiver muito feriado, não ganha nada. Mês de agosto lá, que tem quase quinze dias de feriado... Tem empresa que contrata brasileiro pra trabalhar nessa época, mas tem umas que não.

As mulheres *dekasseguis* fizeram do trabalho seu “álibi” como razão de permanência “provisória” no Japão. Na ausência ou escassez de trabalho, a permanência perde o significado, e o retorno se faz iminente. Como diz Sayad (2002, p. 21), “O trabalho é a razão de ser do imigrante, ele dá conta de sua presença que, na falta deste motivo, estaria confinada ao absurdo aos olhos da razão nacional, da razão do Estado Nacional [...]. As mulheres *dekasseguis* que perderam seus empregos ou tiveram redução salarial retornaram ao Brasil, mas muitas *dekasseguis* ainda permanecem no Japão. Mesmo dadas a condições ditas “piores” do que lhes era proporcionado no passado, ainda consideram que os salários pagos no trabalho fabril japonês são melhores do que no Brasil. Segundo Costa (2007, p. 94),

A intenção de ficar ou voltar não será confirmada por uma disposição declarada em algum momento espontâneo, como o da pesquisa. Essa decisão dependerá, no íntimo de cada brasileiro, de fatores pessoais, familiares, econômicos e sociais, mas será, cada vez mais, condicionada pelo tempo de permanência no Japão.

Analisando-se as falas das *dekasseguis* que permaneceram por mais tempo no Japão, pode-se inferir que o que é afirmado acima é uma realidade, visto que o tempo de permanência produz um processo de assimilação do modo de vida do país de destino. Podemos verificar na fala de participantes como Nagasaki e Saitama, por exemplo, um maior estranhamento no retorno ao Brasil. Vencidas as primeiras dificuldades e já adaptadas aos hábitos e costumes japoneses, elas revelam contraditoriamente que, se não fosse pela necessidade de ingresso dos filhos na escola, preferiam morar no país de destino, como afirmam, respectivamente, Nagasaki e Saitama que as vezes gostariam de estar lá por se sentirem melhor morando no Japão do que aqui no Brasil.

Também podemos perceber nas falas das participantes outros motivos relacionados a questões familiares que as fizeram retornar ao Brasil, como adoecimento de familiares e a necessidade da continuidade da educação formal dos filhos, no caso de crianças e jovens que migraram com suas famílias para o Japão. Entre o grupo de mulheres *dekasseguis* participantes na faixa etária acima dos 40 anos, houve maior incidência de retorno motivado

por questões de ordem pessoal e familiar; elas retornaram porque os filhos já estão crescidos, devido ao nascimento de netos, gravidez de membros da família, problemas de saúde e para “viver” o restante da vida no Brasil junto aos familiares e amigos, como expressou Maebashi ao avaliar que o que havia planejado fora cumprido e que era hora de voltar e afirmou que não retornou mais e não pretendia retornar ao Japão.

No que tange à formação dos filhos, pode-se perceber que isso influencia o retorno das mulheres *dekasseguis* ao Brasil. Embora esse número não seja exato, Nakagawa (2010, p. 12):

A proporção de crianças e adolescentes entre os brasileiros residentes no Japão sempre oscilou em torno de 21%. Assim, embora não tenhamos um número exato da população infanto-juvenil que retornou ao Brasil, podemos inferir que sejam em torno de 13 mil pessoas.

Entre as participantes da pesquisa, Hokkaido enfrentou dificuldade no Japão porque a filha se recusava a frequentar a escola, com medo de sofrer discriminação por ser brasileira e em virtude disso a filha ficou um ano sem freqüentar a escola. Isso fez com que retornasse novamente ao Brasil para que pudesse deixar a filha outra vez sob os cuidados do cunhado para continuar seus estudos; feito isso, Hokkaido retornou ao Japão.

A inserção dos filhos de *dekasseguis* em escolas japonesas fez com que eles assimilassem a língua japonesa com mais facilidade, mas gerou problemas familiares, pois, à medida que aprendiam a língua nativa ensinada na escola e como passavam pouco tempo com seus pais, deixavam de falar o português, de forma que os pais já não conseguiam se comunicar mais com os filhos, e isso prejudicava o relacionamento afetivo, gerando afastamento entre eles. Percebemos, com isso, que relações contraditórias se criam no processo de adaptação migratório, pois este pode incluir ou excluir, facilitando ou dificultando as relações sociais travadas, sejam elas com a própria família, sejam com o ambiente externo. Se, por um lado, uma família *dekassegui* viveu a dificuldade de seu filho aceitar a inserção na escola japonesa, por outro lado, houve crianças *dekasseguis* que se adaptaram bem ao novo contexto, apresentando posteriormente dificuldades com a família brasileira.

A solução encontrada por ocasião dos anos em que houve a “febre” de ir para o Japão e cresceu o número de crianças de pais brasileiros no Japão, foi abrir escolas que ensinassem o português para as crianças brasileiras, de modo que pudessem conversar com os pais. Em reportagem publicada na revista *Mad in Japan: revista feita no Japão para os brasileiros*.

Cláudia Emi, na matéria intitulada *Bê-á-bá, em qual idioma?*³⁶, tratou sobre as dificuldades vivenciadas pelos filhos dos estrangeiros nas escolas japonesas: “A situação é grave, [...] em casos extremos, pode ocorrer até o suicídio para escapar do tormento” (p. 35).

Mesmo os brasileiros que tinham levados os filhos pequenos e que estavam estudando em escolas japonesas, os filhos ao dominar a língua nativa, melhor que os pais, isso fez com que muitos já não conseguissem mais se comunicar com os pais, como diz uma mãe, Silvia Brites Kaneda, que participou da reportagem e afirmou: “[...] um dia entrei em desespero. Não estava entendendo o que as minhas próprias filhas diziam [...]” (EMI, 1998, p. 34).

A autora da reportagem relata ainda a dificuldade de acesso a essas escolas pelo fato das crianças terem que percorrer longas distâncias, pois “[...] a mais próxima, em Gumma, fica a 83,7 quilômetros – quase a distância entre São Paulo e Campinas [...] e o trajeto é feito totalmente de trem e, parte dele, andando.” (EMI, 1998, p. 34). Assim, para aprenderem a falar português, as crianças tinham que abrir mão do sábado, que no cotidiano das *dekasseguis* é o dia destinado às tarefas domésticas, brincadeiras e convivência com as crianças. Estas tinham que acordar cedo para estar na escola brasileira. Segundo a mãe Silvia Brites Kaneda, na mesma revista: “O esforço vale a pena. Sinto-me mais tranqüila por elas estarem estudando a nossa língua.” (EMI, 1998, p. 34).

A resistência apresentada pelos filhos que acompanharam os pais ao Japão em frequentar as escolas japonesas, segundo a mesma reportagem é pelo fato de sofrerem o *ijime*³⁷, um dos problemas que mais tiram brasileiros das salas de aula. Dificuldade essa enfrentada por Hokkaido, conforme assinalamos acima.

³⁶ *Bê-á-bá em qual idioma*, título da matéria que falava da preocupação em relação à dificuldade gerada pela alfabetização em língua japonesa aos filhos de brasileiros, trazendo distanciamento entre pais e filhos. Embora a publicação seja do início do século XXI, considera-se que ilustra bem a dificuldade no processo de adaptação de *dekasseguis* no Japão, visto que, mesmo o Japão tendo avançado nas discussões e promovido mudanças na educação para brasileiros, ainda hoje acontecem fatos como os que foram constatados na pesquisa (EMI, 1998, p. 34).

³⁷ Nome dado a maus tratos sofridos por crianças e adolescentes no Japão, o que aqui no Brasil se conhece por *bullying*, que é a prática de violência contra outro, seja ela física ou emocional, muito praticada em escolas brasileiras.

Se na escola básica já é difícil, o idioma é amplamente exigido no ensino superior, como diz Fukuoka, que emigrou ainda jovem (22 anos). Ela fala que teve dificuldade em frequentar a escola no Japão devido à língua exigida nas universidades, que é o *Kanji*³⁸:

[...] Porque a língua é difícil. [...] Não é suficiente. Pra você estudar... O modo de escrever é de um jeito e o modo de ler é outro. Você tem que saber as três escritas. Eu só sei duas. A mais difícil, eu não sei. A mais difícil é o Kanji. E é o Kanji, provavelmente, que se estuda na faculdade, né?! Aí não vai.

A origem da língua japonesa (*nihongo*) apresenta-se na literatura encontrada para esta pesquisa como sendo semelhante à da língua chinesa, no entanto, “[...] o japonês não é igual ao chinês, nem na leitura, nem no som das palavras ou na entonação das frases [...]” (SAKURAI, 2007, p. 262). Sabe-se que a língua é composta basicamente de ideogramas (*Kanji*) que, pela própria apresentação, são carregados de significado. Já o sistema fonético é composto por fonogramas (*kana*), ou seja, *hiragana*, que é constituído por meio da “deformação de certos *Kanji*”, é utilizado na grafia de quase todos os elementos da língua japonesa e serve como meio auxiliar para a leitura do *Kanji*. Da mesma forma, o *katakana* é extraído de uma parte do *Kanji*, sendo utilizado quase que exclusivamente na grafia de vocábulos de origem estrangeira. Uma das participantes da pesquisa, Nagoya, buscou superar as dificuldades enfrentadas com a falta de domínio da língua japonesa utilizando o alfabeto fonético (*katakana*) para traduzir os rótulos dos produtos no supermercado, facilitando o entendimento na hora de fazer as compras, pois ao escrever a palavra em *katakana*, buscava sua origem e em seguida traduzia para o inglês.

O exemplo de Fukuoka denota o lugar que é destinado aos estrangeiros, pois, aos *dekasseguis*, os espaços no ensino superior não são amplamente abertos. Para o operário *dekassegui*, não há possibilidade de mudança de posição social na sociedade japonesa; assim, ao ser operário, será sempre operário e, consequentemente, reproduzirá a mesma condição social aos seus filhos. Compreendendo essas questões é que as *dekasseguis* que migraram com seus filhos, em determinado período, resolvem retornar ao país de origem. Retornar ao

³⁸ “Além dos ideogramas (*Kanji*), a língua japonesa possui dois alfabetos fonéticos, o *hiragana* e o *katakana*. Esses dois alfabetos têm 46 letras cada um. As crianças aprendem os dois na escola. O *hiragana* é a tradução fonética dos *Kanji*. O *katakana* só é utilizado para palavras de origem estrangeira. Originalmente, os alfabetos estavam voltados para as mulheres, que, sem muito acesso aos estudos, podiam escrever de forma mais simples imitando os sons das palavras com letras que reproduzem sons simples ou sílabas. Já os homens, com maior educação formal, escreviam em ideogramas (ou em *katakana* para as palavras de origem estrangeira). Hoje todos podem usar tudo.” (SAKURAI, 2007, p. 261-262).

Brasil significa retomar a possibilidade de ascensão dos filhos, oferecendo-lhes, pela possibilidade de formação profissional, uma oportunidade de modificar a direção de suas vidas. Esta foi a preocupação de Nagasaki e o motivo para retornar ao Brasil, ou seja, a dificuldade percebida por ela em relação à formação profissional dos filhos de outros brasileiros que nasceram no Japão, pois via que eles estudavam, se formavam e, no entanto, iam para o trabalho nas fábricas como ela:

Então... Por causa dela! Lá no Japão, você vê muito filho de estrangeiro que acaba indo pra fábrica, não faz uma faculdade. [...] não quero isso pra ela! Eu já fiquei aqui todos esses anos, trabalhando dentro de uma fábrica, e ela vai estudar pra vir trabalhar dentro de uma fábrica quando terminar de estudar, quando completar dezoito anos, vai vir trabalhar dentro da fábrica igual a mim?! De jeito nenhum!

Retornar para o Brasil em busca de maiores perspectivas para o futuro fez, inclusive, com que Nagasaki retomasse seus estudos que interrompeu quando emigrou pela primeira vez no final da década de 1980, como já dissemos. Na entrevista nos revelou que tinha voltado a estudar e estava terminando o ensino médio e queria entrar na faculdade de direito que sempre fora seu sonho.

O que acontece com os filhos dos brasileiros quando chegam ao Japão, que têm dificuldade para entrar na escola por não falar a língua e por medo de sofrer discriminação, ocorre também quando chegam aqui no Brasil, pois passam por problemas de adaptação. Isso já tem sido tema de estudos e pesquisas, gerando ações governamentais que têm por objetivo executar projetos na área da educação para atender à demanda crescente de filhos de retornados, visando a minimizar as dificuldades e facilitar sua adaptação, como disse a Secretaria de Estado de Educação de São Paulo, Maria Helena Guimarães de Castro:

As crianças muitas vezes não dominam a língua portuguesa e não conhecem a cultura brasileira. A partir de agora iremos identificar estes alunos e atuar na adaptação deles. Temos a estrutura e iremos contar com profissionais específicos para este trabalho (ASSOCIAÇÃO PARA COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 2008).

Esses “novos migrantes estrangeiros” apresentam dificuldade de adaptação à sociedade brasileira e ao sistema educacional, mas os casos são subjetivos, ou seja, dependem muito da forma como viviam no Japão. Todavia, segundo Nakagawa (2010, p. 13), “Alguns pontos em comum podem ser citados, tais como: dificuldade com o idioma, especialmente a linguagem mais formal; muitas delas não dominam o mínimo do português, nem mesmo para

a vida cotidiana.” Nesse ponto, é importante discutir a necessidade do Brasil viabilizar políticas públicas que possam vir ao encontro dessas novas demandas que estão surgindo, e esta é uma demanda que exige a compreensão das autoridades governamentais de que o retorno de brasileiros traz influências determinantes de mudança de vida e cultura para o país.

O domínio da língua formal no Japão apresenta-se como elemento singular em relação aos outros países para onde emigram brasileiros, como os Estados Unidos e países da Europa, onde a inserção do migrante, de certa forma, ocorre com o domínio da língua inglesa, que é falada pela maioria dos povos. Já a sociedade japonesa apresenta-se estratificada a partir da própria língua, pois aos que têm acesso e domínio da língua formal (*Kanji*) são dadas as oportunidades de ascender dentro da sociedade.

No Brasil, não dominar a língua formal, que muitas vezes é carregada de regionalismos e gírias, nem sempre determina o lugar de alguém na sociedade. No Japão, não, pois o domínio da língua formal japonesa determina o lugar e o status nesta sociedade. Portanto, ao estrangeiro operário, não é dada a possibilidade de ascensão na estratificação da sociedade japonesa por não dominar a língua formal. No caso dos *dekasseguis*, é dada somente a oportunidade de vender sua força de trabalho, possibilitando-lhes acesso aos bens de consumo, mas não tem o direito de ascender socialmente. Isso significa que serão sempre os operários, fadados a permanecerem no “chão de fábrica”.

Ao migrarem, muitas famílias se separaram tanto na ida para o Japão quanto no retorno ao Brasil. Uma característica bastante importante de ser estudada no processo migratório é a separação entre os membros familiares, causando sofrimento a quem migra e a quem permanece no país de origem. O sofrimento de ordem psíquica e afetiva parece-nos ser um ponto importante a ser aprofundado nas questões vivenciadas em todo processo migratório.

Entretanto, o sofrimento psíquico de alguns migrantes que permaneceram mais tempo no Japão levou a uma adaptação maior neste país, dificultando o processo de retorno das *dekasseguis* nessa condição, como é o caso de Saitama que nos revelou ter se adaptado a cultura japonesa e se vê divida entre os dois países e não descarta a possibilidade de retorno e só não o faz porque os dois filhos estão em idade escolar.

Percebemos, então, que toda mudança implica dificuldades inerentes em termos de adaptação e podemos afirmar que sempre haverá dificuldades tanto de ida quanto no retorno.

Ao emigrar, a *dekassegui* abdica de fatores afetivos, como estar com os filhos e vê-los crescer, e vê-se excluída da convivência sociofamiliar e da vida no seu país, o que lhe gera sofrimento e dor por sentimentos de saudade e o desejo constante de voltar, o que só poderá fazer quando tiver cumprido seu objetivo.

Sawaia (2009a, p. 8) utiliza o sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão e afirma: “[...] A sociedade inclui para excluir e essa transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão [...]. Para as mulheres *dekasseguis*, essa inclusão como operárias nas fábricas japonesas apresenta-se penosa e sofrida, pois deixam de viver a própria vida em benefício de sua família, portanto, encontram-se em condições de exclusão da afetividade, como afirma a autora:

[...] todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria inserida através da insuficiência e das privações que se desdobram para fora do econômico. (SAWAIA, 2009a, p. 8).

Com relação ao tipo de trabalho procurado no Brasil no retorno das *dekasseguis*, podemos afirmar que elas procuraram realizar os mesmos trabalhos que realizavam antes de migrar. Vamos recordar aqui que muitas, ao migrarem ao Japão, trabalhavam em fábricas. Campo Grande, MS, não possui fábricas e, portanto, não oferece postos de trabalho nesse tipo de setor. Nossa conclusão é que o trabalho fabril nada acrescenta em termos de qualificação; como trabalho mecânico, não pode colaborar no processo de reinserção em outros postos de trabalho que exigiriam uma melhor qualificação. Trabalho de operário será sempre mecânico e visto como mão de obra para servir ao capitalismo vigente. Só assim podemos compreender como se relaciona capital, trabalho e alienação da pessoa humana, o que promove uma coisificação e reificação do mundo, mostrando-se objetivamente às *dekasseguis* como é que as regras devem ser seguidas passivamente pelas operárias.

Sendo assim, restou às *dekasseguis* que retornaram ao Brasil voltarem a executar os mesmos trabalhos que tinham antes da migração – o trabalho em pequenos comércios, como lojas de roupa, pequeno comércio na feira livre de Campo Grande, MS, trabalho como cabeleireira e manicure e outros. Podemos também assinalar que algumas se aposentaram, pois, devido o acordo de trabalho entre Japão-Brasil, o tempo de serviço no Japão é considerado na previdência social brasileira. O referido acordo internacional firmado entre Brasil e Japão tem por objetivo “[...] a garantia dos direitos aos trabalhadores brasileiros que estão no território estrangeiro e aos trabalhadores estrangeiros que estão no território

brasileiro quanto aos direitos previdenciários.” (BRASIL, 2012, p. 5). O trabalhador brasileiro poderá computar o tempo de serviço no Japão para aposentadoria por idade, invalidez e pensão por morte. Isso também diferencia a migração de brasileiros para o Japão em relação à migração para outros países.

O que se pode apreender das falas das participantes é o fato de que, ao emigrar, geralmente, as expectativas são em relação ao novo, ao desconhecido e à possibilidade de, pelo trabalho, conseguir fazer uma reserva financeira para posteriormente retornar. O mesmo ocorre no retorno, pois se considera que basta fazer as malas e descer do avião para se sentir em casa. Porém, segundo a psicoterapeuta Sylvia Dantas, coordenadora do projeto de Orientação Intercultural da Universidade Federal de São Paulo, “‘Retornar é uma nova imigração’ [...] ‘A sensação é de que perdemos o bonde, estamos por fora do que deveríamos conhecer como a palma da mão.’” (LOURENÇO; CUNHA, 2012).

Dessa forma, pode-se inferir que retornar significa (re)aprender a viver no seu país de origem, uma vez que compreender a cultura do país de destino leva a uma dificuldade de adaptação no país de origem. O tempo lá passado fez com que parte da vida fosse construída pensando-se em um dia retornar, mas, ao chegar, percebe-se que nem as pessoas nem o país são os mesmos, o que gera o sentimento de não-pertencimento.

4.3 MULHERES *DEKASSEGUIS* NO RETORNO AO BRASIL: VIVÊNCIAS E ESTRANHAMENTOS

Pode-se observar que os aspectos culturais do país de origem e do país de destino se mesclam durante o período em que ocorre a imigração, sendo um fator que dificulta o processo de adaptação nos dois momentos (ida e retorno). Neste subitem, tentaremos abordar o retorno e como esse processo acontece de forma bastante parecida com a migração de ida para outro país, causando um sentimento de “estranhamento” da realidade encontrada no país de retorno.

O que se observa nos depoimentos das participantes da pesquisa é que, no tempo de permanência das mulheres *dekasseguis* no Japão, a vida prosseguiu. Diversas foram as queixas das entrevistadas com relação ao tempo que se passou e aos acontecimentos em torno do histórico familiar. O migrar pode dar a compreensão à migrante de que o tempo estava

parado, pois o tempo se torna tempo do trabalho, que não para a fim de que se dê atenção aos fatos da vida; o tempo torna-se trabalho que se esvai, esquecendo-se a pessoa humana e transformando-se em coisificação da indústria capitalista.

Fukuoka afirma que, ao retornar, percebeu a casa mais vazia, pois faleceram sua tia, seu pai e seu avô em um período de dois anos e meio. Ela não conseguira compreender a passagem dos momentos de família deixados em prol do trabalho no Japão, percebendo-se que o momento que se gostaria de vivenciar é agora o do passado:

Não, meu lugar não é aqui! Eu voltei o ano passado, em outubro [2011] [...] aí eu vi que não era aquilo, não é isso que eu quero. Eu quero ir embora... Eu quero voltar. Brasil já não está como antigamente! [...] Eu não acostumo mais aqui! [...] Eu tava lá quando eles faleceram. Aí, agora que eu vim, eu senti falta. É, você chega aqui, a casa vazia... A sensação que você sente é a casa vazia. [silêncio].

O retorno ao Brasil significou para essas mulheres, por conseguinte, uma reflexão sobre o tempo passado longe da família. O tempo não para o acontecer da vida cotidiana. A vida prossegue seu caminho, escrevendo as histórias pessoais de cada um. Refletir sobre o tempo não vivido junto aos seus significa também retomar alguns projetos interrompidos quando se migrou e ainda lidar com as vitórias desse tempo, mas também com as frustrações da realidade encontrada. São frustrações que não se materializam somente com relação às questões familiares, mas que igualmente têm a ver com a realidade do país, supondo crise e conflito interiores vivenciados pelo migrante na contradição de estar lá e estar aqui.

Para Sayad (2002, p. 14), esse sentimento de que se espera encontrar o grupo “no mesmo estado” gera a decepção no retorno ao constatar-se que o “tempo age sobre todos os seus pares” e:

Reencontrá-lo como se nada tivesse acontecido, como se nada o tivesse mudado durante a ausência – é a ilusão da qual se alimenta a nostalgia que tem, por contrário, a decepção – e sobretudo, como se ter partido por tanto tempo não houvesse mudado em nada o emigrante que retorna, no fundo, não para reencontrar, como imagina, as coisas como as tinha deixado, mas para se reencontrar a si mesmo, tal como era (ou acreditava ser) quando partiu.

Dantas (2012, p. 116) chama atenção para difusão cultural e contato intercultural, sendo que a primeira ocorre via meios de comunicação, já o segundo, por meio do contato direto com outra cultura: “Fica claro, portanto, que o contato contínuo com outra cultura

supõe conflito, crise e uma posterior ‘adaptação’ ao novo ambiente cultural [...]. Aponta-se tal sentimento na ida ao Japão, mas contraditoriamente também é esse o sentimento do migrante no retorno ao Brasil.

Então, você sair de tudo isso, para tudo! E vai pra um lugar novo, vai pra um lugar diferente, foi um choque! Daí, chegando lá, mais complicações. Tudo novo. Você vai, anda assim, você ficava... Parece... Carro, igual parece que não tinha! Sai e você não conhece ninguém. (Nagoya)

É um sentimento que se reproduz tanto na ida para o Japão quanto no retorno para o Brasil, o que se denomina neste estudo de “estranhamento”. Esse sentimento se traduz na reflexão feita por Nagasaki, que nos diz que, nos últimos 12 anos em que permaneceu no Japão, já tendo superado o desconforto inicial, vivia mais tranquilamente, pois aprendeu um pouco da língua para se comunicar melhor e passou a ter a vida mais tranquila, “normal”. Nesse longo período vivido no país de destino, o aprendizado da língua, dos hábitos e costumes fez com que se sentisse adaptada em relação ao trabalho, sistema de moradia e de convivência social. Por outro lado, ao fazer a migração de retorno, Nagasaki revela sentimento de “estranhamento”, ao se espantar com a cidade suja, violência e até no simples ato de ir ao supermercado onde compara e diferencia a forma de atendimento e diz que a vontade é de voltar novamente para o Japão.

Por ter vivido por mais tempo no país de destino, Nagasaki apresentou um maior “estranhamento” ao chegar ao país de origem, justamente por ter estabelecido e consolidado novos laços de amizade no país de destino, com as pessoas com quem convivia no cotidiano de trabalho e em outras instâncias sociais (igreja, escola dos filhos, outros). Ao fazer a migração de retorno ao Brasil e ao chegar “em casa”, se sente como “estrangeira”:

O choque... Acho que o maior que você tem, na hora em que você chega, é a cultura, falta de cultura, de educação brasileira. Eu me sinto melhor lá! As coisas mais banais que você acha que não tem... Para os brasileiros que tão aqui, sempre ficaram aqui, então acham: é normal! Mas pra você, que viveu muito tempo fora, é um absurdo!

O impacto inicial relaciona-se com questões do cotidiano de chegada. Nagasaki cita o exemplo de quando chegou ao aeroporto brasileiro e teve a sensação de que as pessoas no país “trabalham por obrigação”, comparando os serviços entre o local de destino e de origem ao justificar por que prefere viver lá, por já ter se acostumado:

Porque, se você vai num mercado, o povo enrola [caixa] pra você sair da fila do caixa [...]. Nunca acontece isso lá no Japão! Nunca! [...] Elas só falam: sejam bem-vindos! Você entra, olha, se você precisar, ela vem, e se você não comprou nada, ‘obrigado! Volte sempre’!

Para as participantes da pesquisa, esse retorno é marcado por incertezas e dúvidas, trazendo falas que revelam a insatisfação com a situação na qual encontraram o país de origem, pois o percebem “sujo”, “violento”, com “serviços públicos que não funcionam”, “o não respeito ao trânsito”, “a falta de educação” e outras reclamações mais.

Afirmações como estas são comuns por parte de brasileiros que moraram em outros países e estão relacionadas com sentimentos contraditórios contidos no processo migratório. A saudade e a nostalgia do processo de partida e do processo de chegada são, na verdade, sentimentos contraditórios que se impõem ao migrante. Ao mesmo tempo em que se quer ir, se quer voltar e vice-versa, “estar lá e estar aqui”, sentimento que se confunde nas histórias de vida de migrantes, na necessidade para o trabalho e nas relações afetivas de inclusão e exclusão que se impõem na dialética da vida cotidiana.

Retornar não é uma decisão fácil, envolvendo tanto esforço e vulnerabilidade psíquica quanto a ida. Um luto será necessário para lidar com perdas que nem sempre estão claras para quem pensa em retornar e espera encontrar as coisas do mesmo jeito que as deixou no país de origem, como se o tempo tivesse congelado. (UENO, 2012, p. 278).

Esse por certo é o maior desafio para o migrante que lida com um processo afetivo interno sobre o qual muitas vezes apresenta dificuldade de compreensão. Nesse sentido, inevitavelmente, deparamo-nos com a questão da afetividade do migrante, a qual não pode ser desconsiderada em todo o processo migratório, desde os motivos que envolvem a emigração até o processo de adaptação no país de destino/acolhimento e o retorno ao país de origem.

Mas é assim, eu acho que lá a gente fica... Sente que a terra da gente é aqui mesmo... Não sei se tem pessoa que sente que lá é a terra... Eu sei que... Ah, o lugar da gente é lá, mas também tem tudo aqui, os filhos são daqui.
(Ogaki)

Essa fala aponta um sentimento contraditório, mas também alerta para o motivo da migração – a necessidade de trabalho –, afirmindo que as relações contraditórias também denotam os casos de desigualdade social expressos na necessidade de subsistência mediante o trabalho. Nesse sentido, conforme nos diz Sawaia (2009b, p. 98),

[...] a afetividade nega a neutralidade das reflexões científicas sobre a desigualdade social, permitindo que, sem que se perca o rigor teórico metodológico, mantenha-se viva a capacidade de se indignar diante da pobreza.

Assim sendo, o que essa autora nos coloca é que indagar sobre o sofrimento e sobre a felicidade é superar a concepção de que a operária *dekassegui* tem apenas a preocupação com a sobrevivência; ao contrário; enquanto sujeito, constitui-se de outras necessidades inerentes ao ser humano.

Durante o processo exploratório da pesquisa, recebemos o depoimento de um profissional do atendimento de Política Pública de Assistência Social do município de Campo Grande, MS, que relatou ter atendido uma mãe que retornou do Japão com dois filhos pequenos, sendo que o filho de 13 anos tem apresentado sintomas que estão interferindo na sua vida familiar, escolar e social. Ele demonstra dificuldades de adaptação; em decorrência disso, vem apresentando “enurese³⁹ noturna”. Para Sawaia (2009b, p. 98), essas reflexões nos trazem:

[...] a ideia de humanidade e como temática o sujeito e a maneira como se relaciona com o social (família, trabalho, lazer e sociedade), de forma que, ao falar de exclusão, fala-se de desejo, temporalidade e de afetividade, ao mesmo tempo que de poder, de economia e de direitos sociais.

A reflexão da autora baseia-se em Agnes Heller, filósofa neomarxista da escola de Budapeste, a qual nos diz que sofrimento é a dor mediada pelas injustiças sociais. Nesse sentido, Sawaia (2009b, p. 102) diz que as emoções são fenômenos históricos cujo conteúdo e qualidade estão sempre em constituição, como observamos nas histórias de vida de operárias e migrantes de retorno no caso das participantes desta pesquisa: “[...] Cada momento histórico prioriza uma ou mais emoções como estratégia de controle e coerção social [...]”.

Para Nagasaki, que permaneceu por duas décadas no Japão, os primeiros tempos vividos no país de destino eram do trabalho para casa e de casa para o trabalho, pois o trabalho extenuante e os problemas de adaptação geravam um cansaço físico e mental que a impedia de fazer qualquer outra atividade que não fosse “chegar em casa comer, tomar banho e dormir”. Os finais de semana eram reservados para falar com a família no Brasil, momentos marcados por uma grande carga emocional, uma vez que falar com família trazia a tona os

³⁹ “Enurese é a emissão involuntária da urina, com frequência à noite.” (INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS, 2009, p. 776).

significados da vida e convivência com a família no Brasil e todo sofrimento potencializado pelas saudades, rotina estressante e a vontade de largar tudo e retornar, fazendo com que, nesses momentos, se gastasse mais tempo chorando de ambos os lados.

Assim, os sentimentos expressos pelos migrantes são contraditórios, na medida em que se sentem divididos entre ficar no Brasil e voltar para o Japão. Para cada ser humano, esse sentimento se traduz em necessidades concretas das relações sociais travadas, principalmente no que tange às relações familiares. No caso de Nagasaki, ficar significa condição para que a filha estude no Brasil e retornar ao Japão implica oportunidade de trabalho quando afirma que para ela, arrumar trabalho no Brasil é difícil, mas que se voltar para o Japão depois de tanto tempo lá e tendo se adaptado, basta fazer as malas e na semana seguinte já estará empregada. Desse modo, o “estranhamento” se traduz na contradição de ser migrante e em seu processo de ida e retorno.

Outro ponto importante no processo de estranhamento que nos faz refletir é a própria questão do trabalho. Percebe-se claramente que as mulheres *dekasseguis* que migraram para o Japão apresentaram uma grande dificuldade de encontrar trabalho em seu retorno, diferentemente do retorno de brasileiros que regressaram de outros países. A fala de Nagasaki, nos faz refletir sobre a singularidade da migração de brasileiros para o Japão, pois, como foi afirmado anteriormente, a migração e o retorno se apresentam de forma diferenciada de outros processos migratórios:

Aí depois falam que no Brasil tem trabalho! Mas não tem trabalho! Não tem porque... Eles querem é experiência. Como que, no meu caso, eu fiquei 20 anos [...] no Japão, meu esposo ficou 20 anos. Que experiência a gente vai ter aqui no Brasil?! A gente não tem nenhuma! Aí você chega num lugar: ‘ah, não serve, você não tem experiência’.

Essa falta de experiência não se retrata em outros processos de retorno migratório, como, por exemplo, o retorno de brasileiros do continente europeu e americano, pois facilmente os migrantes encontram mercado de trabalho no Brasil. Essas demandas encontram-se na necessidade de pessoas que falam a língua inglesa ou em conhecimentos adquiridos durante o tempo de migração. Diferentemente desses, o *dekassegui* viveu seu tempo de migração no trabalho fabril, repetitivo e sem qualificação; ao mesmo tempo, a língua japonesa, como já assinalado neste trabalho, é de grande dificuldade de aprendizado e apresenta pouca demanda na sociedade brasileira, portanto, não há espaço para o trabalho desse migrante retornado ao Brasil.

Trabalhava de oito às oito da noite e acho que tinha umas quatro horas de horas extra. O almoço desconta, não paga hora extra. Hora do almoço, dos lanches, do descanso, não tem, não tem. Mas era assim, uma semana trabalhava de dia, uma semana trabalhava de noite. Uma semana de dia, uma semana de noite, tinha virada, entendeu? (Ogaki)

Abrimos um parêntese para refletirmos sobre o processo alienante que é o trabalho como produção da mais-valia na sociedade capitalista contemporânea, porque entendemos que o processo de migração para o trabalho no sistema fabril japonês se apresenta como trabalho alienado que traz implícita a ideia já discutida neste texto sobre a concepção de humanidade. O conceito de alienação proposto por Karl Marx, em *Manuscritos econômicos filosóficos* (1844), portanto, leva-nos a refletir como um indivíduo, um grupo ou uma sociedade permanecem alheios aos resultados e/ou produtos de sua própria atividade (BOTTOMORE, 2001).

Marx nos diz que alienação é sempre alienação de si próprio ou autoalienação, isto é, alienação do homem em relação a si mesmo e às suas possibilidades humanas pela sua própria atividade. A alienação ou estranhamento é descrito por Marx sob quatro aspectos, nos quais analisamos sua relação com o resultado do trabalho desenvolvido pelas mulheres *dekasseguis* no Japão.

Em seu primeiro aspecto, Marx coloca que o trabalhador é estranho ao produto de sua atividade, que pertence a outro – no caso das mulheres *dekasseguis*, é o dono da fábrica que as emprega. O resultado do trabalho desenvolvido pela brasileira *dekassegui* é revertido em pagamento do salário, mas não representa o produto final de seu trabalho devido ao processo de mais-valia, ou seja, à operária são necessárias horas extras para chegar ao valor de salário pretendido, mas este não representa todo o ganho final do empregador pelo trabalho dessa operária. Isso tem como consequência que o resultado do produto se consolida perante o trabalhador como independente e que, quanto mais o operário se esgota no trabalho, tanto mais poderoso se torna o capitalista, não impactando numa melhoria substancial de ascensão profissional da operária.

O segundo ponto a ser destacado no processo de alienação da mulher operária *dekassegui* é que o produto de sua atividade surge, ao mesmo tempo, do lado da atividade da trabalhadora, como alienação da atividade produtiva, na medida em que deixa de ser manifestação essencial do homem, para ser um trabalho forçado para sua subsistência. Todas as *dekasseguis* entrevistadas neste estudo confirmam a migração para o trabalho por

necessidade financeira, a fim de sustentar a si e aos seus. Trata-se de um trabalho que não é produção ou construção de um produto idealizado pela *dekassegui*, mas sim a execução de trabalho repetitivo para obter salário para sua subsistência. O resultado disso é a impossibilidade de a operária criar seu próprio produto e, com isso, de refletir sobre seu produto, ou seja, o trabalho fabril japonês como atividade meramente repetitiva que não exige nenhuma qualificação também não possibilita à mulher *dekassegui* o crescimento profissional e interior, tornando-se um trabalho que não lhe permite construir um currículo com as habilidades necessárias ao mundo contemporâneo. Por outro lado, o tempo de permanência no trabalho fabril japonês também desabilita a mulher *dekassegui* retornada para o mercado de trabalho por este considerá-la “velha” para a concorrência a uma vaga, além de faltar-lhe capacitação em outras áreas necessárias às demandas do mercado brasileiro. Conforme nos diz Ogaki, que quando emigrou para o Japão estava com cinquenta anos de idade e conviveu com outras *dekasseguis* na mesma faixa etária que eram, inclusive, de Campo Grande, MS, como ela.

Um terceiro aspecto desse processo relaciona-se com o fato de que, com a alienação da atividade produtiva, o trabalhador se aliena também do gênero humano. Para Karl Marx, em *Manuscritos econômicos filosóficos* (1844), é a perversão que separa as funções animais do resto da atividade humana e faz delas a finalidade da vida, implicando a perda completa da humanidade (BOTTOMORE, 2001). Na atividade produtiva da fábrica, a mulher *dekassegui* vive para a vida produtiva, deixando de lado a atividade livre e específica do ser humano; por isso, o trabalho torna-se alienante para essa vida, não deixando que experimente outras vivências a não ser a do trabalho. Como foi falado durante todo este estudo, as mulheres *dekasseguis* deixaram para trás suas famílias ao migrarem para o Japão ou, se migraram com estas, não conseguiam o tempo necessário de convivência. Quando retornaram ao Brasil, tudo havia mudado, resultando em “estranhamento”. Essas mulheres reconhecem que, em seu processo produtivo de trabalho, a vida cotidiana passou sem as vivências humanas necessárias com a família, os amigos, outros.

O quarto e último ponto proposto por Karl Marx, na obra já citada, para o processo de alienação relaciona-se à alienação do homem pelo homem, o que se traduz na relação da mulher operária com o sistema fabril, ou seja, nas relações sociais travadas entre operário e capitalista. Essas relações vêm sempre descritas como processos de sofrimento psíquico. No caso, a mulher *dekassegui* tem dificuldades em manter relações sociais igualitárias na sociedade japonesa. Estas se expressam na dificuldade com a língua, nos processos de

adaptação à cultura japonesa, posteriormente, refletindo-se no processo migratório de retorno ao país de origem e provocando um estranhamento quanto à condição de trabalhadora e de ser humano, como já foi discutido neste texto.

Todo esse processo de alienação no trabalho também contribui para a dificuldade apresentada pelas mulheres *dekasseguis* em conseguir uma boa colocação no mercado de trabalho brasileiro, trazendo sofrimento causado pela exclusão social. Durante nossa pesquisa exploratória, constataram-se casos de *dekasseguis* que cometeram suicídio pela pressão sofrida durante todo o processo migratório de alienação do trabalho no seu retorno ao Brasil. Alguns eram pessoas bastante jovens, o que nos causou uma sensibilidade ainda maior pela temática e pela necessidade de ampliação dos estudos do tema. Como abordagem atual, ainda muito se tem a estudar sobre essas questões e a sua necessidade de atenção às novas demandas provocadas pelo mundo do trabalho.

Para falar, portanto, do retorno de mulheres *dekasseguis* ao Brasil, é necessário reportar-se ao processo concreto e contraditório que se impõe às novas configurações das migrações contemporâneas, pois trazem em seu contexto novas demandas necessárias a serem estudadas e repensadas enquanto políticas públicas de atenção à população. Nesse sentido, vimos o estranhamento do retorno de mulheres *dekasseguis* ao Brasil como um ponto interessante e necessário que se coloca completamente articulado com as histórias de vida e tempo de migração no Japão por parte das brasileiras participantes desta pesquisa.

Considera-se oportuno citar que durante o processo da pesquisa tivemos alguns casos relatados⁴⁰ por familiares e amigos onde ficou demonstrado que o problema da adaptação na migração de retorno é fato, mas que se apresenta “invisível”, levando-se em consideração que não foi encontrado nenhum serviço de atendimento específico aos retornados junto às associações de nipo-brasileiros. Restam dúvidas, inclusive, sobre se os casos atendidos pelas políticas públicas (saúde, assistência social e outras), salvo engano, são tipificados como problemas advindos das dificuldades de adaptação de migração de retorno.

⁴⁰ Os relatos foram realizados por colegas, amigos e conhecidos que, ao saberem do tema do estudo, traziam uma história envolvendo *dekasseguis* que haviam retornado e que estavam passando por problemas de adaptação, alguns com implicações sérias de saúde. Há uma questão desafiante em relatar os casos, pois se verifica que falar e ser migrante no Brasil assume rapidamente proporções nacionais, ou seja, poucos não têm uma história de migração para contar, seja ela interna ou externa.

4.4 REFAZENDO A VIDA NO BRASIL: PLANOS PARA O FUTURO

Não restam dúvidas quanto à importância que teve a família no processo de migração, desde o instante em que se pensou em ir trabalhar no Japão até o momento da decisão de fazer o caminho inverso. Pode-se verificar isso por meio das falas das participantes, para quem, na ausência de outras instâncias para orientá-las sobre a ida, foi a família o ponto de apoio para decisões ao emigrarem, ao trocarem sentimentos de dor e saudade nos telefonemas e cartas, como também ao decidirem retornar para o Brasil.

É para a família que se volta, é na família que se reencontra o “calor” que não se encontrava por lá, como foi dito por Narita ao observar que no Japão se pode ter uma linda casa com jardim cheio de flores, mas que falta o “calor humano” que encontra no seu país e nas suas relações sociofamiliares. Também é com a família que os planos para o futuro são pensados e (re) construídos, embora haja dúvidas entre permanecer e ficar, mas voltar “para casa” e para a família foi uma constante nas falas das mulheres *dekasseguis* entrevistadas.

A família sempre esteve presente na fala das participantes. Foi pela necessidade de manutenção e sobrevivência da família que as mulheres *dekasseguis* se expuseram ao sofrimento pelo qual passaram enquanto estavam no Japão. Também foi por suas famílias que filhas, mães e irmãs resolveram que era o momento de retornar para o Brasil. Percebe-se que as falas denotam o papel da mãe, mulher e responsável pela família. Kioto afirma que:

[...] e também depois, eu percebi também que às vezes você tem que lutar ao lado dos seus filhos pra dar valor. Porque todo mês, eu mandava dinheiro, pra eles, foi ficando fácil, né? Comprar roupa de marca... E não era isso também, sabe, o pai, com falta da mãe, ele ia deixando. Aí, falei: não, tá na hora de mostrar também pra eles pra ver quanto é difícil você ganhar um real...

Aqui, chamamos atenção para a questão de gênero, pois foram muitos os homens *dekasseguis* que migraram e retornaram depois de um tempo, deixando para trás as mulheres *dekasseguis*, que se responsabilizaram pelo sustento total da família que ficou no Brasil. Nota-se um empenho e uma força para atingir o objetivo por parte da mulher *dekassegui*, que se doa por sua família, abstendo-se do lazer e da convivência entre os seus para enviar a remessa de dinheiro ao Brasil.

O que ressaltamos é que, ao se falar da migração para o Japão, as mulheres brasileiras descendentes de japoneses deixaram marcada sua história e agora retornam ao Brasil

percebendo que abdicaram da convivência na família em prol da subsistência familiar por meio do trabalho fabril. Conforme Sayad (2002, p. 14), “A imigração não ocorre sem deixar marcas [...]. Assinalamos que as entrevistas realizadas para esta pesquisa sempre aconteceram em meio a manifestações de sentimento, esperança, vivências e recordações da vida no Brasil e no Japão, marcando sobremaneira e impactando a vida afetiva das mulheres participantes da pesquisa. Espinosa (1957, p. 144) discute em seu livro *Ética a emoção*, dizendo que a paixão impulsiona a ação: “Por Afeto, entendo as afecções do corpo pelas quais a potência de agir desse corpo é aumentada ou diminuída, secundada ou reprimida e ao mesmo tempo as idéias dessas afecções [...]”.

Ao fazer escolhas, a mulher sempre leva em consideração os filhos. Em seus depoimentos, as mulheres *dekasseguis* sempre se reportavam a eles com muito sentimento e emoção, mostrando que sua atitude de sacrifício era principalmente voltada a eles. Ao se falar em expectativas futuras, relatam que querem uma vida melhor para seus filhos e não o trabalho *dekassegui*. Devido a isso, muitas retornaram do Japão para que seus filhos pudessem ter acesso à escola e possibilidade de ascensão profissional.

Um ponto importante na discussão dos planos futuros é que, depois de quase duas décadas de trabalho no Japão, os brasileiros descendentes de *dekasseguis* perceberam que seus sonhos se esvaíram, pois o capitalismo promete, mas não cumpre a possibilidade de enriquecimento do operário. Quando esses *dekasseguis* saíram em busca de trabalho, “sonharam” com a possibilidade de melhoria significativa na qualidade de vida de sua família, o que, na maioria dos casos, não foi realizado. O capitalismo prega que a sociedade é igualitária e que todos possuirão as mesmas oportunidades de ascensão econômica e social, porém, na prática, não é esse o resultado. Dessa forma, pode-se dizer que o capitalismo vende sonhos impossíveis de serem alcançados no contexto contemporâneo, provocando nas pessoas frustrações ou culpabilização por não atingirem os resultados esperados. A culpa empreendida sempre recai sobre o trabalhador, que não soube alcançar devidamente seus objetivos.

Guareschi (2009) chama atenção para o mecanismo da culpabilização do indivíduo, em que se esquecem completamente as causalidades históricas e sociais, ou seja, as pessoas são individualmente responsabilizadas por situações adversas e injustas, atribuindo-se exclusivamente a elas o sucesso e o fracasso. O mais perverso dessa situação é quando isso se intensifica e essa culpa individual é creditada, assumida e incorporada pelo próprio indivíduo, que passa a acreditar que é incapaz e se considera menos que o outro. Nesse sentido, ao

absorver o discurso dominante, ele se encolhe em seu próprio mundo, deixando-se subjugar pelo outro passivamente.

As mulheres *dekasseguis* participantes desta pesquisa apreendem para si essa culpa e a responsabilização pelo bem-estar da família, principalmente no que tange aos filhos. Afirmam como contraponto que, se não conseguiram realizar seu objetivo, gostariam de dar melhores oportunidades para que seus filhos pudessem alcançar melhores resultados, dando-lhes possibilidade de maior capacitação para a concorrência no mercado de trabalho contemporâneo. No retorno ao Brasil, as *dekasseguis* querem uma vida melhor para os filhos e assumem essa responsabilidade para si, adquirindo um sentido de culpabilização se esses bons resultados esperados de sucesso dos filhos não forem alcançados. Nagahama se expressa sobre seus planos para o futuro, o de criar sua filha com maior dignidade possível e oferecer a ela o máximo que conseguir.

Portanto, em meio às frustrações, sonha-se com melhores oportunidades no Brasil para si e para sua família, idealizando-se uma vida melhor para os filhos. As mulheres *dekasseguis* procuram reconstruir suas vidas em meio às dificuldades do mercado de trabalho brasileiro.

[...] *agora acho assim: acabando essa etapa, acho que vêm as outras, acho que daqui pra frente agora é tentar... Acho que você não pode parar. [...] Então, meu objetivo maior é esse. [...] eu quero fazer uma pós, eu quero fazer, ir pra frente com os estudos, não posso parar, já tenho uma profissão, como eu falei pra você.* (Nagoya)

Enfim, as mulheres *dekasseguis* que no período de vida ativa se dedicaram à criação dos filhos e à manutenção da família afirmam que o momento é para “viver a vida” e que os planos para o futuro envolvem projetos de viver a chamada “melhor idade” de forma tranquila depois de tantos anos trabalhando, como diz Ibaraki que no ano da entrevista estava com sessenta anos e só desejava “saúde, paz, harmonia e amor”.

Para tanto, é preciso potencializar a pessoa humana, valorizando-a em toda a sua história de vida e nas relações sociais que trava no mundo contemporâneo. Potencializar aqui não pressupõe o desenvolvimento de valores éticos na forma de sentimentos, desejo e necessidades para superar o sofrimento, como nos diz Sawaia (2009b, p. 114), fundamentado em Baruch Espinosa, em *Ética* (1957), pois a ética, “[...] só aparece no homem quando ele percebe que o que maior bem faz para o seu ser é um outro ser humano. Dessa forma, o homem se torna ético em função dessa paixão [...].”

Ao finalizarmos este trabalho, ressaltamos que o estudo da migração de retorno de mulheres *dekasseguis* nos fez compreender o quanto suas histórias de vida podem contribuir para o processo de reflexão e amadurecimento de políticas públicas que venham ao encontro das necessidades dos brasileiros que retornam para o país, pois essas políticas são inexistentes no Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há tempos que vem sendo constatado que a migração é um tema que faz parte da realidade mundial, embora muito pouco se tenha discutido sobre essa temática no Brasil. Trata-se de fato contraditório, visto que o país, ao longo dos séculos, vem sendo terra de acolhimento de povos oriundos de várias partes do mundo, os quais muito contribuíram para a formação da sociedade brasileira.

Por muito tempo, o Brasil foi tido como um país receptor de migrantes, que vieram em busca de trabalho, atendendo a uma necessidade do país em suprir a falta de mão de obra nas grandes lavouras de café. É certo que a vinda de estrangeiros para o país fora fruto de acordo entre as partes, tendo atrativas promessas de trabalho com bons salários, com a possibilidade de poupar economias e retornar ao país de origem. Contudo, aqui chegando, a realidade apresentava- se diferente, pois eram explorados, como aconteceu com os imigrantes italianos; as péssimas condições de trabalho fizeram com que o governo italiano rompesse o contrato e deixasse de enviar trabalhadores ao Brasil.

Em seguida, vieram os japoneses, em 1908, em busca de trabalho, deixando para trás sua terra natal, que já não oferecia condições de sobrevivência. Eles viram a vinda para o Brasil como a alternativa para trabalhar, ganhar dinheiro e depois retornar rico para o Japão e viver tranquilamente com sua família e seu povo; porém, não foi o que aconteceu. Além de não se adaptarem ao trabalho nas lavouras sob o clima tropical, as condições de moradia e os ganhos salariais indicaram que fazer o caminho de volta dificilmente seria realizado, visto que o que ganhavam mal dava para sobreviver, quanto mais para economizar. Assim, muitos ficaram definitivamente no Brasil, mas por muito tempo acalentaram o desejo de retornar à sua terra de origem.

Sabe-se que a emigração japonesa para o Brasil fora fruto de acordo entre os dois países, e isso difere de processos migratórios para outros lugares do mundo em que, em virtude de ausência de políticas migratórias, ocorreram situações geradoras de violações dos direitos humanos. O emigrante está sujeito a sofrer todo tipo de violência, quando esse movimento é resultado do tráfico de pessoas para trabalho escravo, exploração sexual ou outro, uma vez que o emigrante é destituído de todos os direitos, inclusive o de ir e vir.

Pode-se afirmar que a vinda dos japoneses para o Brasil no início do século XX se tornou um fenômeno que repercutiu de forma acentuada nos rumos da história brasileira e, da mesma forma, na história do Japão, visto que, a partir daí, se estabeleceu uma via de mão dupla. À medida que surgia a necessidade de mão de obra no Brasil, o acordo se renovava e

mais emigrantes eram enviados. Igualmente, no pós-guerra e com o processo acelerado de industrialização no Japão, foi a vez de o Brasil enviar seus cidadãos, que foram em busca de melhores condições de sobrevivência, de que já não dispunham em virtude de questões políticas e econômicas.

Tem-se vivenciado, desde o início do século XXI, esse novo fenômeno, que é a migração de retorno de *dekasseguis*. De forma acentuada, isso ocorre nas últimas décadas pela crise econômica que atingiu a Europa, os Estados Unidos e o Japão, que já não oferece tantas oportunidades de trabalho como em outros tempos, como no final da década de 1980 e início da década de 1990, quando houve a “febre” de ir para o Japão, como se pôde constatar durante os estudos para esta pesquisa.

Constata-se, ainda, corroborando o que foi dito no primeiro parágrafo, que, se o Brasil não estava preparado para receber os emigrantes japoneses que vieram para trabalhar nas lavouras de café e na construção da estrada de ferro, quando enfrentaram muitas dificuldades para adaptar-se à cultura brasileira, menos preparado está agora, no momento em que milhares de brasileiros retornam “para casa” e enfrentam todo tipo de dificuldade para se (re)adaptarem à vida no Brasil.

Apesar de o Brasil passar por momentos de relativo crescimento econômico e, por meio de programas sociais de distribuição de renda entre os mais pobres, ter diminuído a quantidade de pessoas que viviam abaixo da linha de pobreza, ainda há uma grande disparidade na distribuição de renda. Os impostos consomem grande parte do salário dos brasileiros por falta de reforma do sistema tributário e pela corrupção e impunidade que têm marcado o cenário brasileiro. No entanto, mesmo considerando esse cenário, ainda apresenta melhores condições do que os países que estão em crise política e econômica, e isso têm atraído de volta brasileiros e também estrangeiros que vêm em busca de trabalho. Nesse aspecto, o Brasil não tem avançado em relação a outros países que já abordam a questão migratória, estabelecendo política de governo que discute e atende às questões envolvendo a mobilidade humana como algo inerente ao ser humano, dotado de direito de ir e vir.

Todavia, no momento de fechamento deste trabalho, pôde-se perceber um fato histórico promovido pelo Ministério da Justiça em parceria com outros órgãos federais, que é a realização, em 2014, na cidade de São Paulo, da 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio, precedida de Conferências Municipais e Estaduais, Conferências Livres e Virtuais,

as quais deverão construir propostas para subsidiar a Conferência Nacional para construção da Política e o Plano Nacional de Migração e Refúgio.

Com o grande número de brasileiros retornados nas últimas décadas, o governo brasileiro emitiu uma cartilha com orientações sobre o retorno, como forma de prevenir as dificuldades para quem está voltando. O Japão, por sua vez, lançou um programa de incentivo para que os *dekasseguis* que haviam perdido seus empregos recebessem uma ajuda para voltar e poder recomeçar a vida no Brasil.

Esse incentivo para retornar ficava condicionado a assinar um documento em que abriam mão de retornar ao Japão por um tempo determinado. Para muitos, foi a única solução, pois perder o emprego no Japão significa também perder a casa, ou seja, se tem emprego, tem casa; se não tem emprego, perde-se também o teto. Para não ficar, de uma hora para outra, como muitos ficaram, “morando” na rua com a família, aceitar as condições de não retornar ao Japão era o mínimo.

Ficou destacado que a motivação principal das mulheres *dekasseguis* para emigrar para o Japão foi a busca pelo trabalho. O trabalho realizado na terra de seus pais e avós era um trabalho pesado, um trabalho que os nativos, em um país altamente tecnológico, já não queriam mais fazer. Assim, as participantes da pesquisa foram para trabalhar em fábricas e algumas, no setor de serviços (alimentação e saúde), o que exigiu delas uma extenuante carga de trabalho, chegando a 12 e 14 horas, como forma de aumentar o ganho de horas extras e poder economizar ao máximo para enviar o dinheiro para saldar dívidas, manter a família no Brasil e poder retornar o mais rápido possível.

Outro ponto que distingue a emigração de brasileiros para o Japão relaciona-se com o domínio ou não da língua japonesa, sendo um fator que afeta o processo de adaptação ao chegar ao país. Para os que não dominam a língua do país de destino, torna-se muito complicado, gerando dúvidas quanto a estar naquele lugar onde não se entende nada do que estão falando, o que dificulta adaptação.

Em termos comparativos com os que emigram para os Estados Unidos, por exemplo, o domínio e o aprendizado da língua inglesa torna-se elemento de integração entre imigrantes e nativos e elemento facilitador para a reinserção no mercado de trabalho ao retornar ao local de origem. Pôde-se constatar isso pelo grande número de trabalhadores brasileiros que lá exerciam a função de garçom e faxineira e que, no retorno, puderam obter melhores

colocações com melhores salários por terem o domínio da língua, visto que esse tipo de atividade proporcionou a esses imigrantes uma interação que facilitou o aprendizado, pois conviveram cotidianamente com clientes e patrões estrangeiros.

Já entre os que emigram para o Japão, devido à dificuldade de aprendizagem pelas características da língua japonesa, os que não têm domínio buscam aprender o essencial para comunicar-se no trabalho e locomover-se no local onde moram. Ocorre que, em algumas fábricas japonesas, a maioria dos trabalhadores é brasileira e apenas o chefe é japonês, que utiliza um intermediário para fazer a comunicação entre os demais trabalhadores. Dessa forma, dominar ou não o idioma facilita ou dificulta enquanto se é imigrante no Japão e, no retorno, se não for para aplicar o aprendizado em algo específico, pouca utilidade terá no processo de readaptação ao país de origem.

Migrar para uma terra desconhecida traz muitos medos e incertezas. Ao ir para o Japão, o imaginário envolvia ir para a terra em que nasceram pais e avós, ou seja, ir para um local, de certa forma, já conhecido pelas histórias que eles ouviam, mas os emigrantes se depararam com um local totalmente diferente do que pensavam. Apesar de se ter a “cara de japonês”, não se é japonês. A pessoa torna-se um “estrangeiro” e sofre discriminação de várias formas ao ser taxada de *gaijin*, chegando, inclusive, a situações extremas em que se utilizam os meios de divulgação em locais públicos para alertar que há brasileiro chegando; em alguns casos, há fixação de cartazes com dizeres que sugerem que os brasileiros são suspeitos ao adentrarem em lojas e supermercados.

Nas fábricas, essa discriminação ocorre em relação aos postos de trabalho e à capacidade dos trabalhadores brasileiros, que é colocada em questão. Apesar de os brasileiros serem preferidos em detrimento de outros estrangeiros, por serem mais ágeis e assertivos no trabalho, isso faz surgir conflitos e disputas entre os trabalhadores e gera, muitas vezes, situações de agressividade no ambiente de trabalho, chegando a situações em que o trabalhador acaba por mudar de emprego e até a casos em que perde o estímulo e adoece, o que pode motivar o retorno.

Há também uma questão na cultura japonesa em que a mudança de *status* entre uma classe social e outra acontece, porém é mais difícil, e o trabalhador brasileiro, ao ir para a fábrica, dificilmente irá ocupar um lugar que não seja o do “chão da fábrica”. Se foi para trabalhar na fábrica, será sempre na fábrica, podendo no máximo ocupar um cargo de

mediador entre o patrão e os demais trabalhadores. Mesmo que vença as dificuldades e resolva estudar para ter uma profissão, não conseguirá mudar de patamar, pois o rótulo de “estrangeiro” o deixa marcado e inviabiliza sair da condição de operário de fábrica.

Esse também é um diferencial na emigração de brasileiros para o Japão, em contraste com a migração para outros países, como os Estados Unidos, por exemplo, em que os trabalhadores emigram para buscar trabalhos que os nativos de lá também não querem fazer. Muitos começam com serviços de atendimento ao público, babás, faxineiras, e, com o passar do tempo, vão agregando conhecimentos e passam eles mesmos a agenciar outros trabalhadores brasileiros; assim mudam seu *status*, chegando a montar empresa e a tornar-se “donos” do próprio negócio no país de destino.

Observou-se que a emigração de brasileiros de Campo Grande para o Japão, diferentemente da emigração de outros pontos do país, não segue uma rota preestabelecida, como acontece com a emigração para outros países, como, por exemplo, para os Estados Unidos, onde brasileiros de Governadores Valadares se estabeleceram em locais específicos em que se concentram muitos brasileiros. Pode-se afirmar isso analisando para onde foram a mulheres *dekasseguis* que participaram desta pesquisa. Elas foram para diferentes regiões do Japão, de Norte a Sul e de Leste a Oeste, importando apenas que houvesse fábricas e oportunidade de trabalho onde pudessem trabalhar, ganhar dinheiro e um dia retornar.

Percebe-se também que, no auge da “febre” de ir para o Japão, os trabalhadores passavam obrigatoriamente pela mão dos recrutadores, que cobravam altos valores, o que comprometia os primeiros salários, pois tinham que saldar dívidas com a compra da passagem, alimentação e acomodação para só então começarem a guardar dinheiro ou enviá-lo para a manutenção da família. Isso ocorria pelo fato de não dominarem a língua japonesa; também por ser a primeira vez que estavam indo e não haver nenhum parente ou amigo que pudesse lhe dizer como era trabalhar no Japão; e, ainda, pela dificuldade própria de quem decide migrar pela primeira vez e vai enfrentar o desconhecido. Isso os tornava “presa” fácil nas mãos dos recrutadores.

Com a vinda a passeio ou com o retorno ao país, as experiências com as condições de trabalho no Japão passam a disseminar-se; com isso, tanto os que retornam ao Japão quanto os que vão pela primeira vez passam a contar com o apoio de uma rede de contatos. Começa a ocorrer a emigração de forma autônoma, como aconteceu com algumas das participantes. Por

terem parentes e amigos no Japão, elas mesmas compraram a passagem e partiram com o emprego previamente acertado por quem já estava lá.

Não se diz, com isso, que esses serviços de recrutamento não existem mais, porém são menos utilizados pelos que querem ir trabalhar no Japão. Há um dado preocupante, que é o da exploração de trabalhadores incautos que se utilizam dos serviços e são enganados, pois, além do endividamento para o processo de ida, ao chegarem lá, não há emprego certo. Às vezes, demoram meses para arrumar uma colocação de trabalho, e alguns têm que contar com apoio de conhecidos ou parentes que os acolham até conseguirem emprego.

Há também os que são enganados por ocasião do recrutamento, pois pensam que está tudo certo, mas, ao precisarem utilizar o plano de saúde, por exemplo, percebem que o atendimento previsto no plano é restrito a acidentes que ocorrem no local de trabalho. Assim, para tratar da saúde, muitas vezes têm que dispor das economias que conseguiram juntar; não conseguindo restabelecer a saúde, decidem pelo retorno, mas sem a tão sonhada economia que lhes proporcionaria uma vida mais tranquila no seu país de origem.

Mudar de um lugar para outro exige muito mais do que simplesmente embarcar em um país e desembarcar em outro. Mudar exige uma disposição interna em querer mudar, em estabelecer isso como projeto de vida, seja para buscar trabalho ou simplesmente para conhecer outros lugares e outras culturas, mas, quando essa mudança é a única possibilidade de ter condições para sobreviver, geralmente é carregada de sofrimento e dificuldade para se adaptar, considerando-se que as pessoas precisam de suas raízes para se sentirem pertencentes a um lugar.

Essa afirmação pode ser constatada na fala das participantes da pesquisa, pois foram em busca de trabalho para se manterem e sustentarem sua família no Brasil, passaram por muitas privações, não puderam ver os filhos crescerem, não puderam envelhecer junto de seus companheiros, não puderam presenciar os momentos de alegria e tristeza com seus familiares. Elas se submeteram a rotinas estressantes e buscaram trabalhar cada vez mais para esquecer as tristezas e dificuldades, procurando pensar no momento em que poderiam retornar.

Verificou-se, nos resultados da pesquisa, uma característica ligada ao gênero. As falas trouxeram relatos de irmãos e pais que foram para o Japão no mesmo período e não resistiram muito tempo. A distância do país e a saudade da família causavam-lhes tristeza e até adoecimento e faziam com que o retorno ocorresse pouco tempo após a chegada ao Japão.

Para as participantes desta pesquisa, mesmo passando por todas as dificuldades, resistiram a tudo e só retornaram quando tinham atingido o objetivo ou quando haviam chegado ao limite imposto por problemas de saúde que as impediam de trabalhar, quando envolveu a falta de perspectiva de estudos formal para os filhos ou mesmo quando as fábricas já não ofereciam trabalho como no início, quando o número de horas extras ampliava os ganhos de salário no final do mês e estimulava ficar trabalhando um pouco mais antes de retornar.

Houve situações em que os maridos ficaram no Brasil para cuidar dos filhos e as mães foram e mandavam dinheiro todo mês para manter os filhos em boas escolas e ter um padrão de vida condizente com o dinheiro que lhes era remetido. Enquanto a mãe estava lá, passando por privações para poder economizar o suficiente para retornar, aqui no Brasil os filhos buscavam compensar a ausência materna com o consumo de bens e serviços que o dinheiro proporcionava.

Algumas das entrevistadas, ao virem ao Brasil para rever a família, percebiam que estavam deixando de ver o crescimento dos filhos e que a vida no Japão era só trabalho. Assim, entre uma vinda e outra, decidiam por retornar para poderem envelhecer junto da família e por entenderem que somente usufruir do resultado do trabalho marcado por privações não levaria os que ficaram no Brasil a valorar todo o esforço empreendido durante a vida de imigrante. Desse modo, elas decidem retornar para “lutar junto” da família.

Essa característica ligada ao gênero que se apresenta como fator de maior resistência na permanência como *dekassegui* é revelada nos casos relatados pelas entrevistadas – seja porque um irmão, com um mês de permanência, retornou por não suportar a ausência da família, seja por situações de adoecimento entre parentes e amigos que estavam no Japão sem que a família aqui no Brasil ficasse sabendo dos problemas vivenciados lá no Japão. Quando aconteciam casos de falecimento, não se sabia do que exatamente a pessoa havia morrido; com o alto custo para o translado do corpo, o sepultamento era realizado lá mesmo, e não raro o falecido era a única fonte de renda e quem havia ficado no Brasil se via, de uma hora para outra, sem o ente querido e sem a fonte de manutenção.

A educação formal dos filhos foi um fato de destaque revelado pela pesquisa. Não que isso já não tenha sido alvo de outras pesquisas desde que se iniciou o retorno de *dekasseguis* do Japão, mas foi reforçado pela motivação apresentada pelas participantes da pesquisa, entre

as que tinham filho em idade escolar antes de ir para o Japão e também entre as que tiveram filhos no Japão, sendo que, para estas, o problema se apresentou mais complexo. Para as que levaram os filhos em idade escolar, no tempo em que permaneceram no país, estes ficaram sem estudar, por medo de sofrer discriminação na escola. Já para as que tiveram os filhos lá, a dificuldade inicialmente foi de que o filho deveria ser alfabetizado na língua japonesa para poder conviver com as crianças nativas, mas também precisavam saber falar o português para poderem se comunicar com os pais.

Sabe-se que a criança tem facilidade para aprender outra língua e, como a convivência maior com a língua falada no país de destino, rapidamente adquirem o domínio da língua japonesa em detrimento da língua do seu país de origem. Isso ocorre devido à pouca convivência com os pais, visto que trabalham o dia todo, sobrando pouco tempo para falarem o português em casa. Com o passar do tempo, essa situação gera certo afastamento e isolamento entre pais e filhos, uma vez que esses pais não acompanham o ritmo de aprendizado dos filhos, que passam dominar a língua japonesa.

Ressalta-se que a inserção nas escolas japonesas tem um limite, ou seja, para ingressar em curso superior em universidades japonesas, exige-se o conhecimento do *Kanji*, que é de difícil aprendizado. Há ainda o agravante de que, como já foi dito, dificilmente o “estrangeiro” irá ocupar posições de destaque na sociedade japonesa. Assim, corre-se o risco de os filhos irem trabalhar nas fábricas, como foi bem exemplificado nas falas das participantes da pesquisa.

Conclui-se que, para as mães que têm os filhos em idade escolar, o retorno foi inevitável, mesmo sendo protelado ao máximo, permanecendo a insegurança quanto ao futuro dos filhos. Ficando-se no Japão, corre-se o risco de não entrar para a universidade pela dificuldade de acesso e pela possibilidade de, no final, ir trabalhar na fábrica como os pais e acompanhá-los no retorno ao Brasil. Isso envolve situações que podem dificultar a adaptação dos “novos migrantes”, o que pode até fazer com que os pais retornem ao Japão.

Ao empreenderem a emigração em busca de trabalho, a família apresentou-se como um “porto seguro” para as mulheres *dekasseguis*, seja dando suporte para questões que devem ser administradas durante o tempo de imigração, seja para fornecer o suporte emocional tão necessário durante o processo de tomada de decisão, preparação e embarque rumo a um lugar desconhecido. Diz-se isso principalmente em relação às primeiras mulheres que foram para o

Japão e não dispunham de nenhuma informação a respeito do que as esperava, ficando todo e qualquer apoio restrito aos familiares mais próximos.

Foi a família que as incentivou e se prontificou a cuidar dos filhos que ficaram no Brasil. Ela é que dividiu e compartilhou os sofrimentos durante o período de imigração e, assim como as participantes desta pesquisa, também sentia a ausência e a distância de filhos, pais e avós quando estabelecia os contatos com quem estava distante. A cada telefonema/carta, dividiam-se choros, mas também se renovava a esperança de que todo esforço seria recompensado no retorno.

Observou-se também que esse período serviu para aproximar pais e filhas, levando às reflexões que fizeram com que se valorizassem pequenas atitudes do cotidiano, como o simples ato de o pai fazer as refeições para as filhas, coisa que, quando estavam no Brasil, nunca havia acontecido, trazendo certa nostalgia. Outras refletiram sobre as relações conflituosas com suas mães e puderam retomá-las de forma mais amadurecida, pois, no tempo em que estiveram fora, a mãe é que oferecia o suporte emocional, muito embora aparecessem falas contraditórias de que não se deixavam abater facilmente e encaravam a situação como um caminho que tinha que ser seguido sem ficar se lamentando.

Ao realizar o projeto de emigrar como *dekassegui* ao Japão, retornar fora tido como certo, pois se planejou trabalhar por tempo suficiente para o pagamento de dívidas, manter a família com os filhos estudando em boas escolas no Brasil, juntar certa quantia em dinheiro e poder retomar a vida com mais tranquilidade.

O que se destaca é a motivação de retornar atendendo a uma necessidade de proporcionar educação formal para os filhos, já que, no contexto educacional japonês, as perspectivas para os “estrangeiros” atingirem carreira profissional se apresentam como condição distante, visto que muitos, ao terminarem o período do que aqui no Brasil se chama de Ensino Médio, geralmente vão trabalhar nas fábricas e não ingressam nas universidades.

Tanto na ida quanto no retorno, há marcas de sofrimento ao longo do período como imigrante *dekassegui*, marcas essas que compõem a face da mulher *dekassegui* que retorna do Japão. Revela-se com isso também outra face dessas mulheres, que são propositivas, batalhadoras, otimistas e que, nos dois momentos, souberam transitar nos espaços sociais de convivência e esperam agora retomar a vida junto aos familiares, planejando viver a vida no Brasil e retornar ao Japão somente como turistas.

Os planos são para ficar no Brasil. No entanto, apenas o tempo poderá indicar a sequência de vida de cada uma delas. Embora haja falas contraditórias sobre as possibilidades de ir novamente para o Japão, não se descarta a emigração em virtude das dificuldades de adaptação ao país de origem, principalmente para os filhos que nasceram no Japão e não têm domínio da língua portuguesa, o que dificulta sua reinserção nos espaços de convívio social, como escola e igreja, e entre outros membros da família.

A decisão de realizar pesquisa que indicasse quais as questões que envolviam o ir e vir de mulheres *dekasseguis* deu-se pela percepção da ausência de políticas públicas de acolhimento de migrantes retornados, na mesma proporção em que não se discute a migração como um fenômeno constante dentro de um contexto do mundo globalizado, em que se vive com uma tendência de que, cada vez mais, os atores se tornem migrantes transnacionais, ou seja, são atores sociais em dois lugares, pois, se estão aqui, não se reconhecem mais como daqui; se estão lá, sentem falta das ligações afetivas com seu país de origem.

O Brasil já não é mais aquele país de “Terceiro Mundo”, mas ainda não tem pautada no seu programa de governo a discussão de uma política migratória que atenda a todas as questões que envolvam emigração de brasileiros e a migração de retorno, muito menos que atenda à entrada de tantos estrangeiros, como a que vem ocorrendo nos últimos tempos, deixando margem para que o país viva o que outros países, como os Estados Unidos, por exemplo, viveram e ainda vivem: a entrada ilegal via fronteiras, com isso expondo emigrantes a serem vítimas de exploração e violência nas mãos de atravessadores. Essa discussão se faz urgente visto que é grande o número de retornados para o país e dadas às dificuldades de adaptação no retorno, muitos estão acessando as políticas públicas, entre elas a de assistência social e saúde. Sem uma política de atendimento, não é possível tipificar os casos que são atendidos, visto que, no atendimento e diagnóstico, essas questões são saneadas e não se caracterizam como uma problemática do retorno, o que acaba dificultando a adaptação e, em última instância, provocando a emigração novamente.

É certo que somente no início do século XXI se intensificou a migração de retorno, principalmente de brasileiros que estavam no Japão, em virtude do tsunami que ocorreu em 2011 e fez com que muitos viessem às pressas para fugir da situação de dificuldades em que ficaram. Porém, o retorno já ocorre há mais tempo, mas essa questão fica restrita a ações pontuais e momentâneas, que logo se diluem e caem no esquecimento.

Portanto, faz-se necessário e urgente discutir sobre uma política migratória que atenda os que desejam buscar melhores lugares para viver e, da mesma forma, discutir uma política de migração de retorno. Afinal, por mais “encantador” que seja o país de destino, muitos acabam retornando ao país de origem, seja porque cumpriram seu objetivo, seja porque chegou o momento de “aproveitar” a vida, pois, quando só se trabalha, como é o caso das mulheres *dekasseguis* entrevistadas, chega uma hora que é preciso “viver”, só “viver”. E esse “viver”, para elas, é “viver no Brasil”.

A discussão, construção e implementação de política migratória que atenda aos dois momentos, de ida e retorno, não deve tardar, visto que, em um mundo globalizado, as fronteiras se diluem. É preciso que o Brasil faça todo o processo com parcerias internacionais, que há muito já discutem a questão da migração internacional, de forma que possa atender seus cidadãos em qualquer lugar para onde vão buscar melhores oportunidades para viver, assim como possa proporcionar acolhimento quando decidirem retornar ao seu país.

Cabe destacar que é urgente a discussão e criação de política educacional de apoio, no retorno dos pais, aos filhos de brasileiros que nasceram no Japão. São os que mais apresentam dificuldades de adaptação por não dominarem a língua do país de nascimento dos pais, e isso, muitas vezes, traz sofrimento e adoecimento, podendo ser motivo para que a família decida novamente emigrar de volta ao país de destino, abrindo mão de permanecer no Brasil.

Durante todo o período da pesquisa, tinha-se preocupação metodológica quanto à responsabilidade de se pesquisar dispendo do envolvimento com pessoas que aceitassem compartilhar parte de suas vidas. Por isso, em contrapartida, devem receber a materialização de todo o esforço empreendido na investigação como forma de minimizar as dificuldades na migração de retorno.

Na ocasião da entrevista com as mulheres *dekasseguis* que frequentavam a Associação Nipo-Brasileira, pôde-se propor uma devolutiva inicial junto aos associados com o objetivo de apresentar os resultados da pesquisa e também, a partir daí, propor outras ações que proporcionassem às mulheres *dekasseguis* que retornaram momentos nos quais pudessem externar suas experiências e dificuldades. Essa participação deveria ser voluntária e poderia gerar encaminhamentos quando houvesse necessidade.

Propõe-se que, para desenvolver propostas consistentes, se estabeleçam parcerias com universidades via projetos de extensão em que estejam envolvidos os setores de saúde,

assistência social e outros que forem necessários; parcerias com as associações dos descendentes de japoneses existentes no município, órgãos públicos e organizações da sociedade civil, de forma a ampliar esse acolhimento para todos os que retornam ao país.

Enfim, é preciso que o Brasil, paralelamente à discussão e realização de eventos como a Copa do Mundo, dê visibilidade também para a questão da migração de retorno como um fenômeno que “bate à sua porta” há muito tempo, mas que vem sendo preterido e ignorado, diferentemente do que fazem outros países que já avançaram muito na discussão da política migratória.

Espera-se que este estudo contribua para que as participantes da pesquisa possam encontrar “seu lugar de volta” no país, não da forma como o deixaram, pois as pessoas mudam e os lugares se modificam, mas que possam encontrar trabalho; que possam ver seus filhos, nascidos no Japão ou não, crescerem, estudarem e terem um futuro com o qual sonharam; que possam conviver com seus amigos e novos amigos e familiares e que possam viver no Brasil, pois é o lugar que escolheram para “viver o restante da vida”.

Igualmente, espera-se que outras pesquisas possam ser realizadas daqui para frente. Devido à complexidade do tema, o assunto não se esgota no encerramento do curso com a dissertação, mas, sim, faz com que surjam outras vertentes sobre a temática que necessitam ser investigadas em tempos de crescimento da migração de retorno de brasileiros de várias partes do mundo e, especificamente, sobre o retorno de mulheres *dekasseguis*, que foi o que se propôs neste estudo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, W. M. J. A pesquisa em psicologia sócio-histórica: contribuições para o debate metodológico. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (Org.). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 130-139.

ALIENAÇÃO. In: BOTMORE, T. (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001. p. 5-9.

ALMEIDA, L. P. *Para além das nossas fronteiras: mulheres brasileiras imigrantes na Holanda*. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?*: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

ARENKT, H. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL NIPO-BRASILEIRA. *Ayumi: a saga da colônia japonesa em Campo Grande*. Campo Grande, MS: Saber Sampaio Barros, 2005.

ASSOCIAÇÃO PARA COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. *Filhos de dekasseguis terão “tradutores” e projeto específico nas escolas estaduais*. São Paulo, 10 jun. 2008. Releases. Não paginado. Disponível em: <http://www.centenario2008.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=243&Itemid=80>. Acesso em: 17 jan. 2014.

BATISTA, P. N. *O Consenso de Washington*: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994. Dossie Textos, trabalhos dos alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2014.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. *Snowball* (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10., SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO, 1., 2011, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2011. p. 329-341. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2014.

BANCO MUNDIAL. *Relatório anual do Banco Mundial de 2005*: ano em perspectiva. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTANNREP2K5/Resources/1397293-1127325073491/51563_Portuguese.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2014.

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. *Projeto de pesquisa: propostas metodológicas*. Petrópolis: Vozes, 1990.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio*. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/estrangeiros/conferencia-nacional-sobre-migracoes-e-refugio>>. Acesso em: 18 out. 2014.

- BRASIL. Ministro da Previdência Social. Instituto Nacional de Seguro Social. *Acordo Brasil/Japão 2012*. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3_120224-152610-463.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2014.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Guia de retorno ao Brasil: informações úteis sobre programas e serviços de acolhimento [Returning to Brazil: Useful information on available services and programs]*. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/assistencia-consular/guia-de-retorno-ao-brasil>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 196, de 10 de outubro de 1996. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 16 out. 1996. Disponível em: <<http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/1996/Reso196.doc>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Retificado em 27 de set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 20 jan. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 21 ago. 1980. Retificado em 22 ago. 1980. Republicado em 22 ago. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm>. Acesso em: 8 set. 2014.

BRITO, F. Os povos em movimento: as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. PATARRA, N. L. (Coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. 2. ed. Campinas: Fundo das Nações Unidas para a População, 1995. v. 2, p. 53-66.

BRZOZOWSKI, J. Migração internacional e desenvolvimento econômico. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 137-156, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/download/39488/42372>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

CABRAL, P. E. Formação étnica e demográfica. In: MEDEIROS, L. P.; CUNHA, M. L. P. (Coord.). *Campo Grande: 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz, 1999. p. 27-62.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 2.

CAVARZERE, T. T. *Direito internacional da pessoa humana: a circulação internacional de pessoas*. Rio de Janeiro: Renovar, 1995.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais*. Petrópolis: Vozes, 2006.

CODO, W.; SAMPAIO, J.; HITOMI, A. *Indivíduo, trabalho e sofrimento: uma abordagem interdisciplinar*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. El aporte de las mujeres a la igualdad en América Latina y el Caribe: X Conferencia Regional Sobre La mujer de América Latina y El Caribe. Santiago de Chile: CEPAL, 2007. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/9/29399/ElaporteMujeresConsenso.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

COSTA, J. P. C. *De decasséguia a emigrante*. Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 2007. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/al000187.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2014.

DANTAS, S. D. Saúde mental e interculturalidade: implicações e novas proposições diante dos desafios em tempos de globalização. In: DANTAS, S. D. (Org.). *Diálogos interculturais: reflexões interdisciplinares e intervenções psicossociais*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2012. p. 109-132. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/pesquisa/grupos/dialogos-intelectuais/publicacoes/dialogosinterculturais.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000*. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/livro/2012/livroSituacaoTrabalhoBrasil.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2014.

DINHEIRO VIVO. The Washington Post: “Crise em Espanha pode levar economia mundial para depressão profunda”. *Dinheiro Vivo*, Lisboa, 23 abril 2012. Não paginado. Disponível em: <<http://www.dinheirovivo.pt/Economia/Artigo/CIECO042791.html>>. Acesso em: 3 dez. 2013.

EDITORA MELHORAMENTOS; ALIANÇA CULTURAL BRASIL-JAPÃO. *MICHAELIS*: Dicionário prático de português-japonês. São Paulo: Melhoramentos/Aliança Cultural Brasil-Japão, 2000.

EMBASSYWORLD.COM. *Japan_1500.jpg*. 1 mapa, color. 545x674 pixels. Disponível em: <http://www.embassyworld.com/maps/Maps_Of_Japan/images/japan_1500.jpg>. Acesso em: 17 jan. 2013.

EMI, C. Bê-á-bá em qual idioma. *Made in Japan: a revista feita no Japão para os brasileiros*, São Paulo, ano 1, n. 7, p. 53-56, mar. 1998.

ENURESE. In: INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p. 776.

ESPINOSA, B. *Ética*. 3. ed. São Paulo: Atena, 1957.

FELIU, J. P. Solidão e desemprego: as cicatrizes do devastador tsunami no Japão. *GI*, Rio de Janeiro, 13 mar. 2012. Não paginado. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/03/solidao-e-desemprego-as-cicatrizes-do-devastador-tsunami-no-japao.html>>. Acesso em: 22 ago. 2013.

FORÇAS PRODUTIVAS E RELAÇÃO DE PRODUÇÃO. In: BOTTONMORE, T. (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001. p. 157-159.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. Prefácio. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. *I Conferência Sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior*: brasileiros no mundo. Brasília, DF: Ed. Ministério das Relações Exteriores, 2009. p. 17. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/brasileiros/1conferencia_comunidades_br_mundo.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2014.

G1. Número de mortos por terremoto e tsunami passa de 1.300 no Japão. *G1*, Rio de Janeiro, 13 mar. 2011a. Não paginado. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tsunami-no-pacifico/noticia/2011/03/numero-de-mortos-por-terremoto-e-tsunami-passa-de-1300-no-japao.html>>. Acesso em: 22 ago. 2013.

_____. Entenda o terremoto que atingiu o Japão. *G1*, Rio de Janeiro, 11 mar. 2011b. Não paginado. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tsunami-no-pacifico/noticia/2011/03/entenda-o-terremoto-que-atingiu-o-japao.html>>. Acesso em: 22 ago. 2013.

GAIJIN. In: HINATA, N. *Dicionário japonês-português romanizado*. Tóquio: Kashiwashobo, 1992. p. 87.

GOMES, L. A. S.; LE BOURLEGAT, C. A.; MACIEL, J. C. Sobá de Okinawa ou sobá de Campo Grande?: imigração japonesa e territorialização do sobá. *Acta Geográfica*, Boa Vista, v. 6, n. 11, p. 53-67, 2012. Disponível em: <<http://revista.ufrr.br/index.php/actageo/article/download/484/705>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

GONÇALVES, A. L. Sobra frustração e falta preparo para o recomeço. *Hoje em Dia*, Belo Horizonte, n. 8.909, 15 abr. 2013. Economia, p. 8.

GUARESCHI, P. A. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In: SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 9. ed. São Paulo: Vozes, 2009. p. 141-156.

HELLER, A. *O cotidiano e a história*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HOJE EM DIA. Crise traz 500 mil brasileiros de volta para casa. *Hoje em Dia*, Belo Horizonte, n. 8.909, 15 abr. 2013. Economia, p. 7-8.

IANNI, O. *A era do globalismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

KAWAMURA, L. K. *Para onde vão os brasileiros?*: imigrantes brasileiros no Japão 2. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003.

_____. A questão cultural e a discriminação social na migração de brasileiros ao Japão. In: CASTRO, M. G. (Coord.). *Migrações internacionais*: contribuições para políticas. Brasília, DF: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 2001. p. 395-408.

KODAMA, K.; SAKURAI, C. Episódios da imigração: um balanço de 100 anos. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Resistência & integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil*. Rio de Janeiro, 2008. p. 17-29. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv38935.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

KUBOTA, N. F. L. *Relatos de chegada*: imigrantes japoneses em Campo Grande. *Aurora*, Marília, ano 2, n. 2, p. 57-67, 2008. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/aurora_misclanea_03.pdf>. Acesso em: 18 out. 2014.

LANE, S. T. M. Linguagem, pensamento e representações sociais. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento*. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 32-39.

LESSA, S. *Trabalho e proletariado: no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007.

LEVY, M. S. F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972). *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 8, p. 49-90, 1974. Suplemento. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/rsp/v8s0/03.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

LOURENÇO, A.; CUNHA, J. De volta ao país, brasileiros sofrem 'síndrome do regresso'. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 6 mar. 2012. Não paginado. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2012/03/1055239-de-volta-ao-pais-brasileiros-sofrem-sindrome-do-regresso.shtml>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis,: Vozes, 1997.

LUPION, J. L.; SANTOS, M. A. *Pais que emigram em busca de trabalho passando a guarda de seus filhos a terceiros*. 2002. 65 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, 2002.

MARTINE, G. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 3-22, jul./set. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n3/v19n3a01.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1, tomo 1. (Os Economistas).

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: M. Fontes, 1998.

MEIHY, J. C. S. B. *Manual de história oral*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

MIGRAR. In: FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário básico da língua portuguesa*. São Paulo: Nova Fronteira, 2002. p. 462.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MORAES, R. D. *Prazer-sofrimento e saúde no trabalho com automação: estudos com operadores em empresas japonesas no Pólo Industrial de Manaus*. 2008. 339 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.ufpa.br:8080/jspui/bitstream/2011/3453/1/Tese_PrazerSofrimentoSaude.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2014.

NAKAGAWA, K. Y. *Projeto Kaeru: um programa de inclusão dos filhos de trabalhadores brasileiros no Japão às escolas públicas no Estado de São Paulo*. São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://dl.dropboxusercontent.com/u/84963674/Kaeru/novo%20kaeru%20final.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

NETTO, J. P. (Org.). *O leitor de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

NIHON. In: HINATA, N. *Dicionário japonês-português romanizado*. Tóquio: Kashiwashobo, 1992. p. 315.

O GLOBO. ENEM 2012: tema da redação é ‘O movimento imigratório para o Brasil no século XXI’. Rio de Janeiro, 4 nov. 2012. Não paginado. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/educacao/vestibular/enem-2012-tema-da-redacao-o-movimento-imigratorio-para-brasil-no-seculo-xxi-6630291>>. Acesso em: 7 nov. 2013.

OLIVEIRA, J. Crise internacional manda brasileiros de volta para casa. *Hoje em Dia*, Belo Horizonte, n. 8.909, 15 abr. 2013. Economia, p. 7.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Trabalhadoras e trabalhadores migrantes: alcançar a igualdade de direitos e de oportunidades*. Lisboa: OIT-Lisboa, 2008. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portuguese/region/eurpro/lisbon/pdf/gender_december.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2014.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

PARKER, A. Immigration law changes seen cutting billions from deficit. *The New York Times*, New York, June 18, 2013. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2013/06/19/us/politics/boehner-says-he-wont-push-through-an-immigration-bill.html?pagewanted=all&_r=0>. Acesso em: 17 jan. 2014.

PATARRA, N. L. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 7-24, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/download/10143/11726>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

_____. Migrações Internacionais recentes – o caso do Brasil. In: PATARRA, N. L. (Coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. Campinas: Fundo de População das Nações Unidas, 1995. v. 1. p. 78-87.

PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. Mobilidade espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 83-102, fev. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsc/v21n60/29762.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

PEIXOTO, F. Remessas de brasileiros no exterior têm maior queda em 11 anos. *BBC Brasil*, Brasília, DF, 3 fev. 2010 Não paginado. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/02/100203_remessasbrasileiros_fp.shtml>. Acesso em: 17 jan. 2014.

PERROT, M. *Minha história das mulheres*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

PILAGALLO, O. *A história do Brasil no século 20 (1900-1920)*. São Paulo: Publifolha, 2002.

ROSA, S. M. *O trabalho das instituições de assistência e garantia de direitos às mulheres imigrantes*. 2013. 68 p. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, 2013.

SAKURAI, C. *Os japoneses*. São Paulo: Contexto, 2007.

SALES, T. *Brasileiros longe de casa*. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização*: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Edições BestBolso, 2011.

SASAKI, E. M. A imigração para o Japão. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 99-117, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/download/10150/11734>>. Acesso em: 18 out. 2014.

SASAKI, E. M. Brasileiros no Japão. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. *Brasileiros no mundo*: I Conferência sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior. Brasília, DF, 2008. p. 7-27. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/455-Brasileiros_no_Mundo_-_Textos_Academicos_Vol_I.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2014.

SASAKI, E. M.; ASSIS, G. O. Teorias das migrações internacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2000. p. 1-19. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt16_2.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2014.

SATO, P. *Dekasseguis*: como a crise econômica afetou os brasileiros que moram no Japão? *Nova Escola*, São Paulo, jul. 2009. Não paginado. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/geografia/fundamentos/como-crise-economica-afetou-brasileiros-moram-japao-477617.shtml>>. Acesso em: 22 jul. 2013.

SAWAIA, B. Exclusão ou inclusão perversa?. In: SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão*: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2. ed. São Paulo: Vozes, 2009a. p. 7-13.

_____. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão*: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2. ed. São Paulo: Vozes, 2009b. p. 97-118.

SAYAD, A. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. *Travessia: Revista do Migrante*, São Paulo, n. 13, p. 7-32, jan. 2002.

SHIRAI SHI, S. S. O que é *kosseki tohon*? Blog Movimento Dekassegui, 3 maio 2007. Não paginado. Disponível em: <http://movimentodekassegui.blogspot.com.br/2007_05_01_archive.html>. Acesso em: 17 jun. 2013.

SIQUEIRA, S. *Migrantes e empreendedorismo na microrregião de Governador Valadares: sonhos e frustrações no retorno*. 2006. 201 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/romano_mazzon/migrantesempreendedorismomonamicorregiodegovernadorvaladares>. Acesso em: 17 jan. 2014.

SOARES, W. Para além da concepção metafórica de redes sociais: fundamentos teóricos da circulação topológica da migração internacional. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., Ouro Preto, 2002. *Anais...* Campinas: Abep, 2002. p. 1-27. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST1_SOARES_texto.pdf>. Acesso em: 18 out. 2014.

- THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral.* São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- TOMA, C. Y. *A experiência feminina* dekassegui: um olhar sobre a subjetividade no processo migratório. Londrina: Ed. da UEL, 2000.
- TOMAZ, K. Brasileiros relatam destruição e tristeza na volta do Japão. *G1*, Rio de Janeiro, 13 mar. 2011. Não paginado. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tsunami-no-pacifico/noticia/2011/03/brasileiros-relatam-destruicao-e-tristeza-na-volta-do-japao.html>>. Acesso em: 22 ago. 2013.
- TRATADO DE AMIZADE, de Commercio e de Navegação, firmado em Paris a 5 de novembro de 1895. Paris, 1895. Não paginado. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1895/b_89/>. Acesso em: 17 jan. 2014.
- UENO, L. S. Intervenção psicossocial com brasileiros em trânsito entre Brasil e Japão. In: DANTAS, S. D. (Org.). *Diálogos interculturais: reflexões interdisciplinares e intervenções psicossociais*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2012. p. 273-297. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/pesquisa/grupos/dialogos-intelectuais/publicacoes/dialogosinterculturais.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2014.
- VIVEIROS, A.; JACKSON, S. *América Latina não deve apostar tudo nas remessas*. Washington, DC, 31 out. 2006. Não paginado. Comunicados do Grupo do Banco Mundial. Disponível em: <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/BANCOMUNDIAL/EXTSPPAISES/LAC_INSPANISHEXT/0,,contentMDK:21109471~pagePK:146736~piPK:226340~theSitePK:489669,00.html>. Acesso em: 17 jan. 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Cara Participante,

O objetivo do presente Termo é solicitar a autorização de V.Sa. para participar da entrevista para coleta de dados a ser realizada para a pesquisa intitulada **A FACE FEMININA DA MIGRACÃO DE RETORNO DE *DEKASSEGUIS*: PROCESSO DE ADAPTAÇÃO E SUAS PROBLEMÁTICAS**, no Programa de Mestrado em Psicologia-Área de Concentração Psicologia da Saúde da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), em Campo Grande, MS. A entrevista deve-se realizar de forma individual e voluntária, será gravada em aparelho adequado, em dia, horário e local previamente combinados e aceitos entre a pesquisadora e cada participante da pesquisa. Fica esclarecido que a referida pesquisa não oferece riscos para a participante, uma vez que seu nome não será divulgado e os dados coletados serão tratados unicamente pela pesquisadora e a orientadora para uso exclusivo de análise e construção de Relatório da Pesquisa e, caso a participante, em que momento for, se sentir desconfortável, tiver alguma dúvida ou considerar que não deseja mais participar da pesquisa, poderá fazer contato com a pesquisadora e orientadora por meio dos contatos abaixo e solicitar sua desistência em participar da mesma. A pesquisadora se compromete a zelar pela confidencialidade das informações coletadas, imagens e preservação dos dados, sendo que a divulgação pública dos dados somente ocorrerá caso a participante deseje e autorize. Os procedimentos obedecem ao que preconiza a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, em consonância com o estabelecido na Resolução n. 196, de 10 de outubro de 1996. Ressaltamos que a realização da pesquisa de abordagem qualitativa visa identificar como ocorre o processo de adaptação de mulheres brasileiras descendentes de japoneses, aqui denominadas *dekasseguis*, por ser o termo que designa aquele que sai do seu país para exercer atividade profissional no país de seus descendentes, bem como as problemáticas decorrentes desse retorno. Espera-se que os resultados possam oferecer elementos para sugerir alternativas de acolhimento e atendimento a essa mulher que regressa e que sofre algum problema de saúde física ou emocional em decorrência dessas “perdas”; contribuir com alternativas de ações que podem ser levadas para a Colônia *nikkei* residente em Campo Grande, MS, em forma de devolutiva à população participante; e suscitar novos estudos sobre a temática, considerando que houve uma grande quantidade de retorno ao Brasil e, portanto, é um fato recente.

Eu, , RG n. SSP declaro ter sido informada e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Campo Grande, / /

.....
Assinatura da Participante

Pesquisadora: *Francisca Bezerra de Souza*

Endereço: Rua Pe. João Greiner, n. 39, Bairro Taveirópolis, CEP 79090-110, Campo Grande, MS

Fone: (67) 8403-9494; E-mail: bezerra.fran@gmail.com

Orientadora de Mestrado: *Professora Dra. Luciane Pinho de Almeida*

Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia – Universidade Católica Dom Bosco

Fone: (67) 3312-3352; Site: www.ucdb.br; Twitter: @UCDBoficial; Facebook: UCDBoficial

APÊNDICE B – Instrumentos para a coleta de dados



MESTRADO EM PSICOLOGIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO PSICOLOGIA DA SAÚDE 2012

**BLOCO DE QUESTÕES DA ENTREVISTA DE HISTÓRIA ORAL DE VIDA –
PARTICIPANTE**

Pesquisadora: *Francisca Bezerra de Souza*

Orientadora: *Profa. Dra. Luciane Pinho de Almeida*

QUESTÕES:

- 1) Como ocorreu a decisão de emigrar para o Japão e qual o apoio que recebeu para realizar a viagem?
- 2) Como era a vida cotidiana que levava no Japão?
- 3) Qual(ais) o(s) fator(es) que influenciou(aram) a decisão de retornar ao Brasil e de quem recebeu apoio?
- 4) Quais as maiores dificuldades que você teve assim que chegou ao país, na sua cidade, na sua casa? Como se sentiu física e emocionalmente?
- 5) Você teve algum problema de saúde (físico ou emocional)? Qual? Buscou algum tipo de ajuda/atendimento? Qual? Como você classifica o atendimento?
- 6) Como você vê o tratamento que recebeu da sua família e amigos quando retornou ao Brasil?
- 7) Quais são seus planos para o futuro?

Muito obrigada !



**MESTRADO EM PSICOLOGIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO PSICOLOGIA DA SAÚDE 2012**

FICHA DE PARTICIPANTE

Nome completo:

Nascimento:

Estado civil:

Profissão:

Data/horário da entrevista:.....

Local da entrevista:.....



MESTRADO EM PSICOLOGIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO PSICOLOGIA DA SAÚDE 2012

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA – ASSOCIAÇÃO

Pesquisadora: *Francisca Bezerra de Souza*

Orientadora: *Profa. Dra. Luciane Pinho de Almeida*

Identificação:

Nome:

Cargo exercido junto à Associação:

Denominação da Associação:

Finalidade da Associação:

Endereço:

Número de Associados:

Data de Fundação:

Questões:

1) Quais as atividades oferecidas aos associados que retornaram do Japão na última década?

.....

2) Como é divulgado o trabalho desenvolvido pela associação?

.....

3) Como ocorre a procura por parte dos Associados às atividades oferecidas?

encaminhamento procura espontânea

outros

Quais?

.....

- 4) Como são encaminhadas as situações que necessitam de atendimento fora da entidade, como por exemplo: atendimento médico, situações de dificuldade financeira?

.....
.....
.....

- 5) Quais atividades são propostas visando a minimizar as dificuldades de adaptação dos *dekasseguis* que retornam?

.....

Observações: